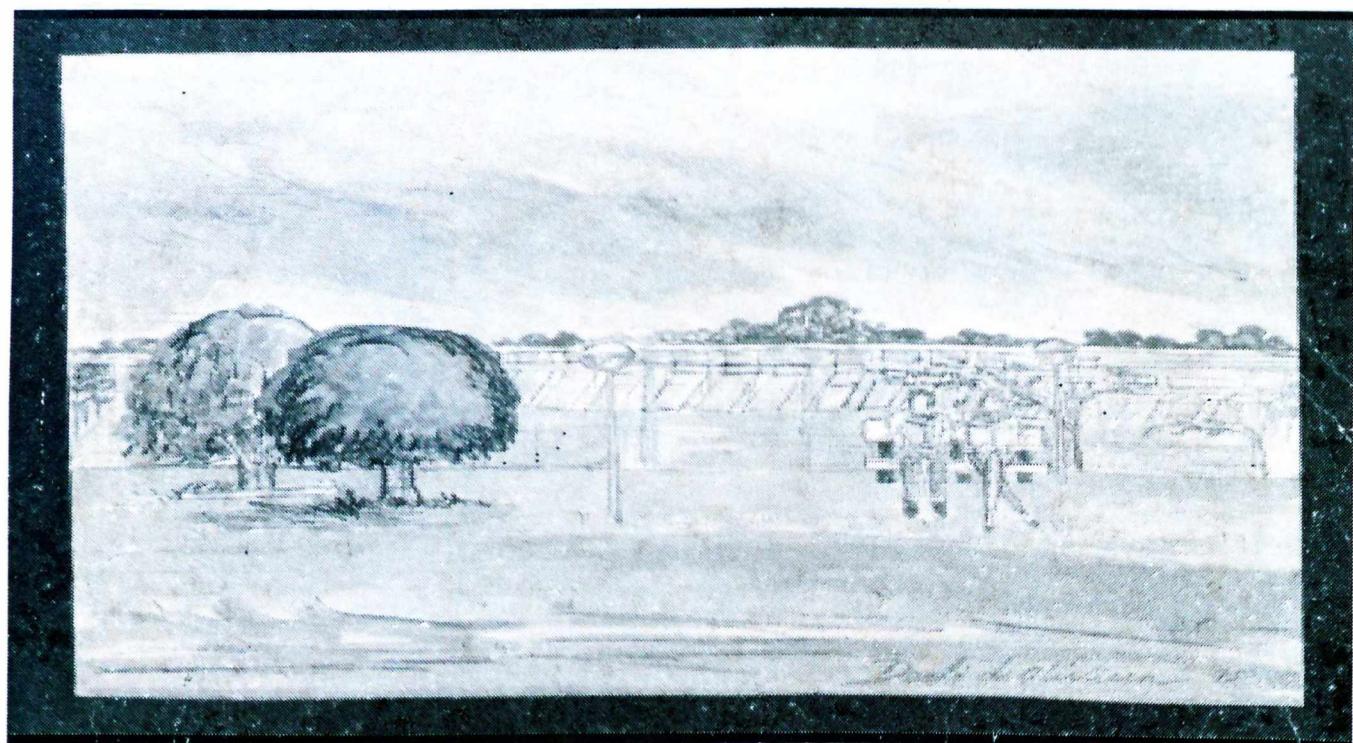




**Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia**

Mestrado em Desenvolvimento Econômico



Claudecir Gonçales

**REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA MISTA DOS
PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO LTDA (COMIGO) NO
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE RIO VERDE - GO**

**Uberlândia - MG
2001**

CLAUDECIR GONÇALES

2003 TU

**REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA MISTA DOS
PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO LTDA (COMIGO) NO
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE RIO VERDE - GO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

SISBI/UFU

2001



1000202368

CLAUDECIR GONÇALES

HON

334:631 (217.3)

6 635

TES / MEM

**REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA MISTA DOS
PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO LTDA (COMIGO) NO
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE RIO VERDE-GO**

*Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação e Economia da
Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento
Econômico.*

*Área de concentração: Desenvolvimento
Econômico*

*Orientadora: Professora Ph.D Arlete
Maria da Silva Alves*

UBERLÂNDIA-MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2001

Dissertação defendida e aprovada, em 26 de abril de 2001, pela banca examinadora
constituída por:

Orientadora – Prof^a. Ph.D Arlete Maria da Silva Alves

Prof. Dr. Ebenézer Pereira Couto

Prof^a. Dr^a. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

Uberlândia-MG

A Deus, pela vida
A meus pais e irmãos.

OFEREÇO

A Meire, Camila e
Monique pelo
estímulo,
carinho e compreensão.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho e, de forma especial:

- ◆ À Fundação de Ensino Superior de Rio Verde – FESURV;
- ◆ À Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde em nome do meu colega Gilberto, pela oportunidade de compartilhar momentos de aprendizado, compreensão, companheirismo e amizade;
- ◆ À Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ao Instituto de Economia;
- ◆ À professora orientadora Arlete Maria da Silva Alves, pelo estímulo, amizade e apoio;
- ◆ Aos diretores da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste goiano Ltda. COMIGO;
- ◆ Aos colegas do curso de mestrado, pela amizade, incentivo e convivência;
- ◆ Ao Anderson, Clodomiro, Euler e Vinícius que incansavelmente me deram suporte na área de informática;
- ◆ À profª. Zelma pela revisão do texto sempre de última hora;
- ◆ E a todos aqueles que anonimamente colaboraram durante esta caminhada.



“No cooperativismo a ausência de utopia é o mesmo que a certeza sem esperança, o cotidiano sem sonhos, a prosa sem poesia, a memória sem imaginação, a realidade sem mudança”

HENRI DESROCHE

SUMÁRIO

RESUMO	01
INTRODUÇÃO	03
1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE GOIÁS, SUDOESTE GOIANO E RIO VERDE E ALGUNS ELEMENTOS QUE INFLUENCIARAM NA FUNDAÇÃO DA COMIGO	13
1.1. Um Breve Histórico da Formação Econômica de Goiás e Rio Verde	13
1.2. A Economia do Sudoeste goiano	19
1.3. Por uma Política de Modernização e Desenvolvimento da Agricultura – O Crédito Agrícola	28
1.4. Programas e Políticas Públicas que influenciaram a Expansão Agrícola no Cerrado	39
1.4.1. Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)	42
1.4.2. Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER)	51
1.5. Contextualizar as Sociedades Cooperativas no Processo de Modernização	53
2. COOPERATIVISMO E FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO DA COMIGO – 1975/1999	59
2.1. Contextualização Histórica do Cooperativismo	59
2.1.1. As Origens da Cooperação e Os Pioneiros de Rochdale	61
2.1.2. Conceitos, Doutrina, Valores e Princípios do Cooperativismo	64
2.1.3. Dualidade de Objetivos: o Econômico e o Social	69
2.1.4. O Cooperativismo no Mundo e no Brasil	72
2.1.5. O Cooperativismo Goiano	78
2.2. Fundação e Evolução da COMIGO	82
2.2.1. Credibilidade na sua Forma de Administrar	85
2.2.2. Cooperativismo com Profissionalismo	89
2.2.3. Estrutura Organizacional da Empresa Cooperativa COMIGO	90
2.3. Agroindústria no Contexto da COMIGO	97
2.4. COMIGO: Comercializando e Transportando a Produção	100
2.5. Importância Social da COMIGO e Recursos Humanos	105

2.5.1. Educação Cooperativista	108
3. PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA COMIGO	111
3.1. A COMIGO em meio a Modernização e Desenvolvimento da Agricultura.....	111
3.2. Evolução da Agropecuária na área de atuação da COMIGO	119
3.3. Assistência Técnica base para a diversificação da Produção e da Produtividade	129
3.4. Segurança Econômica do Complexo Agroindustrial	135
3.5. A COMIGO e sua Agroindústria.....	139
3.6. Transformação da Agroindústria de Rio Verde e área de atuação da COMIGO.....	145
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
6. ANEXO.....	163

LISTA DE QUADROS

01. Indicador da Indústria anos 1960 e 1970	23
02. Indicador do Comércio ano 1960 e 1970.....	24
03. Indicador de Serviços ano 1960 e 1970.....	26
04. Indicador da Agricultura de Arroz 1960 e 1970	30
05. Indicador da Agricultura – Milho dos anos 1960 e 1970	31
06. Indicador da Agricultura – Algodão dos anos 1960 e 1970	33
07. Indicador da Agricultura – Soja dos anos 1970	34
08. Indicador de Máquinas 1960 e 1970	37
09. Programas Especiais para o Centro-Oeste	40
10. Volume Total de Recursos para o POLOCENTRO, segundo os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal 1975-84 (Cr\$ 1 000/ JUN 1984)	44
11. Capacidade Estática de Armazenamento da Área do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados em Goiás 1981 (ton).....	46
12. Estrutura Percentual de Utilização das Terras na Região do POLOCENTRO em Goiás 1970-1980.....	48
13. Experimentos Executados pelas Estações Experimentais de Goiânia e Jataí, da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária com Recursos do POLOCENTRO 1979-1984	50
14. Diferença entre a Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil	71
15. Cooperativas, Cooperantes e Empregados por Ramo do Cooperativismo Brasileiro	75
16. Cooperativas Goianas por Ramo	81
17. Cooperativas do Centro-Oeste Classificadas entre as 50 maiores do Brasil (em mil reais) - 1998	85
18. Evolução do Quadro Social – (1975 a 1999)	87
19. Recebimento de Produtos Agropecuários – (1979 a 1999)	96
19. Recebimento de Produtos Agropecuários – (1991 a 1999)	96
20. Capacidade de Armazenagem e Secagem de Produtos Agrícolas – 1999	97
21. Comercialização de Produtos Agrícolas “IN NATURA”	101
22. Comercialização de Produtos Industrializados (Valores em US\$-Dólar Americano	

de cada mês).....	102
22. Cont. Comercialização de Produtos Industrializados (Valores em US\$-Dólar Americano do mês)	103
23. Evolução do Quadro de Funcionários – (1975 a 1999)	107
24. Distribuição de Funcionários por Unidade Estratégica de Negócios	108
25. Participação Relativa de Estabelecimentos Agrícolas na total de Estabelecimentos, na Obtenção de Financiamento e no Valor dos Financiamentos, por estratos de área total, Brasil – 1970-1980 (em percentagem).....	114
26. Participação % dos Principais Clientes nos Financiamentos Concedidos pela Política de Preços Mínimos no Brasil	115
27. Indicador da Agricultura – Arroz dos Anos de 1960 a 1995.....	122
28. Indicador da Agricultura – Milho dos Anos de 1960 a 1995.....	124
29. Indicador da Agricultura – Algodão dos Anos de 1960 a 1995.....	126
30. Indicador da Agricultura – Soja dos Anos de 1970 a 1995.....	128
31. Produção de Sementes Fiscalizadas e/ou Certificadas	130
32. Planos Técnicos Elaborados	132
33. Demonstrativo de Assistência Técnica	134
34. A COMIGO e sua Capacidade Agroindustrial – 1999	140
35. Setor Industrial – Evolução da Produção Industrial	143

LISTA DE FIGURAS

01. Mapa do Estado de Goiás com as cidades de comparação em relação à área de atuação da COMIGO.....	22
02. Mapa do Estado de Goiás com as importantes rodovias que cortam o Sudoeste goiano e a área de atuação da COMIGO: BR – 364, BR – 153, BR 452 e BR – 060	28
03. Organograma geral – COMIGO	92
04. Mapa do Estado de Goiás das cidades de atuação da COMIGO para efeito de admissão de associados.....	94
05. Mapa do Estado de Goiás das cidades que a COMIGO atua diretamente com lojas, armazéns e unidade de produção.....	95

LISTAS DE SIGLAS

- ABRAZÉM – Companhia Brasileira de Armazéns
- AGF – Aquisição do Governo Federal
- BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
- BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- CAIs – Complexos Agroindustriais
- CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
- COAMO – Cooperativa Agropecuárias Mourãoense Ltda
- COCAMAR – Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuárias de Maringá
- COMIGO – Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste goiano Ltda
- COTRIJUÍ – Cooperativa Regional Tritícola Serrana
- EGF – Empréstimos do Governo Federal
- EMATER-GO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Goiás
- EMBRAPA – Empresas Brasileiras de Pesquisa e Assistência
- EMGOPA – Empresa Goiana de Pesquisa e Assistência
- GO – Goiás
- IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- JICA – Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional
- KADE – Engenharia e Construções Ltda
- MA – Maranhão
- MS – Mato Grosso do Sul
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
- OCG – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Goiás
- PND – Planos Nacionais de Desenvolvimento
- POLAMAZÔNIA – Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
- POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
- POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil
- PR – Paraná
- PROCAL – Programa Nacional de Calcário Agrícola

PRODECER – Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

PRODEGRAN – Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados.

PRODEPLAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal

PROFERT – Programa de Subsídio ao Preço de Fertilizantes

RECOOP – Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias

RS – Rio Grande do Sul

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

TO – Tocantins

VIDEPLAST - Centro-Oeste Ltda

RESUMO

O fim do século XX será lembrado como um período de muitas transformações no mundo. Isso aumentou as incertezas sobre a ordem mundial em que vivemos. Como consequência, a complexidade das transformações geradas apontam para a tomada de decisões inovadoras, cuja natureza não está tão clara quanto à sua necessidade. Daí a busca por alternativas, e no nosso estudo, o cooperativismo é visto como um exemplo, se não para solucionar, pelo menos amenizar problemas do setor produtivo agropecuário, dando mais segurança e tranquilidade ao produtor. A situação investigada diz respeito à relevância sócio-econômica da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste goiano Ltda.- COMIGO - na região de sua atuação. Neste contexto, o presente estudo tem como propósito traçar quais foram as transformações na produção e produtividade, com base na assistência técnica e no desenvolvimento da agroindústria de Rio Verde-GO e região, depois da implantação da COMIGO, assim, como os elementos que influenciaram a sua fundação naquela região. Com base na pesquisa bibliográfica e de campo, examinamos brevemente a formação histórica e econômica de Goiás, Sudoeste goiano, Rio Verde e região, o Cooperativismo em seus aspectos conceituais, históricos e doutrinários e a fundação e evolução da COMIGO, assim como a produção e produtividade com base no seu suporte técnico, sua capacidade agroindustrial e o seu papel na sua área de atuação. Na análise, estabeleceu-se uma interpretação a partir do referencial teórico, articulando-o ao contexto da realidade estudada. Verificamos que o desenvolvimento e crescimento da COMIGO pôde ser viabilizado através da modernização da agricultura e diversificação da produção, através das Políticas Públicas, especialmente, a Política Agrícola como o crédito rural, política de garantia de preços mínimos e programas especiais para o desenvolvimento regional particularmente, o POLOCENTRO. No centro dessas mudanças, estão as ações combinadas do Estado e do capital privado, transformando a realidade econômica e social da região, e gerando um efeito multiplicador em toda cadeia produtiva. Na análise, enfatizamos que, em meados da década de 1970, o Cerrado despontava como uma das mais importantes regiões agrícolas do Brasil. Rio Verde-GO foi o epicentro da revolução de grãos pelas condições de solo, topografia e clima favoráveis à agricultura, potencializados por uma classe de produtores que aderiram aos avanços tecnológicos, colocando a região na era

do agrobusiness. O estudo revelou que a COMIGO conta hoje com uma complexa organização, fruto das demandas de seus associados, que o Cooperativismo pode ser uma alternativa para iniciativas que pretendam manter as qualidades da participação e integração associativas e se dedicar a desenvolver atividades de mercado. E que a assistência técnica foi de fundamental importância desde o planejamento, execução e acompanhamento para o bom desempenho na produtividade. A COMIGO se constitui de fato num Complexo Agroindustrial, na medida em que atua no sentido de integrar duplamente a agricultura ao setor industrial, como consumidora da indústria para a agricultura, e fornecedora da agroindústria. Esperamos que estas reflexões sobre a COMIGO sejam o ponto de partida para reflexões mais profundas sobre o cooperativismo agropecuário, em âmbito local, estadual e nacional, e como alternativa de desenvolvimento socio-econômico para várias áreas do mundo periférico que o buscam na atualidade.

INTRODUÇÃO

O fim do século XX será lembrado como um período de muitas transformações no mundo. Elas impressionaram pela forma inesperada e veloz com que ocorreram e pela divulgação que tiveram. Isso aumentou as incertezas sobre a ordem mundial em que vivemos. Afirma-se, com freqüência, que o planeta atravessa, agora, uma "desordem" mundial. Vivemos em uma época de grande crise, crise que apresenta múltiplos aspectos - econômicos, culturais, éticos, sociais e religiosos. Como DRUCKER (1995), muitos sentem hoje que há necessidade imperiosa de reforma e de reconstrução. As divergências surgem principalmente quando se trata de estabelecer as bases dessa renovação e os meios pelos quais poderá ser alcançada. Como consequência, a complexidade das transformações geradas aponta para a tomada de decisões inovadoras, cuja natureza não está tão clara quanto a sua necessidade.

Neste cenário de desafios permanentes, registram-se fatores de perplexidade e incertezas e, simultaneamente, sinais de mudanças promissoras. Entre os problemas com que a sociedade moderna se defronta estão as ameaças nucleares, os conflitos étnicos, o crescimento populacional e o desemprego. Em contraposição, observa-se a mobilização dessa sociedade, a fim de despertar uma conscientização universal, em busca de alternativas e/ou soluções para esses complexos problemas. Segundo ROSSETTI (1991), esta conscientização resulta de discussões em todo o mundo, a partir da implantação de reformas de natureza sócio-econômico-educacional, abertura política, questões sobre a paz, preservação ambiental e inovações tecnológicas. Ressalta-se que, muitas destas transformações estão relacionadas com a modernização baseada em valores ocidentais e, da mesma forma que esta modernidade pode trazer conforto e bem-estar à sociedade, pode também comprometer sua qualidade de vida e/ou sobrevivência, daí a necessidade de busca por alternativas tais como a que discutimos neste trabalho.

Temos como problema estudar quais foram as transformações na produção e produtividade agrícola, na assistência técnica no campo e no desenvolvimento da agroindústria de Rio Verde-GO e região, ocorridas após a implantação da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda - COMIGO, assim como os elementos que influenciaram a sua implantação naquela área. Trabalhamos com a hipótese básica de que a COMIGO foi importante nas transformações da região onde está locali-

zada, porque participou na melhoria da produção e produtividade agrícola, no dinamismo tecnológico, com a assistência técnica e diversificação das atividades industriais.

O objetivo geral do estudo foi analisar a fundação e evolução da COMIGO, as transformações ocorridas no período posterior a sua criação, assim como os elementos que influenciaram a sua implantação na região de Rio Verde e Sudoeste goiano. Como objetivos específicos buscamos:

- 1- Apontar e analisar os principais elementos que influenciaram a implantação da COMIGO em Rio Verde e região.
- 2- Caracterizar o Cooperativismo, seus valores, princípios e conceitos.
- 3- Constatar e analisar a evolução recente da produção e da produtividade do arroz, milho, soja e algodão, comparando com a situação anterior à implantação da COMIGO e o processo gradual de substituição de tecnologia, motivada pela sua assistência técnica.
- 4- Analisar o desenvolvimento da agroindústria, a partir da implantação da COMIGO, na região onde atua.

No desenvolvimento das nações, a natureza vai perdendo valor explicativo no que se refere ao entendimento da produção e organização do espaço geográfico, na medida em que a ação humana vai se tornando mais efetiva em todas as partes do planeta. Neste ponto, gostaria de destacar a importância do Cerrado na região onde está localizada a COMIGO e a importância da implantação desta cooperativa naquela área.

Constituindo a segunda maior formação vegetal brasileira, superada em extensão apenas pela Floresta Amazônica, o Cerrado ocupa 2 milhões de quilômetros quadrados, espalhados por 10 Estados brasileiros, entre eles Goiás, abrangendo, além do Centro - Oeste, partes da Amazônia, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão e Piauí. A paisagem é muito especial. Pequenas árvores e arbustos de tronco e galhos retorcidos, geralmente cobertos por cascas espessas e folhas grandes. O solo é recoberto por vegetação rasteira, onde predominam gramíneas. Mais de 700 espécies já foram catalogadas.

Assim como a flora, a fauna também é diversificada. Abriga animais como tamanduá-bandeira, lobo-guará, onça, jaguatirica, além de numerosas aves e répteis. O solo, antigo e raso, apresenta altos níveis de ferro e alumínio. O clima da região é tipicamente tropical, com duas estações bem definidas: a seca, de maio a setembro, e a chuvosa, de outubro a abril.

A região começou a ser ocupada no século XVIII, quando surgiram os primeiros povoados que abrigavam, principalmente, garimpeiros à procura de ouro e pedras preciosas. Após a exaustão das minas, iniciou-se o ciclo da pecuária. Com a transferência da capital, de Goiás Velho para a nova capital Goiânia, nos anos 1930, e a construção de Brasília, no fim dos anos 1950, teve início um crescente processo de ocupação que elevaria os investimentos em infra-estrutura, colocados em prática entre as décadas de 1970 e 1980, transformando a região numa nova e promissora fronteira agrícola.

A partir daí, áreas tais como a do Sudoeste de Goiás tornaram-se grandes produtoras de grãos. A média fertilidade das terras e a proximidade com São Paulo, o centro mais desenvolvido do país, foram vitais para a modernização das técnicas agrícolas praticadas na região. Diversificação e produtividade passaram a marcar a produção local. Metade da soja, do milho e do algodão colhidos no Estado hoje, vem do Sudoeste. Há também plantações de sorgo, arroz, feijão, cana-de-açúcar e tomate. Justifica dizer que Rio Verde tem apresentado significativos indicadores de bom desempenho econômico, implicando uma recente projeção regional e nacional na atração de investimentos.

No distrito industrial, criado como consequência do Projeto Buriti - PERDIGÃO Agroindustrial S/A e VAN DEN BERGH Alimentos, holding das Indústrias Gessy Lever, estão se instalando as cinco primeiras indústrias. Rio Verde, que durante toda a sua existência, praticamente, não conheceu esse tipo de empreendimento, começa a familiarizar-se com nomes como KADE Engenharia e Construções Ltda, FETZ (ambas fabricantes de pré-moldados), TRIEL (que produz carrocerias de caminhões), ORSA (que produz chapas e caixas de papelão ondulado) e VIDEPLAST Centro-Oeste Ltda (que produz embalagens plásticas).

Rio Verde iniciou em 1975 o primeiro ciclo do agrobusiness, e, em 1997, um segundo ciclo, que trará transformações ainda mais profundas. No centro dessa mudança, estão as ações combinadas do Estado e do capital privado, transformando a realidade econômica e social da região, infletindo a dinâmica demográfica, modificando o perfil do trabalho e do emprego, criando importantes complexos de armazenagem e gerando um efeito multiplicador em toda cadeia produtiva como na prestação de mão-de-obra para os serviços gerais, comércio e na própria indústria local e regional.

De modo geral, a dinâmica das economias regionais encontra-se entrelaçada com a evolução sócio-econômica do país. Significa dizer que existe um movimento maior que condiciona o nível de desenvolvimento de cada uma e, também, que as transforma-

ções de dada região, em última instância, também dependem da forma e do grau de inserção do país no comércio internacional. O Sudoeste goiano é uma região de grande importância no comércio agrícola de Goiás e do país, daí enfatizar identidades regionais, buscando mostrar harmonização e coesão comunitárias e igualitárias de um espaço visto como contínuo e forçando a construção de uma personalidade própria e singular.

Organizados na COMIGO, em Rio Verde e sua área de atuação, os agricultores associados diversificaram suas atividades para a armazenagem, a moagem de soja e a industrialização de óleo, fertilizantes, rações, sabão, algodão, arroz, feijão, leite e sementes. Surgiram diversas outras indústrias para processar produtos agrícolas locais e dar suporte às atividades econômicas que se diversificaram rapidamente. Daí a importância deste estudo sobre a contribuição da COMIGO no contexto local e regional, que vem dar sustentação à área da agropecuária para políticas de desenvolvimento.

Para sua realização, optou-se pelo estudo de caso de natureza exploratória. A escolha do tema pesquisado originou-se do interesse da observação e da reflexão sobre a importância da COMIGO em Rio Verde e região. Através da pesquisa bibliográfica, sucintamente levantei o histórico da formação econômica de Goiás e do Sudoeste deste Estado para compreender os elementos que influenciaram a sua fundação, e a observação *in loco* permitiu verificar sua evolução e entender as transformações que ocorreram no processo produtivo agrícola e na agroindústria da região, motivados por esta empresa cooperativista.

A opção pela COMIGO se deu por ser esta uma Cooperativa Mista de Produtores Rurais, a maior do Estado, destacando-se entre as 50 maiores do Brasil, classificada em 12º lugar dentre as cooperativas do país, e tornando-se bem representativa entre as empresas do Sudoeste goiano.

A pesquisa empírica incluiu entrevistas realizadas junto aos Supervisores e Diretores da COMIGO, na sede da mesma, localizada em Rio Verde. As entrevistas com os Supervisores e Diretores são parte essencial deste trabalho, pois a visão apresentada por eles retrata o comportamento da cooperativa no mercado das grandes empresas. Optamos pela forma em que as perguntas são feitas pelo entrevistador, permitindo eventuais esclarecimentos. Fizemos uso de um roteiro que guiou a entrevista, caracterizando-a como uma "entrevista semi-estruturada", onde o discurso é livre, orientado por perguntas-chaves.

Pretendeu-se por meio da pesquisa de campo, detalhar o universo da COMIGO e relacionar as informações obtidas com o problema e objetivos da pesquisa, nos anos de 1975 a 1999, a fim de responder às indagações propostas. A pesquisa de campo visa dirimir dúvidas, ou obter informações e conhecimentos a respeito de problemas para os quais se procura a resposta ou a busca de configuração para hipóteses levantadas e, finalmente, a descoberta de relações entre fenômenos ou os próprios fatos novos e suas respectivas aplicações. A pesquisa, portanto, tenta captar essa realidade dinâmica e complexa do objetivo de estudo, em sua realização histórica e social.

Após esta introdução, o primeiro capítulo pretende enfocar brevemente a história da formação econômica de Goiás, Sudoeste goiano e Rio Verde, onde destacamos alguns fatores que influenciaram a fundação da COMIGO naquela área.

Goiás era conhecido e percorrido pelas bandeiras quase desde os primeiros dias da colonização, mas seu povoamento só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII. Esse povoamento, como todo povoamento aurífero, foi irregular e instável. Após 50 anos, verificou-se a decadência rápida e completa da mineração. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião, e a técnica empregada foi rudimentar. A decadência do ouro afetou a sociedade goiana, sobretudo na forma de ruralização e regresso a uma economia de subsistência. Nas três primeiras décadas do século XIX, a pecuária tornou-se o setor mais dinâmico da economia que foi uma das características iniciais da área de atuação da COMIGO.

O processo de ocupação econômica do Sudoeste goiano deu-se nas primeiras décadas do século XIX, coincidindo com a separação do território do Triângulo Mineiro da jurisdição de Goiás. O arraial de Rio Verde consistiu no primeiro povoamento da região e esteve isento, por longo tempo, da obrigação de pagamento de impostos sobre a criação de gado. Desde o início, o regime de aposseamento de terras na zona Sudoeste foi livre e permitiu a delimitação de grandes fazendas de criação extensiva de bovinos. Em função do regime de aposseamento puro e simples - de caráter latifundiário - no Sudoeste de Goiás não restaram, desde o início do século, grandes parcelas de terras devolutas. Na verdade, a terra ocupada na região teve dois tipos de uso: serviu como reserva de valor para capitais que ali eram investidos, mesmo sem caráter produtivo, e à exploração da pecuária extensiva. Até 1960, a pecuária e a cultura do arroz predominavam na região de atuação da COMIGO; após 1970, no processo de modernização da agricultura, esta região diversificou de forma notável a sua economia.

A utilização do crédito rural, como principal instrumento de sustentação da política de modernização da região, provocou a criação de um adequado sistema de financiamento, com novos instrumentos fiscais e financeiros, bem como a utilização plena de instrumentos já existentes. A criação e implementação de programas e planos especiais pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que, combinados com planos de abrangência nacional (os Planos Nacionais de Desenvolvimento-PND), resultaram numa autêntica política espacial para a região. No caso de Goiás, temos o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) com objetivos de integrar as áreas do Cerrado ao processo produtivo, através de técnicas modernas (adubação, mecanização e calagem), e o Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) que promove o assentamento de agricultores experientes do Sudeste e Sul do país na região do Cerrado, programas que tiveram grande influência na implantação da COMIGO.

A abertura de novas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte criaram importantes fluxos populacionais entre as regiões brasileiras. Esse processo empurrou milhares de agricultores do país para as novas áreas de povoamento, a maior parte delas localizada no Centro-Oeste, como Ceres e território de Ponta Porã (hoje Mato Grosso do Sul). Nelas, abriam-se as frentes de expansão, caracterizadas pela predominância de ocupantes e posseiros, da economia do excedente e, na região de atuação da COMIGO, chegaram os gaúchos, paranaenses e paulistas que deram uma nova dinâmica na produção agrícola.

Observei que as experiências de desenvolvimento rural integrado, como o crédito rural e programas e planos especiais, sejam por limitação ou contradição dos seus objetivos, não lograram os resultados positivos no campo social que seus formuladores pretendiam. Há, entretanto, experiências localizadas bem sucedidas e talvez poderíamos citar a região do Sudoeste goiano. Mas para se obter generalidade e abrangência sociais seriam requeridas mudanças profundas e anteriores na estrutura de propriedade da terra. Para muitos produtores, a modernização tem sido um fato negativo, impulsionando não a produção, mas a concentração dos meios de produção. É nesse período que surge a COMIGO, que busca ser o sustentáculo dos produtores agropecuários de Rio Verde e sua área de atuação, incluindo os municípios de Jataí, Santa Helena de Goiás, Paraúna, Serranópolis, Jandaia, Quirinópolis, Acreúna, Indiara e Montividiu, onde atua diretamente com lojas, armazéns, unidade de produção, e os municípios de recepção da pro-

dução: Santo Antônio da Barra, Castelândia, Caçu, Aparecida do Rio Doce, Perolândia, Quirinópolis, São João da Paraúna, Caiapônia, Cachoeira Alta, Bom Jesus de Goiás, Chapadão do Céu, Aporé, Edéia, Ivolândia, Maurilândia, Itajá, Doverlândia, Iporá, Amorinópolis, Itarumã, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Portelândia e outros que foram desmembrados dos então relacionados, e que constituem a região geo-econômica homogênea convergente para Rio Verde.

No segundo capítulo, estudamos o sistema cooperativista e o cooperativismo em seus aspectos conceituais, históricos e doutrinários, mostrando como o Cooperativismo no Mundo, desde os pioneiros de Rochdale, vem se consolidando. As cooperativas se multiplicaram em todos os países e continentes, transformando-se em um dos mais importantes movimentos sócio-econômicos mundiais. Os dados mais recentes da Aliança Cooperativa Internacional apontam para cerca de 900 milhões de cooperantes no mundo, tendo a China e a Índia como destaque, cada qual com mais de 160 milhões.

Destacamos também a história do cooperativismo no Brasil que tem suas origens reconhecidas quando da fundação das primeiras reduções jesuítas em 1610. As reduções eram sociedades solidárias, fundamentadas no trabalho de mutirão, prática que já fazia parte dos hábitos dos índios guaranis brasileiros. Esse modelo solidário de sociedade entre missionários religiosos, indígenas e colonizadores, perdurou por cerca de 150 anos sob o incentivo dos padres jesuítas. O Cooperativismo Goiano tem suas origens ligadas ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola na década de 1940. O seu nascimento tem forte dependência do Governo Federal e Estadual e no estabelecimento de novas diretrizes de desenvolvimento, objetivando ter os Estados periféricos uma fonte de produtos primários que alimentassem a indústria no Sul e Sudeste do País.

Também neste capítulo, estudamos a fundação da COMIGO e sua evolução, a sua forma de administração, estrutura organizacional, a agroindústria desenvolvida nesta cooperativa e suas capacidades, a assistência técnica aos associados para as suas atividades de pecuária e agricultura e a educação cooperativista, além de suas portas. Com esta educação, a comunidade, além de ter acesso à informação, pode cada vez mais assumir o espírito cooperativista e, aos poucos, construir uma nova sociedade onde as relações humanas, a colaboração e a solidariedade retornem a seu lugar e se tornem fundamentais.

Com o processo de descentralização das políticas públicas em curso em nosso país, estão se fortalecendo as iniciativas locais que acabam por estabelecer novas formas

de integração e troca entre os diferentes segmentos espaciais e setores de atividades. A própria descentralização tem contribuído para o fortalecimento das ações locais, pois mesmo pequenos empresários e produtores agropecuários podem se integrar tanto à economia local como às redes transnacionais, por meio da oferta de produtos especializados e com características muito peculiares. Assim, o corte urbano-rural tem cedido espaço para o enfoque na economia local. Começam a haver iniciativas de mobilização e organização social, no sentido de promover uma maior representação dos diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento local.

Destacamos a importância desta perspectiva que valoriza ações locais para o desenvolvimento do cooperativismo na atualidade, com o crescimento das cooperativas de crédito, educacionais, habitacionais e de trabalho. Incluímos alguns exemplos: **Cooperativas de Crédito** - destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados. Realizam empréstimos a juros mais baixos que os praticados pelos bancos comerciais; **Cooperativas Educacionais** - cooperativas de professores, alunos e pais de alunos. Propõem a formação de escolas e centros de treinamento que proporcionem melhores e mais acessíveis condições de ensino; **Cooperativas Habitacionais** - estruturadas para viabilizar a compra ou a construção da casa própria, ou ainda para manter e administrar conjuntos habitacionais; **Cooperativas de Trabalho** - cooperativas de trabalhadores de qualquer categoria profissional, organizados num empreendimento próprio para prestarem serviços como autônomos.

No terceiro capítulo, verificamos que a COMIGO foi fundada em meio à modernização e desenvolvimento da agricultura. Observamos que o Sudoeste de Goiás e a área de atuação da COMIGO, áreas que durante decênios eram voltadas para a pecuária de corte e para a monocultura de arroz, no final dos anos de 1960, com a entrada de empresas capitalistas que atuavam no Sudeste e Sul do País, tiveram grande influência na diversificação da produção agrícola em moldes modernos e na melhoria dos sistemas de criação de gado.

Argumentamos que a COMIGO soube aproveitar a expansão agrícola no Cerrado à luz das Políticas Públicas gerais e específicas que influenciaram na sua evolução e crescimento de sua área de atuação. A COMIGO buscou, através do Estado, as diretrizes principais de sua atuação, formulando o que se poderia definir como política tecnológica para o setor rural, que se estabeleceu por intermédio de suas agências de geração e difusão de tecnologia, tais como a EMBRAPA (Empresas Brasileira de Pesquisa e

Assistência), EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa e Assistência), EMATER-GO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Goiás), em convênio com a COMIGO, através do seu corpo técnico.

Os convênios foram importantes para a COMIGO e a sua área de atuação porque essa nova fase de expansão foi marcada pelo ingresso de novos migrantes e novos produtos (como a soja) e o deslocamento dos produtos tradicionais de abertura de fronteira (arroz, milho e feijão). As práticas produtivas agora adotadas resultaram da combinação dos arranjos tecnológicos praticados no Sul/Sudeste do Brasil, com a transferência de capitais e de experiência acumuladas pelos agricultores, para o que foram decisivos os investimentos e incentivos públicos, responsáveis por um modelo produtivo que se difundiu rapidamente nas áreas de Cerrado.

Verificamos que o Sudoeste de Goiás, era, até fins da década de 1960, praticamente uma área de monocultura de arroz, produto voltado, basicamente, para o atendimento à demanda interna, ao contrário da soja, que nos anos de 1970 passa a ser o principal produto a ser financiado pelo crédito subsidiado e produto de posição destacada na pauta das exportações brasileiras. Antes da COMIGO, a introdução da cultura da soja foi lenta, mas, após a sua fundação, e, basicamente, na década de 1980, a soja predominou na área de sua atuação.

Observamos também a importância da assistência técnica da COMIGO ao associado, para suas atividades de pecuária e agricultura, com o moderno laboratório de solo e análise folhear; departamento de produção de sementes, com um laboratório para atestar a sanidade das sementes; laboratório de análise clínicas etc. Mantém convênios com instituições de pesquisa, dá assistência na elaboração de planos e projetos técnicos, com treinamentos que visam o aprimoramento tecnológico de atividades agropecuárias.

E, finalizamos este capítulo, destacando a importância da COMIGO - Agroindústria, como planta processadora, que pode estar empregando poucas pessoas de forma direta, mas muitas de modo indireto, com efeitos sobre as vendas de outros setores, fixando o homem no campo e nas pequenas cidades de seu entorno.

 Observamos que a estratégia de localização das agroindústrias constitui uma das principais formas de assegurar uma posição de liderança nos mercados em que atua. No caso da área de atuação da COMIGO isso permite que, adicionalmente, obtenham-se ganhos de preços pela manutenção da qualidade dos grãos obtidos na região, qualidade que se estende aos produtos derivados - óleo e farelo. Isto fez com que a região do Su-

doeste goiano se revelasse como um mercado regional de grande potencialidade para as duas cadeias produtivas (grãos e carnes), atraindo grandes empresas como a KOWALSKI, CARAMURU, COIMBRA, CEREAL e PERDIGÃO.

X Ao concluirmos, verificamos que a integração do cooperativismo à dinâmica de desenvolvimento capitalista tem implicações muito maiores do que a deturpação de princípios da doutrina cooperativista. Ao atuar como instrumento de expansão capitalista, um processo que, em geral, impõe busca reestruturação espacial, a cooperativa tem um papel fundamental no processo de transformação do espaço em que atua.

4 Verificou-se que a atuação da COMIGO no campo ampliou a área plantada, melhorou a produtividade e buscou agregar valores, através do desenvolvimento da sua agroindústria. Neste aspecto, a cooperativa constitui-se em um importante mecanismo de desenvolvimento do capitalismo no campo e um instrumento de viabilização desse processo através de sua assistência técnica.

7 Observou-se que a região da COMIGO se tornou uma região estratégica para investimentos no setor da agropecuária e agroindústria, fazendo com que a região recebesse várias empresas e investimentos no setor, trazendo um novo dinamismo para a região.

CAPÍTULO I

1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE GOIÁS, SUDOESTE GOIANO E RIO VERDE E ELEMENTOS QUE INFLUENCIARAM A FUNDAÇÃO DA COMIGO.

1.1. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS E RIO VERDE

Goiás era conhecido e percorrido pelas Bandeiras, quase desde os primeiros dias da colonização do Brasil, mas seu povoamento só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII. Esse povoamento, como todo povoamento aurífero, foi irregular e instável. Na verdade, afirma BERTRAN (1978), as primeiras bandeiras chegaram ao território goiano no final do século XVII. Os objetivos dos bandeirantes eram a captura de indígenas e a procura de riquezas minerais. O ouro e o diamante, dentre outros minerais preciosos, foram encontrados a partir de 1725. Esta época do ouro em Goiás foi, segundo PALACIN (1994), intensa e breve. Após 50 anos, verificou-se a decadência rápida e completa da mineração (1726 a 1778). Só se explorou o ouro de aluvião, e a técnica empregada foi rudimentar.

A maior concentração aurífera esteve localizada em torno dos Pirineus e da Serra Dourada, bem na área central do território goiano, onde foram erguidos os povoados mais consistentes. A decadência do ouro afetou a sociedade goiana, sobretudo na forma de ruralização e regressão. Ao término do século XVIII, Goiás se apresentava como área de pecuária e agricultura de subsistência, com baixa articulação com os centros mais desenvolvidos e quase nenhuma integração econômica interna. A inexistência de articulação intra-regional, pois desde a origem não há unidade entre suas porções norte e sul, exprime a artificialidade da divisão político - administrativa criada com o sistema de capitaniias.

Para PALACÍN, (citado por ESTEVAM, 1998), no final do século XIX, Goiás configurava um mosaico de diferenciadas "ilhas" de moradores no alongado território.

A vasta superfície, ao garantir um espaço de fronteiras abertas voltado para a periferia de outras províncias, foi absorvendo, de cada uma delas, o entrelaçamento e a convivência. Interessante é que, em função da amplitude geográfica da província, não havia praticamente relacionamento interno norte-sul em Goiás. Existiam relações inter-regionais com as comunidades mais próximas, mas não intra-regional, sendo que os precários caminhos dificultavam e mesmo impediam comunicação das localidades nortistas com as sulistas. Para se ter uma idéia do distanciamento, uma correspondência da capital goiana regularmente demorava mais de um mês - ou poderia demorar até três meses - para chegar ao extremo norte da província. As rústicas vias internas de acesso eram evitadas por viajantes e mesmo por autoridades, tanto que muitos nortenses preferiam alcançar o sul de Goiás via Rio de Janeiro, do que ingressar pelas desconhecidas picadas no interior do próprio território.

Do ponto de vista econômico, inexistia marcante diferenciação entre as parcelas do território goiano. Tanto o sul como o norte haviam sido palco de atividades minerais na etapa colonial e, desde então, seus habitantes gravitavam em torno de fazendas de gado, assimilando traços sócio-econômicos de natureza similar. "Se havia diferenciação, conforme argumenta ESTEVAM (1998), a mesma se dava tão somente no grau de intensidade dos fenômenos, já que as expressões da decadência da mineração haviam afetado mais profundamente o norte".

A maioria dos mineiros que aqui permaneceu, após o desaparecimento do ouro como empresa pré-capitalista, passou a dedicar-se a uma agricultura de subsistência e à criação de gado. A pecuária alcançou êxito, não só pela existência de boas pastagens, mas porque o gado se conduzia ao mercado consumidor do Sudeste do país, vencendo as grandes distâncias. Com relação à agricultura, BERTRAN (1978), afirma que esta permaneceu, durante o século XIX, com características de exploração tradicional. O aumento de área plantada ocorreu lentamente, através de desmatamento em busca de terras férteis. A média fertilidade das terras goianas e o custo alto da mão-de-obra constituíram fatores desestimulantes à atividade agrícola.

Dessa forma, no período que transcorreu entre o esgotamento da exploração mineral (fins do século XVIII) e a integração do mercado nacional (início do século XX), as atividades econômicas no Centro-Oeste foram bastante incipientes, mas já guardando algumas características intra e interestaduais diferenciadoras, que merecem

ser destacadas, pois ajudam a compreender as condições e os desdobramentos da própria integração complementar ao mercado nacional. Em Goiás, duas correntes migratórias responderam pelo adensamento populacional: o Centro-Oeste foi povoado por nordestinos e nortistas, que não mantinham nenhuma relação com a capital da província, a cidade de Goiás. Assim se configurou mais do que uma ruptura entre as áreas sul e norte de Goiás; para além dela, que foi notória, emergiu outra importante segmentação, uma vez que a área central do estado, sede do governo e base principal da mineração, ficou à margem das relações com o sul e com o norte, o que contribuiu decisivamente para a fragilização do núcleo histórico de acumulação do estado.

Era assim, bastante heterogênea a configuração espacial de Goiás na virada do século XIX. Conforme GUIMARÃES & LEME (1998) o norte do estado (atual Tocantins), integrado à economia do Norte e do Nordeste do país por vias fluviais, chegou a experimentar alguns estímulos provenientes do ciclo da borracha; o Sudoeste, atuando como um prolongamento da economia triangulina; o Centro-Oeste, sede da capital, isolado dos estímulos mercantis, vivenciou a cristalização de relações sociais de produção pré-capitalistas assentadas na força econômica e política da pecuária extensiva tradicional. Por fim, a zona Sudeste do Estado era a de maior dinamismo econômico, nucleado pelo entreposto de Meia Ponte, dada sua função de principal via de comunicações com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo ESTEVAM (1998), no final do século XIX, sedimentou-se, no imenso espaço de Goiás, um caleidoscópio de populações e um intrincado mosaico de relações inter-regionais. Mas, enquanto, pouco a pouco, o Centro-sul entrelaçava-se com Minas Gerais e São Paulo, o Norte mantinha-se alheio em suas convivências particulares.

A Revolução de 1930, embora sem raízes próprias em Goiás, teve um significado profundo para o Estado. Entende-se que é marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor, como objetivo primordial, o desenvolvimento do Estado de Goiás. A construção de Goiânia, em 1933, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanharam e pela divulgação do Estado de Goiás no país, foi ponto de partida desta nova etapa histórica.

A partir da década de 1940, Goiás cresce rapidamente com a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso Goiano e a campanha nacional de "Marcha

para o Oeste". Surge a Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG/CERES, a primeira de uma série de oito idealizadas pelo Governo Federal. Os locais escolhidas para as outras iniciativas foram o Amazonas, Pará, Território de Ponta Porã (hoje Mato Grosso do Sul), Piauí e Minas Gerais. Embora com muitos de seus objetivos iniciais frustrados, a CANG teve um papel significativo em termos de ocupação e expansão de fronteiras agrícolas. Segundo ESTEVAM (1998), o relativo sucesso do incremento populacional em Ceres decorreu da promessa de terra gratuita por parte do governo federal, o que atraiu levas de migrantes sem recursos, que causaram severos danos ao patrimônio natural, pela rusticidade de sua exploração. Este processo culmina, na década de 1950, com a construção de Brasília, que por si só causou um grande impacto populacional, atraindo um imenso contingente de imigrantes, inclusive do próprio entorno de Goiás e de Minas Gerais, criando no interior do país uma área de grande adensamento populacional e imprimindo um ritmo acelerado ao progresso de Goiás. Contudo, Goiás continua sendo um estado de economia primária, com uma exploração agrícola extensiva de baixa produtividade.

Este pequeno histórico da formação do Estado de Goiás, retoma agora um breve relato histórico sobre a formação de Rio Verde e Sudoeste goiano para marcar a situação sócio-econômica no tempo e no espaço. Conforme CAMPOS (1971), os primeiros exploradores e posseiros desta região - o Sudoeste goiano - vieram das capitâncias de São Paulo e Minas Gerais em 1836. Penetraram-na pelo caudaloso rio Paranaíba, a Sudoeste das terras dos "Guaiazes". A conquista do sertão foi arrojada e com lances dramáticos. Não havia estradas nem pontos de apoio. O espírito era o da aventura na aquisição de terras virgens e férteis. Em 1838, o Sudoeste goiano chama a atenção do Governo Imperial, que começa a estruturar medidas de incentivo à colonização, abrindo verdadeiro êxodo no oeste de Minas Gerais.

Segundo CAMPOS (1971), assim, pela lei nº 11, de 5 de setembro de 1838, isentaram-se, pelo espaço de 10 anos, os habitantes e os que foram se estabelecer naquele território, do pagamento dos Dízimos de Miúnças e impostos da criação de gado vacum e cavalar; isenção que se estendeu desde o Rio Verde, além do Turvo, até o rio Pardo, que faz barra com Paraná. Inicia-se, então, em massa, a ocupação dos solos da região. A ocupação dos solos no Sudoeste goiano se processou a partir dos meados do século XIX, graças a uma pecuária rudimentar, introduzida na região por migrantes vin-

dos de Minas Gerais, através de uma economia de subsistência. Por volta de 1840-1850, quando o ciclo do ouro nas gerais já pertencia a um passado quase remoto, e quando a paisagem dos cafezais começava a inundar o leste e o centro de São Paulo (algumas décadas antes da expansão ferroviária, e do início da grande imigração europeia para o sul do país), se faz sentir um ligeiro movimento de imigração interna, das gerais para os intermináveis chapadões do Sudoeste goiano. Datam dessa época os núcleos de Jataí e de Rio Verde.

Desgostosos com o fracasso das terras de Casa Branca, província e bispado de São Paulo, e tendo conhecimento da incentivadora Lei nº 11, de 5 de setembro de 1838, José Rodrigues de Mendonça e familiares resolveram mudar-se para os sertões goianos e vieram para a região do Rio Verde. Aqui, as terras eram de média fertilidade, com vastas campinas propícias à criação de gado e plantio. Estas condições propiciaram uma ocupação em massa das terras daquela área, principalmente por mineiros e paulistas, os quais traziam além da pecuária, uma cultura rudimentar de milho, feijão, arroz e mandioca.

A Freguesia das Dores do Rio Verde foi criada em 05 de agosto de 1848, em cujos limites localizavam-se as terras que hoje constituem quinze municípios em Goiás e doze em Mato Grosso. Pela Lei Provincial nº 8, de 06 de novembro de 1854, a Freguesia de N. Sra. das Dores do Rio Verde foi separada do município de Goiás, recebendo o nome de Vila das Dores do Rio Verde. E só aos 26 de setembro de 1862, no entanto, é que foi instalada a Câmara Municipal, e em 31 de julho de 1882, pela Resolução Provincial nº 670 Rio Verde foi elevada à categoria de cidade (CAMPOS, 1971).

O processo de ocupação populacional na província ainda caracterizava-se pela demorada acomodação demográfica ao longo do século XIX. Enquanto isto, este mesmo século XIX foi significativo para a renovação da vida nacional; imprimiu mudanças de hábitos, comportamento e de mentalidade, engendrando atos nas relações sociais, principalmente nas áreas urbanas do país.

Goiás, com densidade demográfica reduzida e exploração incipiente de suas potencialidades, constituía, no início dos anos de 1960, região de "fronteira" nas estimativas do IBGE (1970). Apenas 44,0% de sua área estava explorada pela agropecuária e a expansão agrícola havia se dado de forma extensiva, valendo-se primordialmente dos fatores terra e trabalho com reduzida utilização de capital. Em função de sua extensão

territorial – “espinha dorsal” – Goiás esteve diferenciadamente contemplado nos programas governamentais.

Em decorrência desse modelo de desenvolvimento e do programa POLOCENTRO, o Estado de Goiás sofreu consideráveis transformações na sua estrutura sócio-produtiva: a técnica de produção foi alterada pelos segmentos industriais a montante (indústrias vendedoras de máquinas e insumos) e a jusante (indústrias transformadoras de matéria prima agropecuária) e a redução do tempo de trabalho necessário/periodo de produção modificou as relações socio-econômicas regionais eminentemente no Centro-Sul do estado.

Em termos econômicos, as velhas forças produtivas da agricultura foram substituídas por novas forças do tipo industrial; o espírito de inovação, o cálculo econômico, a divisão tecnológica do trabalho, o elevado capital técnico por trabalhador, a produção em massa e a alta produtividade caracterizaram grande parcela das atividades produtivas do Sudoeste goiano.

Mas também a proletarização da força de trabalho agrícola no Sudoeste goiano intensificou-se e o assalariamento temporário adquiriu fundamental importância. Os minifúndios tornaram-se “celeiros” de mão-de-obra, colaborando para a vertiginosa expansão de trabalhadores temporários no Sudoeste goiano, face ao processo de modernização na agricultura.

As transformações sócio-econômicas ocorridas em Goiás devem ser entendidas no contexto espacial do Centro-Oeste brasileiro, região que se articulou, na condição de “fronteira do capital”, em relação ao espaço hegemônico do capitalismo nacional, tendo São Paulo como polo dinâmico. Os Estados do Centro-Oeste caracterizaram-se pelo fornecimento de produtos agropastoris, de modo especial, cereais, aos núcleos urbanos de grande parte do país; ao mesmo tempo produzindo para exportação e contribuindo para melhoria no balanço de pagamentos. Por outro lado, na nova etapa da Marcha para o Oeste - a partir de 1970 - a região contribuiu para amenizar tensões demográficas oriundas de outros espaços brasileiros, servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios, além de via de penetração para ocupação do norte brasileiro.

1.2. A ECONOMIA DO SUDOESTE GOIANO

A ocupação econômica do Sudoeste goiano deu-se nas primeiras décadas do século XIX, coincidindo com a separação do território do Triângulo Mineiro da jurisdição de Goiás. O arraial de Rio Verde consistiu no primeiro povoamento da região e esteve isento, por longo tempo, da obrigação de pagamento de impostos sobre a criação de gado. Desde o início, o regime de aposseamento de terras na zona sudoeste foi livre e permitiu a delimitação de grandes fazendas de criação extensiva de bovinos. Em função do regime de aposseamento puro e simples - de caráter latifundiário - no Estado de Goiás não restaram, desde o início do século, grandes parcelas de terras devolutas. Na verdade, a terra ocupada na região teve dois tipos de uso: serviu como reserva de valor para capitais que ali eram investidos, mesmo sem caráter produtivo, e à exploração da pecuária extensiva.

Do desmembramento do antigo arraial de Rio Verde foram surgindo os principais municípios que hoje compõem a região Sudoeste de Goiás e, no século XX, o Sudoeste despontou como produtor de alimentos, principalmente arroz, comercializado e beneficiado no Triângulo Mineiro. Até 1960, a pecuária e a cultura do arroz predominavam na região. Entretanto, após 1970, no processo de modernização da agricultura em Goiás, o Sudoeste despontou na frente, em função do relevo e solo de média fertilidade, além da proximidade com a região de São Paulo. Diversificou de forma notável a economia e conserva características similares às mais avançadas áreas de cultivo agropecuário do interior paulista.

Podemos observar que o Sudoeste apresentou diferenciadas etapas na formação econômica. Primeiro, a exploração da pecuária extensiva que vai da ocupação até início do século XX. Em seguida, começa a destacar-se no cenário goiano pela produção de arroz, milho e feijão. Nas últimas décadas, com a incorporação de tecnologia avançada no campo, angariou o troféu de sede dos mais diversificados produtores agropecuários do Estado (ESTEVAM, 1998).

Não se pode esquecer que a região Sudoeste teve historicamente uma participação política decisiva no contexto do Estado. Desde a virada do século, na área do Sudoeste de Goiás, os proprietários de terra tanto exploravam as fazendas como controlavam os setores comercial e financeiro nas adjacências. Tornaram-se simultaneamente proprios

etários de terras e negociantes voltados para o comércio do Triângulo Mineiro. Diante do quadro administrativo de Goiás e da burocracia que emperrava o andamento dos negócios, os sudoestinos tentaram diversas vezes participar da ordem político-administrativa do Estado. O sucesso foi obtido quando o médico de Rio Verde, Pedro Ludovico, assumiu o poder em 1930, liquidando com a ordem tradicional e construindo uma nova capital para o Estado.

O que esteve por detrás da construção de Goiânia foi a viabilização de um projeto para proporcionar maiores possibilidades de produção e comercialização da riqueza do sul do Estado. O novo governo representava aspirações econômicas dos grupos Sudoestinos e do Triângulo Mineiro. Por detrás do promissor lema "desenvolvimentista" - embasado na idéia da construção de uma nova capital - pairava um pesado jogo político. As antigas oligarquias conservavam-se ativas no ambiente da velha capital, Goiás Velho, tendo, portanto, de ser politicamente anuladas. O Sudoeste buscava consolidar sua estrutura de poder. Assim, mascarados pela ideologia do progresso e pelo desejo de construção de uma nova capital estavam os anseios particulares dos novos líderes da região no executivo estadual. Mais do que numa capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sudoeste, o centro econômico dominante de Goiás.

Em meados da década de 1970, quando o cerrado despontava como uma das mais importantes regiões agrícolas do Brasil, Rio Verde foi o epicentro da revolução de grãos, pelas condições de solo, topografia e clima favorável à agricultura, potencializadas por uma classe de produtores que aderiram aos avanços tecnológicos, colocando-o na era do agribusiness. Este processo havia começado no final da década de 1960, quando um grupo de religiosos dos EUA, pertencentes à comunidade menonita, decidiu vir para o Brasil em busca de terra para plantar. "Vivíamos em pequenas propriedades no Estado de Kansas, e já estava ficando difícil fazer a partilha das terras entre os filhos, quando alguém morria", conta Charles Becker, cujo pai esteve no grupo que veio ao Brasil para "caçar terras", em 1969.

O grupo chegou a Brasília e comprou uma Kombi. "Eles percorreram milhares de quilômetros e só pararam em Rio Verde - GO porque a Kombi quebrou". Na oficina, onde consertavam o veículo, os norte-americanos souberam que havia uma imensa e improdutiva propriedade de 20 mil há, à venda, a poucos quilômetros dali. Os menonitas acabaram comprando 2.500 ha. Duas famílias, incluindo a de Becker, vieram dos

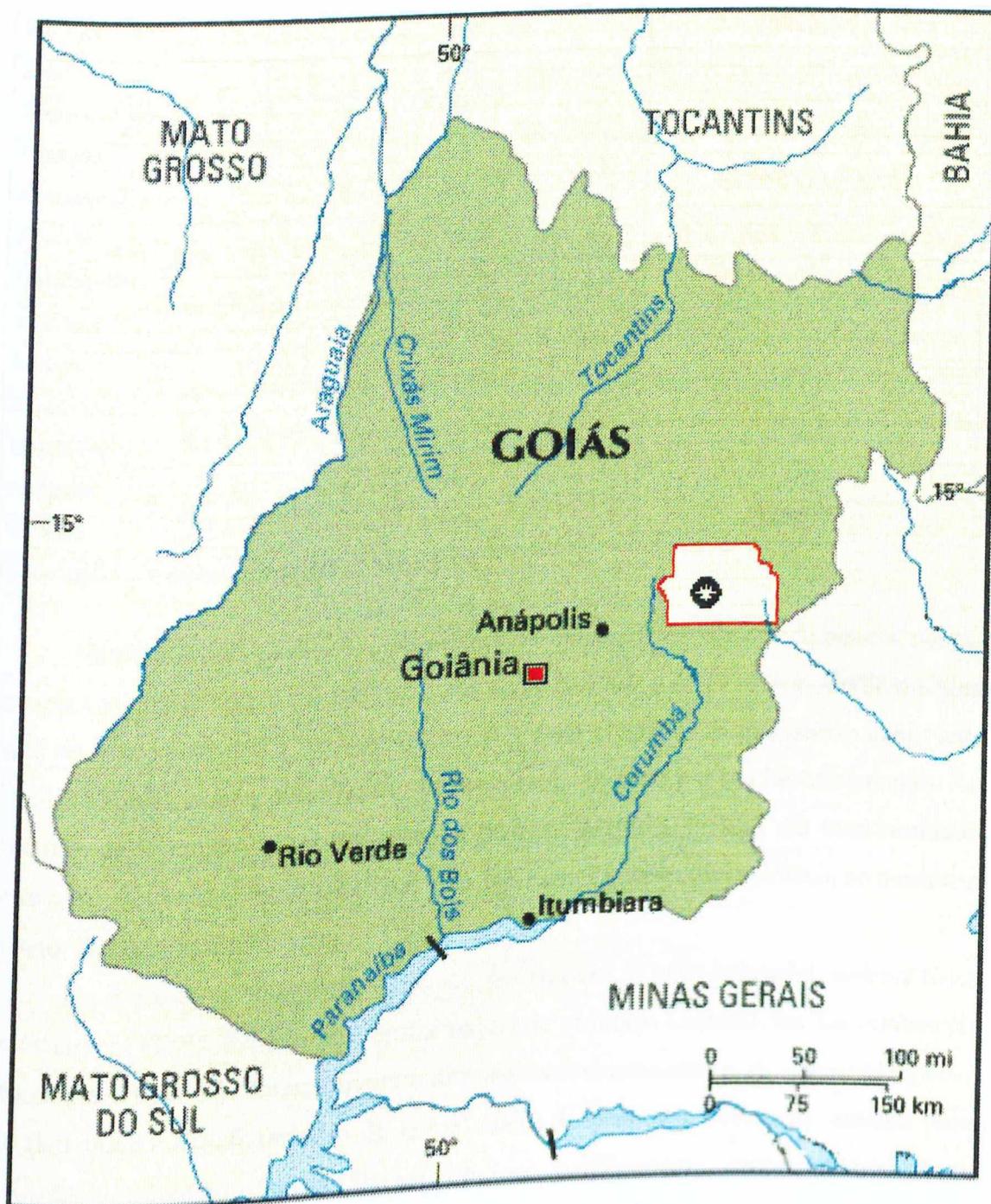
Estados Unidos da América (EUA) e, hoje, a comunidade congrega mais de 70 famílias dos Estados Unidos.

A primeira produção de soja dos menonitas deu-se em 1972. Acredita-se que foi esse também o primeiro plantio de grão na cidade. "Quando chegamos, isso aqui era só pasto e mato. A fauna era muito rica. Vi pássaros que eu nunca havia visto e até onças", diz Charles Becker (Folha de São Paulo, 22/02/2000). Foi um dos primeiros grupos de imigrantes a chegar em Rio Verde e a explorar as terras do Cerrado com a cultura da soja.

Segundo PALACÍN (1994), na década 1960 à 1970, não houve uma modificação fundamental com respeito à indústria, embora os serviços tenham se desenvolvido muito mais rapidamente, em virtude do acelerado processo de urbanização. Em 1970, a indústria contribuía com apenas 4,5% da renda estadual. Isto significa que a indústria continuava sendo de pouca expressão em Goiás, para a formação de riqueza e a oferta de empregos: sua participação na renda estadual apresentava quatro vezes menor que a média nacional.

Examinemos a seguir os Indicadores Econômicos dos anos de 1960 e 1970 nos setores da Indústria, Comércio e Serviços em Rio Verde e a área de atuação da COMIGO, tendo três cidades como referencial de comparação através da sua localização geográfica: Itumbiara ao sul, Anápolis ao norte e Goiânia ao centro. Vejamos os quadros 01, 02, e 03 e a figura 01.

FIGURA 01
MAPA DO ESTADO DE GOIÁS COM AS CIDADES DE COMPARAÇÃO EM
RELAÇÃO À ÁREA DE ATUAÇÃO DA COMIGO



QUADRO 01
INDICADOR DA INDÚSTRIA DOS ANOS DE 1960 e 1970

Municípios	Indústria	
	1960	1970
	Pessoal Ocupado Total	Pessoal Ocupado Total
Rio Verde	140	261
Jataí	406	482
Santa Helena de Goiás	58	278
Paraúna	13	59
Serranópolis	02	13
Jandaia	18	16
Quirinópolis	30	114
Acreúna	-	-
Indiara	-	-
Montividiu	-	-
Itumbiara	136	563
Anápolis	790	2.983
Goiânia	1.110	5.818

Fonte: IBGE – Censos Industriais – 1960 e 1970.

Verifica-se, no quadro 01, um melhor desempenho no número de pessoal ocupado com a atividade industrial em Jataí, nos anos de 1960 e de 1970. Rio Verde melhora neste setor nos anos 1970, mas perde para o grande crescimento que ocorre com Santa Helena de Goiás, com o desempenho da lavoura de algodão e o seu beneficiamento. Ao tratarmos de Itumbiara, ao sul do Estado, percebe-se que apresenta um bom resultado neste setor, por estar próximo ao Triângulo Mineiro. Já Anápolis e Goiânia se destacam no setor secundário e terciário.

No processo de integração nacional, por sua vez, o setor industrial, embora fosse incipiente em Goiás, evoluiu na transformação de produtos alimentícios. Os estabelecimentos industriais existentes estiveram diretamente relacionados com o setor agropecuário (laticínios e beneficiamento de grãos), além de pequenas indústrias voltadas para atividades tipicamente urbanas (fábricas de doce, panificadoras, olarias, cerâmicas). A concentração industrial esteve localizada em Goiânia e Anápolis, os dois centros responsáveis pela dinâmica da economia regional, onde predominavam as indústrias alimentares, responsáveis por cerca de 80% da produção industrial do estado.

QUADRO 02

INDICADOR DO COMÉRCIO DOS ANOS DE 1960 E 1970

Municípios	Comércio			
	1960		1970	
	Varejista	Atacadista	Varejista	Atacadista
	Pessoal Ocupado Total*	Pessoal Ocupado Total	Pessoal Ocupado Total*	Pessoal Ocupado Total
Rio Verde	286	02	1.001	82
Jataí	339	04	1.037	47
Santa H. Goiás	119	01	711	57
Paraúna	31	-	-	-
Serranópolis	13	02	22	-
Jandaia	31	-	66	-
Quirinópolis	28	-	367	30
Acreúna	-	-	-	-
Indiara	-	-	-	-
Montividiu	-	-	-	-
Itumbiara	248	-	920	59
Anápolis	1.138	175	2.368	511
Goiânia	2.474	441	8.485	2.193

Fonte: IBGE – Censo Comercial – 1960 e 1970

• Inclusive membros das famílias não remunerados, com atividade no estabelecimento.

No quadro 02, Indicador do Comércio nos anos 1960 e 1970, verificamos o desempenho maior do comércio varejista nos municípios de Jataí, Rio Verde e Santa Helena de Goiás, tendo os outros municípios da área de atuação da COMIGO apresentado menor desempenho neste setor. Quanto ao comércio atacadista, todos os municípios que fazem parte da área de atuação da COMIGO não apresentam nenhuma expressão de crescimento. O município comparativo Itumbiara ao Sul apresenta um crescimento menor, comparado a Anápolis e Goiânia que apresentam uma característica de crescimento na agroindustrialização. Nos anos de 1970, todos os municípios apresentam crescimento, pois as políticas de crédito e a modernização da agricultura fazem com que o comércio se diversifique e cresça na compra e venda de alguns produtos como insumos e equipamentos basicamente para a agropecuária. Neste contexto, os dois maiores centros urbanos de Goiás – Anápolis e Goiânia – articularam-se ao processo de integração do

comércio nacional, na condição de entrepostos mercantis, especializando-se em atividades terciárias, principalmente comércio e transporte de mercadorias. A importação, a distribuição de produtos industrializados e a exportação de produtos agropecuários animaram a vida sócio-econômica das duas cidades.

QUADRO 03

INDICADOR DE SERVIÇOS NO ANO DE 1960 E 1970

Municípios	Serviços – 1960			Serviços – 1970		
	Total de Serviços	Serviços de Alojamento e de Alimentação	Serviços de Reparação	Total de Serviços	Serviços de Alojamento e De Alimentação	Serviços de Reparação
	Pessoal Ocupado Total*	Pessoal Ocupado Total*	Pessoal Ocupado Total	Pessoal Ocupado Total*	Pessoal Ocupado Total*	Pessoal Ocupado Total
Rio Verde	150	70	31	446	163	106
Jataí	365	166	95	731	271	184
Santa H. de Goiás	89	41	18	297	123	91
Paraúna	18	13	-	59	37	09
Serranópolis	04	04	-	22	16	-
Jandaia	19	13	-	28	17	06
Quirinópolis	19	12	02	191	80	-
Acreúna	-	-	-	-	-	-
Indiara	-	-	-	-	-	-
Montividiu	-	-	-	-	-	-
Itumbiara	164	95	25	440	150	90
Anápolis	927	360	224	1.569	532	409
Goiânia	1.732	797	334	5.911	2.182	1.204

Fonte: IBGE – Censo de Serviços – 1960 e 1970

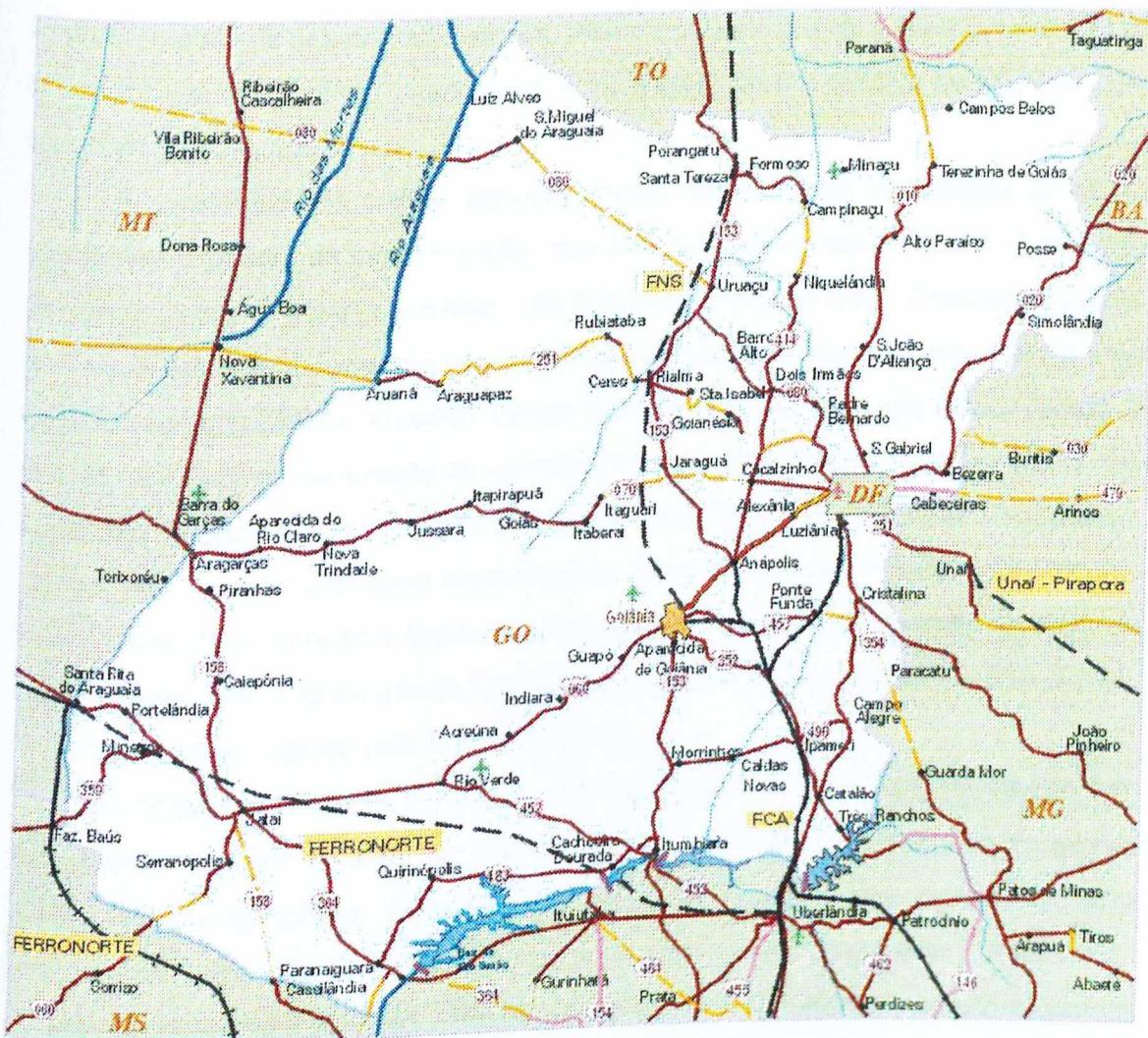
- Inclusive membros da família não remunerados, com atividade no estabelecimento.

O quadro 03, Indicador de Serviços nos anos de 1960 e 1970, apresenta, na área de atuação da COMIGO, um desempenho pequeno, como também o município comparativo de Itumbiara, pois a sua base era agrícola e este setor não apresentou muita evolução neste período. Mas os municípios de Anápolis e Goiânia apresentam já um crescimento de 1960 para 1970, e toda sua área de atuação está voltada mais para o comércio e a indústria.

Na medida em que o estado se urbanizou, como exemplo temos Anápolis e Goiânia, o terciário - ligado à mercantilização de produtos agropecuários destinados aos centros mais dinâmicos do país e de produtos industrializados no território - obteve incremento eminentemente na área de comércio e de transportes. Os aluguéis e outros (serviços pessoais) tenderam ao crescimento na medida em que se possibilitou a montagem de um sistema comercial vigoroso no eixo Anápolis – Goiânia.

Ainda se observa nos quadros 01, 02, e 03 anteriores, que se destaca nas décadas de 1960 e 1970, três municípios nos setores Industrial, Comercial e de Serviços, antes da instalação da COMIGO, pela ordem: o município de Jataí, Rio Verde e Santa Helena de Goiás. A explicação é que o meio de circulação de mercadorias era feito pela BR - 364 que passa por Jataí e encontra a BR - 153 em Minas Gerais, que desempenha a função de espinha dorsal do sistema rodoviário estadual ligando-se aos estados do Maranhão e Pará, no sentido norte, e Minas e São Paulo no sentido sul. Ainda não existia a BR - 452, com extensão de 210 Km, entre Rio Verde e Itumbiara, que interliga as regiões do Sudoeste goiano e Nordeste mato-grossense com o sul do país, onde ocorreu o desenvolvimento do setor algodoeiro, em função da alta fertilidade natural do solo e topografia plana. Com a sua construção, Rio Verde e Santa Helena de Goiás tornam o fluxo de mercadorias mais intenso, via Itumbiara, às regiões do Sul do país. Já a BR - 060, sai de Brasília, passa por Anápolis, Goiânia, Rio Verde, Jataí, Serranópolis, até atingir a divisa GO/MS, sendo uma rodovia de grande importância para o Sudoeste goiano. Por isso, Itumbiara, ao Sul, deve seu crescimento à influência do Triângulo Mineiro. E Goiânia (centro) e Anápolis (norte) devem seu crescimento aos setores secundários e terciários por não ter sua região vocação para a agricultura, veja a figura 02.

FIGURA 02
MAPA DO ESTADO DE GOIÁS COM AS IMPORTANTES RODOVIAS QUE CORTAM O SUDOESTE GOIANO E A ÁREA DE ATUAÇÃO DA COMIGO: BR – 364, BR – 153, BR – 452 E BR – 060.



do crédito rural como o seu principal instrumento. Tratava-se de criar um adequado sistema de financiamento, com novos instrumentos fiscais e financeiros bem como a utilização plena de instrumentos já existentes.

Muitas são as especificidades do setor agrícola, principalmente as que decorrem do maior tempo de rotação do capital, quando comparado com o industrial. Quanto mais longo for o ciclo de determinada cultura, maior a necessidade de capital de giro e prazo de retorno do capital fixo, o que exige a montagem de um política de financiamento com prazos adequados.

A necessidade de crédito agrícola advém, portanto, da necessidade de capital gerada pela expansão da modernização, que está associada à capitalização. Com a modernização criam-se novas demandas - de máquinas, equipamentos, ferramentas e insumos - ao mesmo tempo em que insumos, antes produzidos internamente, passam a ser supridos por fornecedores externos (como por exemplo, as sementes selecionadas). E para dar suporte a modernização da agricultura o governo cria uma rede de bancos. Segundo SERVILHA (1994), em 1943, é criada a Caixa Nacional de Crédito Cooperativo, que, em 1951, passou a ter nova denominação, Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Em 1950, é criado o Banco da Amazônia e, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil. Apesar disso e da existência dos bancos privados, o crédito rural continuou a ser, na sua maior parte, suprido pelo Banco do Brasil.

Na segunda metade da década de 1960, ganham força total as propostas de modernização que, desde o início da década, faziam parte das interpretações de muitas análises sobre a agricultura. A mudança significativa ocorrida nesse período é que, a partir de então, estas propostas são incorporadas pelos planos de governo e tomam forma através das políticas públicas voltadas para o setor rural. Vejamos os quadros abaixo de números 04, 05, 06 e 07, que mostram como a agricultura se apresentava nos anos de 1960 e 1970 em Rio Verde e a área de atuação da COMIGO, antes de sua fundação. Veremos no terceiro capítulo uma análise da produção e produtividade das culturas do arroz, milho, algodão e soja, nas décadas de 1960 e 1970, que antecede a fundação da COMIGO e depois da fundação desta cooperativa.

QUADRO 04
INDICADOR DA AGRICULTURA DE ARROZ - 1960 e 1970

Municípios	1960		1970	
	Quantidade (t)	Área* (ha)	Quantidade (t)	Área* (ha)
Rio Verde	27.679	20.456	52.358	54.613
Jataí	4.264	3.489	14.788	15.230
Santa Helena de Goiás	20.152	12.114	10.147	10.052
Paraúna	2.949	2.875	24.003	31.115
Serranópolis	1.310	841	4.178	4.324
Jandaia	2.069	1.608	4.605	6.306
Quirinópolis	28.432	16.598	25.614	30.565
Acreúna	-	-	-	-
Indiara	-	-	-	-
Montividiu	-	-	-	-
Itumbiara	56.676	54.640	41.139	34.853
Anápolis	3.495	2.263	4.561	4.902
Goiânia	1.325	1.232	4.450	4.505

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1960 e 1970.

- Inclusive a área de cultivo intercalado e misto.

Observa-se no quadro 04, Indicador da Agricultura de Arroz, que se destacam nos anos 1960, três municípios que farão parte da área de atuação da COMIGO: Quirinópolis (28.432 ton.), Rio Verde (27.679 ton.) e Santa Helena de Goiás (20.152 ton.), mas Itumbiara se destaca pela grande produção (56.676 ton.). Já nos anos de 1970, Itumbiara (41.139 ton.) perde a liderança para Rio Verde (52.358 ton.). Quirinópolis se mantém na produção de (25.614 ton.) e Santa Helena de Goiás diminui sua produção dando espaço para o município de Paraúna (24.003 ton.). Tanto Anápolis ao Norte quanto Goiânia ao Centro não apresentam nenhuma evolução na produção de Arroz.

O incremento na produção de arroz na área de atuação da COMIGO deu-se em função da incorporação de novas terras durante todo o processo de integração. Aumentava-se a área no intuito de obter maior e melhor produção. A produção de arroz se deu, na maior parte, com utilização mínima de tecnologia e não foi sem razão que se tornou o produto agrícola de mais fácil exploração: plantado em qualquer terreno, principalmente em gleba recém desmatada, não exigindo adubações, nem cuidados excessivos. O

arroz, por ter um ciclo produtivo de pequena duração, não exige grande inversão de capital e assim, tem um rápido retorno dos gastos feitos com a lavoura. Gerida em grande parte em nível da economia familiar, esta cultura enfrentou problemas de financiamento e armazenamento e esteve fortemente subordinada ao capital mercantil, sendo drenada para estocagem e negociação nos centros urbanos comerciais.

No quadro 05, a seguir, verifica-se que nos anos de 1960 a Agricultura do Milho apresentava pequena representatividade nos municípios onde posteriormente seria instalada a COMIGO. O município de destaque era Itumbiara com (22.072 ton.) localizado ao Sul do Estado de Goiás. Em 1970 se observa o crescimento da produção do milho em Rio Verde, passando de (6.983 ton.) em 1960 para (23.148 ton.) em 1970. Outro município que se destacou foi Quirinópolis que tinha uma produção em 1960 de (8.301 ton.) e foi em 1970 para (23.683 ton.). Itumbiara continua com uma grande produção de (38.326 ton.), e os municípios de Anápolis e Goiânia continuaram sem expressão na agricultura.

QUADRO 05

INDICADOR DA AGRICULTURA – MILHO DOS ANOS 1960 e 1970

Municípios	1960		1970	
	Quantidade (t)	Área* (há)	Quantidade (t)	Área* (há)
Rio Verde	6.983	5.516	23.148	16.452
Jataí	2.834	2.184	3.537	3.125
Santa Helena de Goiás	7.172	4.135	7.669	5.804
Paraúna	1.898	1.841	7.707	8.119
Serranópolis	1.051	744	866	984
Jandaia	1.475	1.231	2.404	2.340
Quirinópolis	8.301	6.278	23.683	17.940
Acreúna	-	-	-	-
Indiara	-	-	-	-
Montividiu	-	-	-	-
Itumbiara	22.072	20.107	38.326	26.162
Anápolis	4.291	3.443	5.538	3.363
Goiânia	1.854	1.611	1.772	1.831

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1960 e 1970.

* Inclusive a área de cultivo intercalado e misto.

O plantio do milho sempre foi tradicional na área de atuação da COMIGO, pois o cereal participa do sistema de renovação de pastos e constitui culturas de unidade familiar. Sua expansão no período deveu-se aos estímulos decorrentes do valor comercial do produto e de sua utilização na transformação industrial alimentar. O milho plantado nos anos de 1960 e 1970 provinha de uma velha estrutura agrícola, pois os ganhos de produtividade, a partir de 1980, revelam nova estrutura no cultivo do cereal.

Verifica-se no quadro 06, sobre a Cultura do Algodão, no ano de 1960, que o município com melhor desempenho foi Santa Helena de Goiás com (142 ton.), e os outros municípios apresentam uma produção inexpressiva. Já em 1970, este município destaca-se com grande produção (38.749 ton.) e Rio Verde passa de uma produção de Algodão, em 1960, de (17 ton.) para, em 1970, (16.979 ton.). Os municípios que utilizamos para comparação: Itumbiara, Anápolis e Goiânia tiveram pequena representatividade na Cultura do Algodão nos anos de 1960 e 1970 e, podemos dizer que a cultura do algodão não foi muito aceita na área de atuação da COMIGO, como o foi nos municípios comparativos Itumbiara, Anápolis e Goiânia, por ser extremamente vulnerável ao ataque de pragas, alta utilização de defensivos e realização manual da colheita.

QUADRO 06

INDICADOR DA AGRICULTURA – ALGODÃO NOS ANOS 1960 e 1970

Município	1960		1970	
	Quantidade Produzida (t)	Área (ha)	Quantidade Produzida (t)	Área (ha)
Rio Verde	17	-	16.979	8.452
Jataí	01	-	0	0
Sta Helena de Goiás	142	-	38.749	19.811
Paraúna	01	-	2.523	1.410
Serranópolis	-	-	10	40
Jandaia	21	-	109	74
Quirinópolis	32	-	394	347
Acreúna	-	-	-	-
Indiara	-	-	-	-
Montividiu	-	-	-	-
Itumbiara	64	-	182	91
Anápolis	08	-	0	01
Goiânia	09	-	04	16

Fonte: IBGE – Censo Agropecuários – 1960 e 1970.

Obs: Nos dados sobre Algodão de 1960, não é informado a área (ha) plantada.

Verificamos no quadro 07, na página seguinte, que no caso do Indicador de Cultura da Soja, Rio Verde apresenta uma produção inicial de (3.214 ton.) e começa a despertar para este tipo de cultura os municípios de Quirinópolis com (1.277 ton.) e Acreúna com (2.233 ton.). O município comparativo de Itumbiara apresenta uma pequena produção (62 ton.) e Anápolis e Goiânia não aderiram à Cultura da Soja. O plantio da soja na área de atuação da COMIGO, de um lado, esteve associado à mobilidade espacial de imigrantes do Sul do país, empurrados da origem pela concentração de terras – rumo às regiões de fronteira; de outro, pelo avanço técnico nas pesquisas de plantio no Cerrado e pelo crédito concedido pelo governo federal. Boa parte dos imigrantes sulistas encontraram oportunidades de assentamento na área de atuação da COMIGO, em virtude de encontrarem acesso à terra, facilitado por um preço mais baixo, ou até mesmo pela não obrigatoriedade da compra da mesma para nela produzir, permitindo-se reser-

var o capital para investimentos em tecnologia e insumos dentro de um sistema moderno de arrendamento.

QUADRO 07

INDICADOR DA AGRICULTURA – SOJA DOS ANOS 1970

Municípios	1970	
	Quantidade (t)	Área (há)
Rio Verde	3.214	3.713
Jataí	01	05
Sta Helena de Goiás	633	931
Paraúna	295	539
Serranópolis	02	02
Jandaia	01	01
Quirinópolis	1.277	1.502
Acreúna	2.233	1.927
Indiara	-	-
Montividiu	-	-
Itumbiara	62	23
Anápolis	-	-
Goiânia	-	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1970.

Ainda se observa nos quadros 04, 05, 06 e 07 anteriores, que, na década de 1960 e 1970, a cultura do Arroz foi a base da produção agrícola em Rio Verde e na área de atuação da COMIGO, seguida pelas culturas do Milho e Algodão, até se iniciar o processo de substituição pela cultura da soja, já dentro dos padrões da modernização da agricultura, antes da fundação da COMIGO.

Retomaremos, no terceiro capítulo, os quadros apresentados anteriormente com as culturas de arroz, milho, algodão e soja, como resultados da modernização da agricultura, subsidiado pelo crédito rural e políticas públicas, como os planos e programas especiais para desenvolvimento regional, o POLOCENTRO, para verificarmos a melhoria na produção e produtividade com acompanhamento da base técnica após a fundação

da COMIGO, que é um dos objetivos propostos neste trabalho. Vejamos o que diz GONÇALES NETO (1991), sobre os planos dos governos militares:

“à medida que se esvai a força das propostas transformadoras da estrutura agrária, vão tomando cada vez mais força as propostas modernizantes, por onde caminhará a política agrícola de todo o período. No pós-64, a questão da agricultura passa a ser tratada pelo princípio da eficiência, dando-se destaque à reação do setor aos preços e à necessidade de se proceder a intensificação da utilização de insumos modernos, para o aumento da produção e da produtividade.” (GONÇALES NETO, 1991:54)

Antes de discutir a modernização da agricultura da área de atuação da COMIGO, e sua subordinação crescente à dinâmica da acumulação de capital no conjunto da economia, torna-se necessário esclarecer rapidamente o que se entende aqui por modernização. Vamos ver o que KAGEYAMA (1990) diz sobre a modernização da agricultura:

“entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos, fertilizantes, defensivos, etc., mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir. A modernização da agricultura no Brasil é, depois, um processo antigo. Nesta transformação da forma de produzir houve substituição de determinadas culturas por outras e, dentro da mesma cultura, por outras variedades modernas.” (KAGEYAMA, 1990:97).

24 Falar em modernização da agricultura brasileira significa pensar um processo que não exclui a convivência com a agricultura tradicional. Essa persiste até os dias atuais, mas vai perdendo sua importância enquanto forma mais geral de produzir. Segundo MARTINE e BESKOW (1987), essa estrutura de produção agrícola, porém, só veio a ser efetivamente acionada no contexto do novo estilo de desenvolvimento que se implantou a partir de 1964. Neste momento, iniciou-se a implementação da ideologia de modernização conservadora do governo militar, via internacionalização e, consequentemente, aceleração do processo de industrialização. A coincidência dessas ações com a fase ascendente do ciclo econômico como "milagre brasileiro" permitiu que se alterassem profundamente as alianças tradicionais e se privilegiasssem as formas "modernas" ou "empresariais" de produção agrícola.

Ainda para MARTINE & GARCIA (1987), o projeto de modernização conservadora da agricultura, adotado após 1964, não somente acelerou o desenvolvimento

capitalista no campo, privilegiando as culturas dinâmicas, mas também ocasionou o virtual fechamento da fronteira para os pequenos produtores. Os anos de 1965 e 1966 serviram, pois, para mostrar que a sustentação da política de modernização, via crédito rural, requeria a captação de recursos não inflacionários, o que dependia de mudanças no mercado de capitais, no conjunto do sistema financeiro e no sistema tributário.

Criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através da Lei nº 4.829, regulamentada pelo Decreto nº 58.380 de 10 de maio de 1966, os integrantes básicos do SNCR ficaram definidos como sendo o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S.A., o Banco de Crédito da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Foram definidos, como órgãos auxiliares, os Bancos Oficiais, os Bancos Privados, as Caixas Econômicas, as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e as Cooperativas de Crédito, desde que operassem com crédito rural, dentro das diretrizes fixadas pela lei.

Estavam ainda vinculados ao SNCR conforme o disposto na Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). No início dos anos 1970, já se começava a sentir as pressões monetárias e financeiras decorrentes da política econômica implementada no final da década anterior. Esse crescimento decorreu basicamente da política creditícia de incentivo às exportações e aos programas especiais ligados ao setor rural.

Além dos programas já existentes, ênfase adicional foi dada àqueles vinculados à política de integração nacional. Essa política buscava, segundo os mentores da política econômica da época, aproveitar o potencial do Brasil como fornecedor mundial de produtos agrícolas, através do estabelecimento de áreas e programas integrados. Importante parcela dos programas criados nesse período tinha também uma articulação significativa com o processo de modernização, buscando o aumento da produtividade agrícola, além de possuir razoável grau de envolvimento com os setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos, constantes do complexo agroindustrial. Tais programas visavam induzir os agricultores à utilização intensiva de fertilizantes, sementes melhoradas e mecanização. No ano de 1975, por exemplo, o crescimento no número de tratores produzidos no País foi de 23,7% (SERVILHA, 1994).

Vejamos no quadro 08, os Indicadores de Máquinas, de 1960 e 1970, em Rio Verde e área de atuação da COMIGO antes de sua implantação, para verificamos que, nos anos de 1960, o número de estabelecimentos com declaração de tratores era pequeno, destacando o município de Rio Verde com (135 tratores) e Itumbiara com (337 tratores).

QUADRO 08

INDICADOR DE MÁQUINAS 1960 e 1970

Municípios	Estabele- cimento	Tratores 1960		Estabele- cimento	Tratores 1970	
		Estabeleci- mentos decla- rados no IBGE	Total		Estabeleci- mentos declarados no IBGE	Total
Rio Verde	1.538	113	135	3.095	348	446
Jataí	842	14	24	1.273	66	81
Santa Helena de Goiás	753	51	70	910	205	347
Paraúna	558	13	18	847	164	232
Serranópolis	184	04	04	379	19	22
Jandaia	353	04	11	791	34	42
Quirinópolis	2.015	56	68	1.753	203	269
Acreúna	-	-	-	-	-	-
Indiara	-	-	-	-	-	-
Montevidiu	-	-	-	-	-	-
Itumbiara	1.766	282	337	2.087	433	514
Anápolis	1.178	14	20	1.227	65	79
Goiânia	885	26	35	1.457	87	106

Fonte: IBGE – Censos Agrícolas de 1960 e 1970.

Nos anos 1970, além de Itumbiara (514 tratores) e Rio Verde (446 tratores), destaca-se Santa Helena de Goiás (347 tratores), Quirinópolis (269 tratores) e Paraúna (232 tratores). Isto já é reflexo da modernização da agricultura, lembrando que os municípios de Itumbiara, Anápolis e Goiânia são comparativos pela sua localização geográfica.

ca. O financiamento rural foi poderoso instrumento de modernização da agricultura ao possibilitar incorporação de maquinário e insumos ao processo produtivo. As modificações na base técnica da exploração agropecuária na área de atuação da COMIGO, em função do crédito rural, foram intensas na década de 1970. Tal processo pode ser aprendido em função do aumento acelerado do número de tratores na região de atuação da COMIGO. Este comportamento é significativo porque a máquina viabiliza a utilização de implementos (arados, semeadeiras, pulverizadores) bem como o consumo sistematizado e rotineiro de outros insumos agrícolas.

Além de o setor agropecuário já se beneficiar de taxas reais de juros negativos, a partir de 1974, o governo intensificou ainda mais esse estímulo, passando a subsidiar totalmente os encargos de insumos modernos. São criados: o Programa de isenção de encargos bancários aos créditos rurais destinados à aquisição de insumos subsidiáveis; o Programa de Subsídio ao Preço de Fertilizantes (PROFERT), que estabeleceu um novo mecanismo de estímulo ao uso de fertilizantes químicos e minerais e foi regulamentado em 14 de abril de 1975; o Programa Nacional de Calcário Agrícola (PROCAL), regulamentado em 09 de janeiro de 1975, que financiou correção de solos ácidos, como o do Cerrado, oferecendo prazo de 5 anos para pagamento.

Em meados da década de 1970, a agropecuária da área de atuação da COMIGO achava-se em plena expansão, devido aos diversos programas de incentivo e subsídios à atividade agrícola promovidos pelos governos militares, tais como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Mas muitas ainda eram as dificuldades a serem enfrentadas, principalmente aquelas que diziam respeito à falta de infra-estrutura nos setores de armazenagem, estradas e energia para a expansão dos programas agrícolas já implantados. Segundo ESTEVAM (1998), no caso da primeira, a capacidade de armazenamento obtida com recursos do programa não atingiu sequer um terço do orçamento previsto quando de sua elaboração e a abertura/pavimentação de estradas quase somente a metade do estipulado. No setor de energia, porém, as metas executadas conseguiram avançar além das estimativas iniciais.

É neste contexto que surge a COMIGO, em 1975, a partir da ocupação de terras com a produção de arroz, que, em geral, constituiu a primeira etapa da formação de pastagens. Os primeiros 50 associados fundadores decidiram constituir a sociedade para

reunir cotas individuais que permitissem integralizar o investimento para a construção da infra-estrutura de armazenagem necessária à expansão da produção de grãos.

A COMIGO é hoje uma grande cooperativa na verticalização da produção e agregação de valor aos produtos agropecuários, na busca de alternativas para a diversificação agropecuária, com 4.028 associados e 1.259 funcionários e a cada dia busca se consolidar no mercado cada vez mais difícil e competitivo.

1.4. PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INFLUENCIARAM A FUNDAÇÃO DA COMIGO E A EXPANSÃO AGRÍCOLA NO CERRADO

Foram criados e implementados programas e planos especiais pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro- Oeste (SUDECO), que, combinados com planos de abrangência nacional (os Planos Nacionais de Desenvolvimento - PNDs), resultaram numa autêntica política espacial para a região, orientada para três áreas distintas. Uma delas abrangia o norte do Mato Grosso e o norte de Goiás (hoje, Estado do Tocantins) e seu objetivo era desenvolver a colonização nessas regiões, mediante a introdução e o estímulo de novas atividades econômicas. A Segunda era dedicada ao atual Estado de Mato Grosso do Sul e visava integrar a região ao programa de corredores de exportação, aumentando as vendas brasileiras de grãos para o exterior. Veja quadro 09 abaixo.

Finalmente, a terceira tinha como ponto principal fixar populações em áreas próximas ao Distrito Federal, implementando infra-estruturas sociais e econômicas que evitassem intensos fluxos migratórios para Brasília. Esse conjunto de ações veio acompanhado da ampliação da malha rodoviária, de uma política de financiamento de grandes projetos agropecuários e de incentivos fiscais para compra de grandes glebas de terras devolutas por parte de empresários e especuladores do Sul, do Sudeste e até do exterior. No final dos anos 1970, foram intensificados novos programas especiais para a região.

QUADRO 09

PROGRAMAS ESPECIAIS PARA O CENTRO-OESTE

Nome/Sigla do Programa	Área Geográfica de Abrangência	Objetivos a serem Alcançados
Programa de desenvolvimento dos cerrados (Polo-centro)	Mato Grosso do Sul e Goiás	Integrar as áreas do cerrado ao processo produtivo, através de técnicas modernas (adubação, mecanização e calagem)
Programa de desenvolvimento da Região da Grande Dourados (Prodegran)	Região de Dourados no sul de Mato Grosso do Sul	Modernização da agricultura regional.
Programa de desenvolvimento do Pantanal (Prodepan)	Região do Pantanal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	Controle de enchentes, regularização dos rios e construção de estradas.
Pólos agropecuários e agro-minerais da Amazônia (Polar-amazônia)	Norte de Mato Grosso e norte de Goiás (hoje, Tocantins)	Construção de estradas e abertura de projetos de colonização oficiais e particulares.
Programa de desenvolvimento da região geoeconômica de Brasília	Regiões que circundam a capital federal	Atingir o desenvolvimento equilibrado da área, reduzindo o poder de atração da capital sobre áreas vizinhas.
Programa de desenvolvimento integrado do noroeste do Brasil (Polonordeste)	Oeste e noroeste de Mato Grosso (incluindo Rondônia)	Desenvolver a região ao longo da Rodovia BR-364.

Fonte: José Arbex Jr., Nelson Basic Olic. Rumo ao Centro - Oeste: O Brasil em regiões. São Paulo: Moderna, 1996 - (Coleção Polêmica).

O Programa Nacional de Armazenagem Rural o PRONAZEM financiou a construção/ampliação de armazéns com prazo de 10 anos para pagamento. O Programa de Investimento Agropecuário – PROINVEST - financiou investimentos fixos e semi-fixos necessários à produção agropecuária com prazo de 6 anos. Em todos estes programas os juros eram subsidiados (taxas de 3% a.a.), sendo os principais beneficiários as cooperativas e produtores rurais individuais.

A partir de meados da década de 1970, a atratividade da região do Cerrado para a agricultura comercial, notadamente a da soja, ampliou-se consideravelmente em consequência da demanda crescente pelo produto nos mercados internacionais. Foi devido a essa de-

manda que a agricultura se viabilizou no Cerrado, inicialmente nas áreas mais bem servidas de infra-estrutura, apesar da redução de incentivos e subsídios. O crédito agrícola subsidiado teve grande influência na expansão da agropecuária, inclusive no Cerrado, devido a dois impactos: um direto, relativo às expectativas de rentabilidade dos agricultores com acesso ao crédito, e outro indireto, relativo ao preço da terra.

Entre 1970 e o início da década de 1980, o crédito subsidiado constituiu-se no pilar da política agrícola no Brasil, sendo que os agricultores modernos e politicamente mais influentes foram os que mais se beneficiaram dela. Devido à presença de subsídios no crédito rural, os bancos elevaram substancialmente as exigências de garantia para a concessão de empréstimos. Uma dessas exigências era de que o agricultor que pleiteasse empréstimos fosse o proprietário da terra. Esse fato, juntamente com rápida expansão na disponibilidade de crédito agropecuário no período, fez com que aumentasse a demanda por terra agrícola e seu preço em termos reais. Criou-se também uma espiral especulativa ascendente no preço da terra.

A recessão dos anos 1980, associada a pressões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, levou à redução na disponibilidade real de crédito rural, bem como à eliminação gradual dos seus subsídios implícitos. Por conseguinte, amorteceu-se a tendência ascendente do preço real da terra agrícola. A aceleração inflacionária ocorrida no país, após 1973, e as dificuldades enfrentadas pelo governo nas suas tentativas de estabilização da economia transformaram a terra (tanto rural, quanto urbana) em importante reserva de valor. Via de regra, o valor da terra em termos reais se deprecia com a inflação, o que resulta na ampliação da demanda por terra, num ambiente inflacionário.

Sabemos que a quase total isenção de imposto de renda sobre atividades agropecuárias no Brasil tem estimulado a ocupação de terras e a retirada de sua cobertura vegetal para o plantio de pastagens. Ao isentar as atividades agrícolas do pagamento de imposto de renda, a rentabilidade da terra seria artificialmente ampliada, aumentando-se a demanda e o preço da terra, incentivando-se sua ocupação em área de fronteira, onde a terra é mais barata.

Este argumento não é totalmente correto, pois ignora que a agricultura no Brasil vem sendo submetida a forte tributação explícita e implícita. Até recentemente, enquanto as exportações de manufaturados eram isentas de toda tributação e recebiam subsídios, as exportações agrícolas in natura estavam sujeitas a elevadas tributação indireta. Além disso, tem sido substancial a tributação implícita decorrente de tabelamento de preço de alimentos; da contenção ou estabelecimento de quotas de exportação; de embargos; da supervvaloriza-

ção do cruzeiro; da importação subsidiada de certos itens de vendas abaixo do custo de produtos dos estoques governamentais, entre outras medidas.

Em decorrência desses fatores, os preços agrícolas têm sido submetidos a pressões descendentes, que tiveram impactos negativos sobre o preço da terra. É, portanto, difícil se chegar a uma conclusão final sobre o efeito líquido da isenção de imposto de renda e das tributações sobre o preço da terra e sobre a expansão da fronteira agrícola. Determinadas áreas do Cerrado foram, em maior ou menor grau, atingidas por políticas e programas governamentais de ação direta sobre a região ou sobre algumas de suas áreas. Estes programas e políticas criaram condições para a expansão de frentes de agricultura comercial, campesinas e especulativas, contribuindo para a abertura, a ocupação e, em alguns casos, para a intensificação da atividade econômica.

1.4.1. Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)

Os resultados desalentadores das políticas de abertura e ocupação da Amazônia e o desejo de se dar densidade econômica a extensas áreas do Brasil Central, levaram à criação, em 1975, do POLOCENTRO. Este foi o programa de maior impacto direto sobre a agricultura neste bioma.

Baseado na concepção de pólos de crescimento, o programa selecionou 12 áreas de Cerrado com alguma infra-estrutura e bom potencial agrícola. Essas áreas receberam recursos para investimentos em melhoria da infra-estrutura, enquanto fazendeiros dispostos a cultivar ali, puderam participar de um programa extremamente generoso de crédito subsidiado. Tratava-se de linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos, e sem correção monetária. Com a alta da taxa inflacionária, e com os longos períodos de carência e prazos de pagamento, o crédito do POLOCENTRO tornou-se uma virtual doação aos mutuários.

As linhas de crédito foram estabelecidas de acordo com as características de cada atividade: para a preparação inicial dos Cerrados (derrubada, deslocamento, enleiramento, proteção do solo), os juros foram fixados em 7% a.a., prazo de 12 anos e carência de seis; para atividades de correção do solo (calagem e adubação intensiva), os juros foram nulos, o prazo foi de cinco anos com carência de dois; para demais gastos de investimento (construção de estradas, eletrificação, construção de silos, currais, cercas, formação de pastagens permanentes, irrigação, aquisição de máquina e implementos agrícolas) o prazo foi de 12

anos, carência de seis, e os juros de 15% a.a. Finalmente, as atividades de custeio e a aquisição de patrulhas mecanizadas também obtiveram condições especiais de financiamento. Em 1977 e 1978, foram introduzidas modificações nas condições de crédito. As taxas de juros foram ligeiramente elevadas, mas, mesmo assim, ampliaram-se as diferenças entre as taxas de inflação e de juros. Houve, ao mesmo tempo, diferenciação das taxas cobradas segundo o volume de recursos requisitado e diminuição de prazos de carência e amortização. Uma vez que a taxa de juros estabelecida na data de contrato manteve-se imutável frente ao crescimento acelerado das taxas de inflação no período 75/80 - a inflação passou de um crescimento de 29,4% a.a. em 1975 para 110,2% ao a.a. em 1980, os subsídios inicialmente previstos nas linhas especiais de crédito foram, com o tempo, substancialmente ampliados (Fundação João Pinheiro, 1984).

Através do quadro 10, a mesma informação, relativamente o total de recursos aprovados para o POLOCENTRO, no período entre 1975 e 1984, foi analisada quanto à respectiva distribuição por componentes ou linhas de atuação. Percebe-se, ali, que o componente "Transportes" recebeu o valor total - a preços de junho/1984 - de CR\$ 109.498.029.000,00 (cento e nove bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões e vinte e nove mil cruzeiros) no período, representando 23,5% do total de recursos a "fundo perdido" aprovados para o programa.

Em termos de significância relativa para os Estados beneficiados, as aplicações destinadas ao Estado de Goiás se destacaram, quando o componente "transportes" constituiu, no período analisado, a linha de atuação do POLOCENTRO que mais demandou recursos do total não-reversível, destinados a cada um dos Estados, representando 25,7% em Goiás.

QUADRO 10

**VOLUME TOTAL DE RECURSOS APROVADOS PARA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
DOS CERRADOS (POLOCENTRO), SEGUNDO OS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL,
MINAS GERAIS E DISTRITO FEDERAL 1975 - 1984 (Cr\$ 1000 / JUN 1984)**

Estado	Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais		Distrito Federal		Total	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%						
Componente												
Armazenamento	32 284 931	22,9	26 342 742	23,2	3 781 998	11,5	34 218 247	24,2	-	-	96 627 918	20,8
Energia	27 883 079	19,7	23 002 999	20,2	6 501 720	19,8	23 731 328	16,8	-	-	81 119 126	17,4
Pesquisa Agrícola	21 982 549	15,5	10 414 858	9,2	1 826 178	5,5	34 800 917	24,7	34 402 349	99,6	103 426 851	22,2
Transportes	36 365 077	25,7	33 130 714	29,2	10 880 190	33,0	29 152 048	20,7	-	-	109 498 029	23,5
Assistência Técnica	21 784 584	15,4	19 464 118	17,2	8 897 729	27,0	18 458 033	13,0	-	-	68 604 464	14,7
Administração e Acompanhamento	1 066 811	0,7	955 161	0,9	1 018 061	3,0	651 638	0,5	147 050	0,4	3 838 721	0,8
Ações Complementares	73 000	0,1	74 600	0,1	69 100	0,2	103 000	0,1	-	-	319 700	0,5
SUBTOTAL	141 440 031	100,0	113 385 192	100,0	32 974 976	100,0	141 115 211	100,0	34 549 399	100,0	463 464 809	-
Administração e Acompanhamento Sem especificação do Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 394 071	0,1
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	465 858 880	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro - 1984

Obs.: Deflacionado de acordo com o índice Geral de Preços (IGP) – Disponibilidade interna (DI) da Fundação Getúlio Vargas (Conjuntura; a análise da atualidade econômica. Rio de Janeiro, FGV, IBGE, 1947)

A capacidade estática de armazenamento no Estado de Goiás teve um incremento com o advento do POLOCENTRO. À ampliação da rede armazenadora visou, além de evitar a perda da safra, agilizar sua comercialização, garantindo melhores condições de compra e venda e favorecendo, substancialmente, a venda dos produtos e o preço exigido do consumidor. A rede oficial de armazenamento do Estado, representada pela Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO) e Companhia Brasileira de Armazéns (CIBRAZÉM), significaram 35,5% da oferta de armazenamento, e as cooperativas e particulares, 64,5%. Somente a subárea de Rio Verde possuía um milhão de toneladas para armazenagem representando 67% da capacidade estática de armazenamento da região-programa, em 1981 (quadro 11).

O POLOCENTRO foi bem sucedido em induzir a expansão da agricultura comercial no Cerrado. Segundo ALHO & MARTINS (1995), estima-se que entre 1975 e 1980, o programa tenha sido responsável pela incorporação direta de cerca de 2,4 milhões de hectares à agricultura, ou cerca de 31% da área total adicionada a estabelecimentos agrícolas nas zonas atingidas pelo programa.

QUADRO 11

**CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAMENTO DA ÁREA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS EM GOIÁS
1981(ton)**

Região	Entidade	Pública / Oficial	Cooperativas e / ou Privadas	Total
Goiás		-	-	-
Região do POLOCENTRO		549.347	999.745	1.549.092
Gurupi		72.300	229.050	301.350
Alvorada		3.000	90.120	93.120
Formoso de Araguaia		6.000	33.448	39.448
Peixe		11.100	1.400	12.500
Porangatu		12.000	44.735	56.735
Gurupi		15.600	44.397	59.997
Figueirópolis		6.000	-	6.000
Capinorte		-	750	750
Mara Rosa		3.000	1.800	4.800
Santa Terezinha		3.000	3.600	6.600
Uruaçu		12.600	8.800	21.400
Paraná		12.000	78.779	90.779
Alvorada do Norte		3.000	333	3.333
Formosa		6.000	76.780	82.780
Posse		3.000	1.666	4.666
Pirineus		18.000	5.006	23.006
Barro Alto		6.000	2.340	8.340
Padre Bernardo		6.000	2.666	8.666
Pirenópolis		6.000	-	6.000
Piranhas		35.700	67.300	103.000
Aragarça		3.000	3.000	6.000
Piranhas		17.700	-	17.700
Israelândia		-	252	252
Jaupaci		-	288	288
Portelândia		-	11.506	11.506
Ipora		6.000	10.614	16.614
Mineiros		6.000	16.200	22.200
Montes Claros de Goiás		3.000	3.000	6.000
Santa Rita do Araguaia		-	960	960
Caiapônia		-	21.480	21.480
Rio Verde		411.347	619.610	1.030.957
Jataí		13.800	59.678	73.478
Rio Verde		75.484	217.506	292.990
Joviânia		8.400	5.599	13.999
Panamá		2.400	-	2.400
Pontalina		17.161	22.166	39.327
Quirinópolis		41.094	-	41.094
Bom Jesus de Goiás		175.666	-	175.666
Edéia		9.397	3.527	12.924
Goiatuba		16.200	99.117	115.317
Morrinhos		5.773	4.430	10.203
Palmeiras de Goiás		15.000	12.720	27.720
Piracanjuba		4.514	8.404	12.918
Sata Helena de Goiás		26.458	186.463	212.921

Fonte: Fundação João Pinheiro - 1984

Se avaliarmos o comportamento da região, ao longo da década de 1970, é de se notar que o crescimento agropecuário foi acompanhado por alterações significativas na estrutura de uso do solo (quadro 12). As lavouras, de 5,93% em 1970, passaram a ocupar 8,35% da área total dos estabelecimentos em 1975 e 11,73% em 1980, mas, sem dúvida, o grande incremento ocorreu na participação da área com pastagens plantadas, que passaram de 11,32%, em 1970, a representar 18,67% em 1975 e 26,35% em 1980. Paralelamente, as pastagens naturais sofreram retração, observando-se que sua participação no total caiu, sobretudo, no período de 1975/1980 - de 51,57% para 39,39% respectivamente.

A assistência técnica da COMIGO, após 1975, foi fundamental na mudança de comportamento dos associados frente à Modernização da Agricultura e os Programas e Planos Especiais implantados pelo governo. Esta assistência se deu através da capacitação e informação aos associados com palestras, seminários, e dias de campo para enfrentar os novos desafios que a moderna tecnologia estava exigindo.

Foram beneficiados principalmente fazendeiros, proprietários de médios a grandes estabelecimentos. No período entre 1975 e 1982, no qual o programa esteve em vigor, foram aprovados 3.373 projetos, num montante total equivalente a cerca de US\$ 577 milhões. Dos beneficiários, 81% operavam fazendas com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do volume total de crédito do programa. As fazendas com mais de 1.000 hectares, representando 39% do número total de projetos, absorveram mais de 60% do total financiado (ALHO & MARTINS, 1995).

No panorama fundiário da subárea de Rio Verde, ao lado da redução de concentração das terras nos grandes estabelecimentos com mais de 2000 ha em favor das áreas também grandes de 1.000 a 2.000 e do estrato médio de 200 a 500 hectares no período de 1975 a 1980, observou-se uma redução de minifúndios e da pequena produção até 200 ha, dados da (Fundação João Pinheiro, 1984).

O programa fixou como meta que 60% da área explorada pelas fazendas fossem cultivadas com lavouras, sendo o restante destinado a pastagens plantadas. Além disso, pretendia o programa que se produzissem principalmente alimentos, mas o que ocorreu, ao final, foi uma dupla inversão no destino que se pretendia dar a terra: a área reservada à lavoura foi suplantada por aquela destinada a pastagens, e a lavoura foi predominantemente tomada pela soja.

QUADRO 12

ESTRUTURA PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS
REGIÃO DO POLOCENTRO EM GOIÁS 1970 – 1980

Subáreas	Lavouras			Pastagens			Matas e Florestas			Produção não Utilizadas	Inaproveitáveis	Total	
	Permanentes	Temporárias	Total	Naturais	Plantadas	Total	Naturais	Plantadas	Total				
Gurupí	1970	0,29	2,28	2,57	65,83	4,88	70,71	10,98	0,04	11,03	12,07	3,62	100,00
	1975	0,17	3,10	3,59	51,53	13,71	65,24	9,96	-	9,96	16,04	5,16	100,00
	1980	0,19	6,96	8,63	45,00	15,82	60,82	11,69	-	11,69	12,11	6,75	100,00
Paraná	1970	0,17	2,59	2,75	51,64	12,39	64,03	18,99	0,08	19,07	11,01	3,13	100,00
	1975	0,08	2,39	2,63	44,52	19,69	64,21	22,23	0,00	22,23	4,49	6,44	100,00
	1980	0,12	2,91	4,31	39,48	24,97	64,44	21,73	0,00	21,73	5,54	3,98	100,00
Pirineus	1970	0,24	5,27	5,51	65,00	5,08	70,08	9,78	0,20	9,99	5,78	8,65	100,00
	1975	0,23	9,43	10,11	51,35	16,70	68,04	7,78	0,43	8,21	7,12	6,52	100,00
	1980	0,27	8,37	10,01	48,25	20,13	68,39	8,19	0,00	8,19	4,31	9,11	100,00
Piranhas	1970	0,04	2,03	2,07	69,81	6,48	76,28	6,93	0,06	6,99	8,57	6,1	100,00
	1975	0,05	4,40	4,64	59,03	19,34	78,37	4,66	0,01	4,67	8,11	4,21	100,00
	1980	0,05	6,88	7,91	46,06	27,64	73,70	5,68	0,00	5,68	6,93	5,18	100,00
Rio Verde	1970	0,42	11,09	11,52	48,42	21,21	69,63	6,09	0,08	6,17	8,95	3,73	100,00
	1975	0,06	16,11	16,44	49,02	23,18	72,20	4,36	0,05	4,41	3,61	3,34	100,00
	1980	0,10	19,47	19,99	27,55	37,57	65,12	8,98	0,02	9,00	2,14	3,74	100,00
Região do POLOCENTRO	1970	0,27	5,65	5,93	59,09	11,82	70,91	8,92	0,07	8,99	9,73	4,45	100,00
	1975	0,10	7,97	8,35	51,57	18,67	70,25	8,02	0,04	8,06	8,77	4,58	100,00
	1980	0,13	10,58	11,73	39,39	26,35	65,74	10,33	0,01	10,34	6,71	5,48	100,00
Goiás	1970	0,22	4,35	4,57	54,28	12,19	66,47	13,72	0,07	13,79	10,81	4,35	100,00
	1975	0,18	5,76	6,18	50,35	17,28	67,62	14,77	0,06	14,83	7,04	4,33	100,00
	1980	0,25	6,49	8,20	43,00	22,66	65,66	14,40	0,16	14,56	6,19	5,39	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro – 1984.

Como nos Cerrados não se pode fazer agricultura sem tecnologia apropriada ao seu meio ambiente, no POLOCENTRO, este subprograma foi considerado prioritário. Procurou-se implantar, fortalecer e ampliar o sistema de pesquisa para as áreas abrangidas pelo programa. A pesquisa agropecuária para a área de cerrados no Estados de Goiás, incluída no POLOCENTRO, foi desenvolvida por duas instituições: a EMGOPA e a EMBRAPA.

A EMGOPA foi criada em 1973 e recebeu, na sua estruturação, apoio financeiro do Governo Estadual, da EMBRAPA e dos Programas Especiais: POLOAMAZÔNIA, Geo-Econômica de Brasília e do POLOCENTRO. Atualmente, a estrutura de Pesquisa da EMGOPA é composta por quatro estações experimentais, sendo que apenas duas atuaram no POLOCENTRO, a saber:

a) Estação experimental de Goiânia.

Situada no município de mesmo nome, possui uma área de 370,0 ha. Os recursos financeiros no valor de Cr\$ 143,7 milhões, repassados pelo POLOCENTRO, foram utilizados na execução das obras públicas e coordenação de pesquisas. Foram executados 117 experimentos com recursos do Programa na área de cereais, fitossanidade bovina e solos conforme o quadro 13. Complementando a estrutura de pesquisa da Estação Experimental de Goiânia, contou-se ainda o Campo Experimental de Rio Formoso e o Campo Experimental do Vão do Paraná, em Formosa, que trabalhava mais em função do Programa da Região Geo-econômica de Brasília.

b) Estação Experimental "Olavo Servalo de Lima"

Situada no município de Jataí, possuía uma área de 876 ha adquirida em 1977 com parte dos recursos oriundos do POLOCENTRO. Além da aquisição de parte desta área, o POLOCENTRO destinou recursos no valor de Cr\$ 102,2 milhões para a construção de obras públicas e condução de pesquisas, cuja implantação deu-se somente com recursos do Programa. Foram executados 65 experimentos, nas áreas de bovinos, cereais, olerícolas, frutas, fitossanidade, solos e sistema de produção (quadro 15).

Fizeram parte também desta Estação Experimental dois Campos de Experimentação: o Campo Experimental de Rio Verde e o Campo Experimental de Serranópolis (Chapadão). Em Goiás, a EMBRAPA atua através de um centro de Produtos (estuda apenas dois ou três produtos). O Centro Nacional de Pesquisa em Arroz e Feijão (CNPAF), situado em Goiânia, tiveram como linha de pesquisa o armazenamento, agroclimatologia, climatologia,

difusão de tecnologia, economia, estatística, entomologia, fitomelhoramento, fitotecnia, fitopatologia, fitologia, física do solo, fertilidade, irrigação e drenagem, mecanização, microbiologia, nutrição de plantas, tecnologia de sementes, energia e biogás.

QUADRO 13

EXPERIMENTOS EXECUTADOS PELAS ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS DE GOIÂNIA E JATAÍ, DA EMPRESA GOIANA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA COM RECURSOS DO POLOCENTRO 1979 – 1984

PRODUTOS	EXPERIMENTOS					
	GOIÂNIA		JATAÍ		TOTAL	
	Numero	%	Numero	%	Numero	%
Alimentar	32	27,4	16	24,6	48	26,4
Arroz	12	10,3	5	7,7	17	9,3
Feijão	4	3,4	5	7,7	9	5,0
Milho	12	10,3	4	6,2	16	8,8
Mandioca	4	3,4	2	3,0	6	3,3
Industrial	32	27,3	16	24,6	48	26,4
Soja	20	17,0	9	13,8	29	16,0
Algodão	12	10,3	7	10,8	19	10,4
Pecuária	17	14,6	3	4,6	20	11,0
Bovinos	17	14,6	3	4,6	20	11,0
Olericultura	-	-	2	3,0	2	1,1
Fruticultura	-	-	2	3,0	2	1,1
Sorgo	12	10,2	3	4,6	15	8,2
Sistema de Produção	-	-	1	1,6	1	0,5
Solos	14	11,9	10	15,4	24	13,2
Fitossanidade	10	8,6	12	18,6	22	12,1
TOTAL	117	100,0	65	100,0	182	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro - 1984

OBS.: Informação sobre os produtos, milho e sorgo estão agregadas na fonte, por isto, considerou-se 50% do total de experimentos para milho e 50% para sorgo.

Embora os pacotes tecnológicos da EMBRAPA tivessem obtido resultados positivos em relação à produção e à produtividade a curto e médio prazo, questionava-se os seus impactos distributivo e ambientais. As tecnologias estavam dirigidas às necessidades dos médios e grandes produtores, pessoas de bom nível educacional, as quais tiveram amplo acesso a crédito subsidiado e optaram pelo plantio de culturas de maior rentabilidade, particularmente a soja.

1.4.2. Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER)

O Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) promoveu o assentamento de agricultores experientes do Sudeste e Sul do país na região do Cerrado. Para tanto, o programa foi financiando com empréstimos da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), com contrapartida do governo brasileiro.

O PRODECER vem se desenvolvendo em etapas. Em 1980 o programa teve início no oeste de Minas Gerais (PRODECER I) e em 1987 expandiu-se para área em Goiás, Mato Grosso do Sul, e Bahia. Atualmente, estuda-se a implementação da terceira etapa, composta de dois projetos-piloto, em Balsas (MA) e Porto Nacional (TO), com a ocupação de cerca de 40 mil hectares cada.

O principal instrumento do PRODECER é o crédito supervisionado, que prevê empréstimos fundiários, de investimento, de cobertura de despesas operacionais e de subsistência do mutuário. O PRODECER não é um programa governamental, mas sim administrado por organização de direito privado, dirigida conjuntamente por executivos brasileiros e japoneses.

Ao contrário do POLOCENTRO, o crédito é concedido a taxas de juros reais. Não obstante, o programa vem atraindo agricultores que, via de regra, têm sido bem sucedidos. Contudo, os recursos financeiros do PRODECER são limitados, reduzindo o número de beneficiários diretos do programa. E conforme argumenta ALHO & MARTINS (1995), o impacto ambiental do PRODECER é semelhante ao de outras políticas destinadas ao Cerrado.

rado como por exemplo (Polocentro, Prodegran e Polamazônia) que estimularam a abertura de terras para o cultivo agrícola. A delimitação da extensão atingida pelo programa parece não se restringir à sua área de abrangência, uma vez que as atividades dele decorrente podem ter influenciado outros agricultores, especialmente em sua área de entorno.

Outro fator de importância foi a política de suporte de preços no Brasil que era antiga, mas adquiriu significado especial para o Cerrado na década de 1980. Até recentemente, preços de suporte para os produtos cobertos pela política eram os mesmos em todo o país, independentemente da localização da propriedade rural. Além disso, até 1984, os preços mínimos tenderam a ser fixados abaixo dos preços de mercado, nas épocas críticas de comercialização dos produtos, e o impacto da política foi diminuto.

A situação mudou em meados da década de 1980, em função das pressões do Banco Mundial e do FMI para a contenção do crédito rural e eliminação do subsídio nele embutido. Visando compensar os agricultores por tal mudança, os níveis dos preços mínimos sofreram aumentos apreciáveis em termos reais e, a partir de 1985, o governo passou a adquirir volumes expressivos de produtos agrícolas cultivados com o apoio do PRODECER, notadamente soja, arroz, e milho. Por meio dessa política foi possível sustentar a agricultura nas regiões recentemente abertas e mais remotas do Cerrado.

As aquisições beneficiaram, principalmente produtores das áreas mais remotas, especialmente os do Cerrado. A distância dessas áreas aos portos e centros de processamento dos produtos reduziu consideravelmente os preços recebidos pelos seus produtores, dado o custo de transporte. Nas épocas em que os preços de mercado eram elevados em relação aos preços mínimos, as aquisições governamentais tendiam a ser pequenas, mesmo nas áreas mais distantes. Porém, com preços de mercado reduzidos, as compras do governo aumentavam e concentrava-se nas áreas remotas, em função do diferencial de preços criado pelos custos de transportes. As perdas financeiras do governo foram substanciais, na forma de diferenciais de preços, altos custos de transporte e armazenagem, e deterioração de parte dos produtos adquiridos. Em conseqüência do programa, a agricultura comercial destas áreas foi mantida artificialmente rentável, o que estimulou sua expansão em termos de área cultivada.

Na avaliação de MUELLER (1990), (citado por GUIMARÃES e LEME 1998), sobre os efeitos dos programas para o Centro – Oeste:

"as metas originais das políticas quase nunca foram atingidas. A ocupação dos Cerrados foi afetada pelo POLOCENTRO, mas não como inicialmente se desejou. A política de terras públicas teve um impacto bem diferente do imaginado na sua concepção original. E a política de incentivos fiscais provocou especulação fundiária e não desenvolvimento agropecuário. Depois, foram gastos consideráveis recursos para atingir resultados, no mínimo, duvidosos. Na verdade, o efeito da maior parte das políticas examinadas foi o de transferir recursos e patrimônio a indivíduos e grupos influentes, com reduzidos impactos sobre o desenvolvimento econômico e sobre o aumento de bem-estar da maioria da população da região" (GUIMARÃES E LEME, 1998:48).

A abertura de novas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte criaram importantes fluxos populacionais entre as regiões brasileiras. Esse movimento tem continuidade e se consolida ao longo dos anos 1980, com crescimento da pecuária, a expansão da soja – a cultura que melhor tipifica o dinamismo da agricultura regional - e o estabelecimento das redes de comercialização e de entrepostos agropecuários.

1.5. CONTEXTUALIZAR AS SOCIEDADES COOPERATIVAS NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

Anteriormente, vimos a importância da modernização e do desenvolvimento da agricultura, através do crédito agrícola e dos planos e programas especiais para o desenvolvimento regional. Nessa seção, o objetivo é contextualizar as sociedades cooperativas no processo de modernização agrícola. Destaca-se a atuação do governo no âmbito jurídico-político, através de leis e decretos etc., que foram facilitadores do desempenho das cooperativas. O processo de desenvolvimento das cooperativas e de sua transformação em agroindústrias processadoras, a partir de estratégias diferenciadas, deu-se num contexto de transformação do conjunto agro-brasileiro, no período pós-guerra, e mais recentemente, com as mudanças no mercado em geral, devido à globalização, abertura econômica e integrações regionais.

Para KAGEYAMA et alii (1990) o processo de desenvolvimento econômico levou a grande transformações na agricultura. O rumo tomado pela economia brasileira no sentido à industrialização, concentrou-se no final da década de 1950. Na agricultura, as transformações ocorreram com a destruição do complexo rural e estruturação do complexo agro-

industrial. Significou, de um lado, a utilização da mecanização, em todo o processo produtivo do plantio à comercialização; e de outro lado, a utilização de insumos modernos, visando aumentar a produção e a produtividade. Essas transformações foram possíveis com a implantação dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura. Se antes da década de 1950, esse desenvolvimento dependia da capacidade de importar insumos, com a implantação dos setores industriais de base e, como consequência, a instalação de setores que produzem para agricultura, o desenvolvimento agrícola torna-se endógeno. Esse processo deu origem a um novo padrão agrícola - o dos Complexos Agroindustriais, que dão a direção ao desenvolvimento agrícola brasileiro de forma heterogênea, comportando, inclusive, segmentos tecnicamente atrasados.

Na região de atuação da COMIGO, somente na década de 1980, os complexos agroindustriais plantaram suas raízes, sendo a COMIGO a primeira no Estado de Goiás a esmagar e processar a soja, promovendo radicais alterações na base técnica e economia da agricultura. Este desenvolvimento capitalista no campo viabilizou-se através da mobilização de grandes quantidades de capital, com origem na reforma financeira de 1966 e na do SNCR. O SNCR¹ garantiu, seja o crédito de investimento para compra de máquinas e implementos, seja o de custeio para financiamento de insumos mais modernos.

A legislação que criou o SNCR estabelece alguns objetivos e, dentre eles destaca-se:

"I - estimular o incremento dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativa ou pelo produtor na sua propriedade rural" (Lei 4829 5/11/65).

Além disso, contempla também as cooperativas no item III artigo 11, quando trata das modalidades de operações, financiando-as para:

"... antecipação de recursos para funcionamento...integralização de quotas-partes de capital social...programas de investimentos...transportes, estocagem e a comercialização...e os gastos com melhoramentos de suas propriedades".

Apesar da lei dar destaque às cooperativas agrícolas, o setor não foi privilegiado nos repasses do governo federal, o que obrigou as cooperativas agrícolas a tomarem empréstimos

¹ Lei Federal nº 4.829 de 05/11/65 regulamentada pelo Decreto nº 58.380 de 10/05/66. O DL 784/89 alterou os artigos 11 item III e artigo 29 da Lei Federal nº 4.829.

mos através dos mecanismos normais de crédito rural: os bancos comerciais o Banco do Brasil e, após 1985, através da política de garantia de preços mínimos.

Destaca-se que, neste período, o sistema cooperativo passou também por várias transformações, ajustando-se à nova dinâmica da agricultura. Por um lado, pelas fusões e incorporações e, por outro lado, pela transformação agrícola. Todo esse processo deu-se no mesmo período em que a dinâmica econômica e política da produção agrícola passou a ser determinada pelo capital agroindustrial e a COMIGO passou a fazer parte dos complexos agroindustriais.

Segundo o presidente da COMIGO, as mudanças introduzidas em fins de 1980, especialmente a regionalização do preço mínimo, retirou o apoio ao produtor, ao não garantir os preços de sustentação. Em consequência, criou-se um clima de grande instabilidade e incerteza quanto às condições prevalecentes no momento da comercialização dos produtos. A cooperativa, que partia de uma situação privilegiada em torno de liquidez, viu-se na necessidade de financiar 90% de seus associados, tendo havido um índice de inadimplência em torno de 10 a 12%. No ano de 1990, a COMIGO resolveu utilizar-se do crédito bancário oficial para cobrir parte de suas atividades, diante da perda de liquidez ocorrida no ano de 1989. As empresas cooperadas de grãos, que atuam na região, como, por exemplo, a CARGILL, trabalharam com o crédito atado à venda do produto, ou seja, adiantaram o financiamento para compra de insumos mediante a venda antecipada da produção. Segundo a avaliação da COMIGO, o produtor seria assim prejudicado em conjunturas de melhora do preço do produto.

Neste período, o sistema cooperativo passou também por várias transformações, ajustando-se à nova dinâmica da agricultura. Por um lado, pelas fusões e incorporações e, por outro, pela transformação agrícola. Segundo PANZUTTI (1997) todo esse processo deu-se no mesmo período em que a dinâmica econômica e política da produção agrícola passaram a ser determinadas pelo capital agro-industrial e as cooperativas agrícolas passaram a fazer parte dos complexos agroindustriais como a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. – COAMO (PR), Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuárias de Maringá – COCAMAR (PR), Cooperativa Regional Tritícola Serrana – COTRIJUÍ (RS) e a COMIGO. Neste novo contexto, as cooperativas agrícolas ao se ajustarem a essa dinâmica, criaram suas próprias estratégias, segundo suas especificidades, com dinâmicas indepen-

dentes. No entanto, o conjunto dos Complexos Agroindustriais – CAIs interagiram com essas estratégias sem, contudo, determiná-las.

A partir dos anos 1970, algumas empresas cooperativas, como por exemplo a COAMO (PR) e COCAMAR (PR), transformaram-se de empresas comerciais em empresas agroindustriais. Vieram corroborar este processo as incorporações e fusões, cujas características foram as de ampliar as atividades da empresa cooperativa. As fusões caracterizaram-se pela constituição de uma nova sociedade a partir da reunião de duas ou mais cooperativas, com "performance" econômico-financeiro equivalente. Eram processos mais demorados, já que requeriam toda uma negociação, envolvendo aspectos econômicos e financeiros, aceitação da nova liderança associativa, culminando com a decisão dos associados em assembléia. MAGALHÃES (1971) arrolou um cronograma das etapas e pontos do Plano de Fusão e destacou que este processo funcional esbarrava em aspectos também de natureza subjetiva, tais como: bairrismo, decisão de construção da nova sede, identificação com a nova liderança, difícil aceitação dos argumentos técnicos e econômico por associados.

 Na incorporação, configurou-se processo quase rural, na medida em que a cooperativa, assumia todos os direitos e deveres da outra ou outras cooperativas. Neste contexto, o crescimento das cooperativas agrícolas deu-se de maneira diferente das capitalistas. As capitalistas atuam, no sistema econômico, pautando-se pela remuneração do capital e retenção de lucro, enquanto a empresa cooperativa não tem fins lucrativos, mas tem como objetivo prestar serviços aos seus associados. O capital para estas organizações é um meio e não uma finalidade. Por isso, essas empresas utilizaram o capital como "meio-função".

 No entanto, por mais paradoxal que seja, devido à natureza econômica da cooperativa que "não busca na organização cooperativa a valorização de seu capital, mas uma valorização dos produtos agrícolas que produz" (BASTIANI, 1991), torna-se imperativo que um dos objetivos da empresa cooperativa seja a geração de excedentes. Tal comportamento impõe-se, porque essas cooperativas atuam num mercado capitalista, em que se exige eficiência e competitividade, e também para se ajustar às exigências de seus associados. Em outros termos, as empresas cooperativas investem, e tornam- se grandes conglomerados.

Na medida em que a modernização da agricultura se instala, segundo PANZUTTI (1997) muitos agricultores cooperativados acabam se modernizando, de maneira que criam também demandas de novos serviços para suas cooperativas, tais como: armazenagem, be-

neficiamento e até industrialização. Enfim, o fato é que não só o processo de modernização da agricultura, principalmente após 1970, mas também as mudanças no mercado em geral, exigiram das empresas cooperativas agrícolas que elevassem seu patamar de operações tornando-se macroorganizações, como a COCAMAR (PR), COAMO (PR) e a COTRIJUÍ (RS).

Entende-se que as empresas cooperativas tornaram-se, neste caso, um dos vários exemplos de empresas que se organizaram para ingressar no complexo agroindustrial. DELGADO (1983), ao abordar o fenômeno das empresas cooperativas que se tornaram grandes organizações empresariais no período pós 1970, esclarece que as empresas cooperativas se ajustaram à nova conjuntura pois:

“Trata-se simplesmente de uma estratégia de sobrevivência que lhes é imposta pela estrutura oligopolista do mercado onde atuam, na medida em que são obrigadas a participar da concorrência intercapitalista, nessa mesma medida são obrigadas a se tornarem centros autônomos de acumulação de capital” (DELGADO, 1983:87).

Com essa diversificação de atividade na área industrial a COMIGO fechou o círculo de integração agricultura-indústria e fez parte de um CAI. Isso possibilitou estreitar as relações com o capital nacional e internacional e consolidar a parceria com o capital estatal. E, na década de 1990, a cooperativa passou a atuar como agente do capital financeiro, através de duas cooperativas de crédito a Credi-Rural COMIGO (Cooperativa de Crédito Rural) e a Credi-COMIGO (Cooperativa de Crédito) que, inclusive, tem compensação de cheques própria.

A estratégia da COMIGO poderia ser assim sumariada. Sendo uma grande produtora de grãos, tem como objetivo diversificar suas atividades na área industrial para dar suporte às suas atividades agrícolas. Sua intenção é integrar a produção interna de proteína vegetal, transformando-a em proteína animal, além da comercialização de grãos em grande escala, cujo volume é, em geral, igual ao potencial de armazenagem. A COMIGO segue caminho próprio, ao buscar a combinação entre a coerência tecnológica nos programas de diversificação produtiva e a base de recursos produtivos de seus associados.

Neste nosso estudo do primeiro capítulo, vimos a importância da história de Goiás, cujo povoamento só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no Século XVIII, e como a decadência do ouro afetou a sociedade goiana, sobretudo na forma de ru-

ralização e regressão a uma economia de subsistência. Neste contexto, verificamos a criação da Freguesia das Dores do Rio Verde aos 05 de agosto de 1848, hoje Rio Verde, na região do Sudoeste goiano. Aqui, as terras eram de média fertilidade, com vastas campinas propícias à criação de gado e plantio. A região do Sudoeste de Goiás despontou na exploração da pecuária extensiva que vai da ocupação, até início do Século XX. Destacou-se como produtora de alimento, principalmente arroz, comercializado e beneficiado no triângulo Mineiro, depois milho, feijão, algodão e soja.

Vimos também a importância do crédito agrícola para a sustentação da política de modernização da agricultura brasileira e, consequentemente, a da área de atuação da COMIGO no Sudoeste goiano. Assim como os Programas e Planos especiais criados pela SUDECO, combinados com os planos de abrangência nacional – PND, como por exemplo o POLOCENTRO, criado em 1975, para o Desenvolvimento do Cerrado e o PRODECER. Observamos o processo de desenvolvimento da COMIGO e de sua transformação em agroindústria processadora, que se deu num contexto de transformação do conjunto agro-brasileiro, no período pós-guerra e, mais recentemente, com as mudanças no mercado em geral, devido à globalização, abertura econômica e integrações regionais.

Nosso entendimento com relação à COMIGO é que o cenário de modernização da agricultura, fortalecidos pelos elementos como crédito rural e as políticas públicas, através de programas e planos especiais para o desenvolvimento regional, foram importantes porque contribuíram para a fundação da COMIGO naquela região.

No capítulo seguinte, veremos o sistema cooperativista e o cooperativismo em seus aspectos conceituais, históricos e doutrinários, mostrando como o cooperativismo no mundo, desde os pioneiros de Rochdale, vem se consolidando, como também examinaremos a fundação e evolução da COMIGO em sua área de atuação.

CAPÍTULO 2

2. COOPERATIVISMO E FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO DA COMIGO – 1975/1999

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO COOPERATIVISMO

Faremos primeiramente, neste capítulo, um esboço do sistema cooperativista e do cooperativismo em seus aspectos históricos, conceituais e doutrinários, antes de tratarmos especificamente das cooperativas agrícolas, destacando nosso estudo de caso, a COMIGO, localizada no Sudoeste de Goiás. Sua sede localiza-se no município de Rio Verde, mas a sua área de atuação inclui os municípios de Jataí, Santa Helena de Goiás, Paraúna, Serranópolis, Jandaia, Quirinópolis, Acreúna, Indiara e Montividiu, onde atua de forma direta com escritórios, lojas, recepção de produtos ou armazenamento.

No início dos tempos, o homem vivia migrando, era nômade. Os grupos humanos viviam em regime de economia fechada, extraíndo da natureza, por onde passavam, os bens de que necessitavam para sua sobrevivência. Nada era comprado ou vendido, não havia patrões nem empregados. Ninguém se preocupava em acumular riquezas e o tempo despendido no trabalho era somente o necessário para a obtenção de alimentos e outras necessidades básicas como agasalho e moradia. Posteriormente, com o crescimento populacional desses grupos e a alteração de seus hábitos de vida, passaram a se fixar em tribos e vilas. Os alimentos começaram a escassear e eles tiveram que intervir na sua formação, plantando e criando. Em determinado momento, como era natural que acontecesse, ocorreram sobras de alguns produtos nos acampamentos e carências de outros que eles não conseguiam obter com facilidade. E assim nasceu o escambo, a troca de bens entre as tribos.

Quando ainda vivia de forma nômade e sem organização social, o homem já praticava a cooperação, quando caçava em grupos e compartilhava a caça entre os que faziam parte de sua tribo. Também para o provimento de abrigos contra as intempéries,

os grupos atuavam em conjunto, organizando locais que abrigassem a todos. Cooperar, portanto, faz parte da essência dos homens e demais seres vivos.

A partir do surgimento da economia mercantil, o homem, com o espírito da autodefesa e até como forma de sobrevivência, passou a unir-se e a inventar novas práticas de auxílio mútuo. O mutirão, que até hoje é utilizado, principalmente no meio rural, é uma prática antiquíssima na agricultura e na pecuária. As pessoas se unem para fazer em conjunto os trabalhos de preparo da terra, de semeadura e de colheita, do cuidado com o gado, da abertura de poços e construção de benfeitorias.

Na Babilônia, século XIII, já existia um sistema de exploração em comum de terras arrendadas. Na Grécia antiga, várias formas de associação cooperativa são registradas, como as que tinham por finalidade garantir aos seus membros enterro e sepultura decentes. As leiterias comunitárias da Armênia, as sociedades de irrigação da Germânia, as pastagens coletivas e as associações de pescadores da Romênia, os *mirs* russos, eram comunidades de campões explorando em conjunto terras de terceiros. São exemplos de cooperação que a história registra.

No México, a reforma agrária, nascida com a Revolução de 1910, aproveitou os *ejidos* (antigas colônias indígenas) transformando-os nas cooperativas integrais de produção agrícola de hoje. Outro destacado exemplo de organização calcado na cooperação e no processo da ajuda mútua encontra-se na fantástica história dos Incas, no Peru. Os *aylllos* eram comunidades indígenas com organizações das mais adiantadas que praticavam a semeadura e a colheita comuns de suas lavouras, repartindo os frutos proporcionalmente ao trabalho e às necessidades de cada um. Os instrumentos agrários rudimentares, inventados e construídos, também eram de propriedade coletiva.

A consciência da necessidade da ajuda mútua, da cooperação e da solidariedade é instintiva no ser humano, e assim sempre se manifestou em todas as épocas da história e em todos os países do mundo. E hoje, mesmo com o sistema dominante do capitalismo, surgem vários ramos do cooperativismo. Por exemplo no Estado de Goiás, temos o Cooperativismo Agropecuário – COMIGO, Consumo – COOPERCAIXA, Crédito-Mútuo ou Urbano – CREDI-COMIGO, Educacional – COOPEN, Habitacional – HABI-RIO VERDE, Saúde - UNIMED e UNIODONTO, entre outras.

2.1.1. As Origens da Cooperação e os Pioneiros de Rochdale

O ano de 1844 marca o surgimento do cooperativismo como empreendimento sócio-econômico, a partir da iniciativa dos tecelões de Rochdale, na Inglaterra. Entretanto, antes disso, e desde a Revolução Industrial, muito já havia sido pensado e dito sobre opções para uma nova ordem social. Alguns pensadores, em especial, contribuíram muito com o processo que redundou na cooperativa de consumo de Rochdale.

O liberalismo econômico, surgido com a Revolução Industrial, deu margem a reações profundas por parte de alguns socialistas da época que, inconformados com a opressão do operariado, procuraram, através de instituições baseadas na solidariedade e na ajuda mútua, dar fundamento a uma nova sociedade, mais humana e mais livre, onde a riqueza pudesse ser eqüitativamente distribuída. Esse grupo de precursores, segundo FROLA (1937) em vista de seus avançados planos, foi chamado por Karl Marx de socialistas utópicos, por pretenderem transferir para o operariado o reinado capitalista vigorante. Na teoria desse grupo, tal reinado deveria acabar definitivamente pela socialização total das terras e dos bens de produção (capital). Esses homens deram uma contribuição extraordinária ao surgimento do cooperativismo moderno.

Com base em LOPES (2000), destacamos aqueles indiscutivelmente reconhecidos como os precursores do movimento cooperativista e que deram as bases à estruturação da cooperativa de Rochdale: Robert Owens (1772/1858), Charles Fourier (1772/1837), Willian King (1786/1865), Louis Blanc (1812/1882) e Saint-Simon (1760/1852) e outros filósofos contemporâneos. Os questionamentos e idéias destes pensadores foram se incorporando ao conhecimento coletivo, sobre alternativas de melhoria de vida para as sociedades.

Tal acumulação de conhecimentos possibilitou tentativas práticas por parte de "discípulos" ou seguidores das filosofias pregadas por eles, em especial os tecelões de Rochdale que instituíram regras sistemáticas e organizaram a primeira cooperativa de sucesso, se tornando o marco do surgimento do cooperativismo no mundo. Tal como ocorreu na evolução do pensamento econômico, as principais contribuições ao pensamento cooperativista, quer na fase precursora, quer na fase de consolidação do cooperativismo rochdaleanos, são provenientes dos países que tradicionalmente representavam o centro de irradiação da cultura ocidental, como a França e a Inglaterra.

O esquema das cooperativas de consumo já havia sido tentado, segundo MÁURER JÚNIOR (1950), sobretudo em Brighton (1827), com William King e, em Lyon (1835), com "Le Commerce Véridique", ambos de efêmera duração, por não encontrarem condições sócio-econômicas e políticas favoráveis. Anos mais tarde, entretanto, surgiu em Rochdale (distrito de Lancashire, na Inglaterra), a matriz do Cooperativismo de Consumo, como fruto da iniciativa de vinte e oito tecelões, que buscavam um meio de melhorar sua precária situação econômica. Reuniram-se pela primeira vez em dezembro de 1843, para discutir as possíveis soluções de seus problemas de sobrevivência. Optaram pela fundação de um armazém cooperativo, idéia defendida ardorosamente por vários deles. Durante todo um ano fizeram economia para conseguir o capital social e em 24.12.1844, inauguraram o armazém cooperativo, que iniciava suas atividades com capital de 28 libras. Localizado em Toad Lane, apresentava aos associados pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo e aveia.

Apesar dos limitados recursos, os planos dos Pioneiros, divulgados juntamente com os Estatutos Sociais, eram grandiosos. Segundo PINHO (1982), "A Sociedade dos rochdaleanos tinha por fim realizar um benefício pecuniário e melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros, mediante a economia de um capital formado por ações de uma libra esterlina", para colocar em prática os seguintes projetos:

- 1 - abrir um armazém para a venda de gêneros alimentícios, vestuários, etc.;
- 2 - comprar ou construir casas para os membros que queiram ajudar-se mutuamente, a fim de melhorar as condições de sua vida doméstica e social;
- 3 - fabricar artigos que os associados julgassem convenientes, com o objetivo de proporcionar trabalho aos membros desempregados ou subempregados (ou "com salários insuficientes");
- 4 - assim que possível, a sociedade organiza a produção, a distribuição e a educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos ou, em outros termos, organiza uma colônia autônoma em que todos os interesses são comuns. A sociedade auxilia as demais sociedades cooperativas que desejarem fundar colônias semelhantes; e
- 5 - com o fim de propagar a abstinência, a sociedade abriu, em um dos seus locais, um estabelecimento de temperança.

Esses projetos têm por fim, como se vê, a reforma do meio econômico-social e podem ser assim sistematizados, segundo PINHO (1982): 1º) formação de um capital para emancipação do proletariado, mediante economias realizadas sobre a compra em comum de gêneros alimentícios; 2º) construção de casas para fornecer alojamento a preço de custo; 3º) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente o que for indispensável às necessidades da classe operária, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebam baixos salários; 4º) educação e luta contra o alcoolismo; 5º) cooperação integral, isto é, criação paulatina de pequenos núcleos, nos quais a produção e a repartição serão reorganizadas, e multiplicação desses núcleos através da propaganda e do exemplo.

Os estatutos da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale continham os princípios a respeito da estrutura e o funcionamento da cooperativa de consumo, que depois passaram a constituir os fundamentos da doutrina cooperativista. Esses princípios dizem respeito ao governo da sociedade mediante eleição, em assembleias gerais, dos representantes dos associados; à livre adesão e demissão dos sócios; ao direito de um voto, apenas, por associado - um homem, uma voz; ao pagamento de juros limitados ao capital; à distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração, os juros correspondentes às quotas-partes, a porcentagem de depreciação das mercadorias, a quota de reserva para o aumento de capital destinado à extensão das operações e a porcentagem para a educação. As vendas devem ser efetuadas a dinheiro, isto é, à vista para que os cooperados só assumam compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitem o crédito, "mal social", resultante da concorrência de interesses.

Desde o início os Pioneiros também manifestaram a vontade de cuidar de seu próprio aperfeiçoamento moral e intelectual. Além de dois e meio por cento retirados dos ganhos, destinavam as multas (cobradas por infração às regras sociais) a um fundo especial de educação dos membros da sociedade e fomento da biblioteca. O sucesso transformou a experiência dos Pioneiros de Rochdale em símbolo, e as normas elaboradas pelos 28 tecelões são, em parte, até hoje seguidas por cooperativas do mundo inteiro, mas com encontros e congressos como o que ocorreu em Manchester, na Inglaterra, no ano de 1995, o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília no ano de 1988, e o Rio Co-

operativo 2000, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 2000 para discutir os novos rumos do cooperativismo.

O pequeno edifício onde os Pioneiros iniciaram as suas operações cooperativistas de consumo tornou-se, desde 1931, o Museu da Cooperação. Quando de sua inauguração, Charles Gide (citado por BORGARDUS, 1964), pronunciou um discurso, destacando que o Cooperativismo, como "religião", tem suas lendas, seus santos e seus locais de peregrinação, ou seja, tem 28 apóstolos (que não eram pescadores, mas tecelões), tem seu berço em Toad Lane (em Rochdale), onde nasceu, na véspera do Natal (isto é, a 24.12.1844), e tem o seu museu, onde se pode comemorar a obra mais grandiosa que já saiu das mãos dos operários.

2.1.2. Conceitos , Doutrina, Valores e Princípios do Cooperativismo

Mas afinal, o que é cooperativismo? A palavra deriva da palavra latina cooperare, formada por cum (que quer dizer com, de forma conjugada, junto) e operare (operar, trabalhar), significando agir em conjunto ou simultaneamente, trabalhar junto em busca de um mesmo objetivo. A cooperação quase sempre ocorre a partir de necessidades não satisfeitas, sejam elas econômicas, sociais ou culturais e da decisão de duas ou mais pessoas se unirem para, juntas, realizarem alguma coisa em prol da satisfação de suas necessidades comuns. Segundo BORGARDUS (1964), o Cooperativismo é, portanto, uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como a forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade.

As cooperativas, por sua vez, são sociedades de pessoas constituídas para prestar serviços aos seus associados. O objetivo de uma cooperativa é satisfazer necessidades comuns de um grupo de pessoas unidas solidariamente em torno de um empreendimento também comum. O que estas pessoas não conseguiram realizar isoladamente, sozinhas, buscam conseguir se estiverem unidas, juntas. O conceito oficial de Cooperativa, elaborado durante o Congresso da ACI, órgão máximo de representação do cooperativismo mundial, realizado em Manchester, na Inglaterra, em 1995 é o seguinte : *Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer*

suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

No Brasil a definição de cooperativa, aprovada durante o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília em 1988 é, segundo LOPES (2000):

“Cooperativa é uma organização de pelo menos vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários” (LOPES, 2000:20).

 A cooperativa é pois, um instrumento utilizado por um determinado grupo de pessoas visando atingir a melhoria de suas vidas no aspecto econômico e também no aspecto social. Além de atender às necessidades econômicas dos seus criadores, como de resto as outras empresas que conhecemos, a cooperativa trabalha em função de estimular o desenvolvimento social e cultural de seus membros, dando-lhes oportunidade de crescerem como pessoas humanas, através da participação ativa e consciente de cada membro nas principais decisões da sociedade. Busca atender às necessidades de todos, sem privilégios ou prejuízos individuais, e fazer com que a experiência proporcionada pelo cooperativismo contribua para a formação de um ser humano mais completo, mais consciente e mais solidário.

As sociedades e instituições - comerciais, religiosas, familiares ou sociais - de um modo geral são criadas com base em valores considerados fundamentais para seu melhor funcionamento. Estes valores orientam seus membros nas suas práticas diárias e no relacionamento com pessoas e/ou outras instituições. Os valores são, portanto, qualidades pelas quais as instituições são reconhecidas; são méritos que fazem parte do patrimônio filosófico e moral de uma entidade

No cooperativismo, todas as possibilidades proporcionadas se fundam em pilares essenciais sobre os quais a empresa cooperativa se constrói - os chamados valores do cooperativismo. Tais valores fazem parte da prática cooperativista desde seus precursores e pioneiros sendo um de seus mais valiosos patrimônios. São eles, segundo (LOPES, 2000):

- a) **ajuda mútua e solidariedade** - a cooperativa pretende que todos se esforçem e trabalhem juntos, ajudando-se mutuamente;
- b) **responsabilidade** - o cooperante, co-proprietário da empresa, deve se fundar em atitudes responsáveis para não prejudicar os demais e nem os clientes;
- c) **democracia** - as decisões, principalmente as de grande importância, devem ser tomadas em assembléias onde todos tenham acesso e cada membro tenha um voto;
- d) **igualdade e eqüidade** - na cooperativa não poderá haver distinção de pessoas, devendo ser dado tratamento adequado a todos, refutando-se o surgimento de elites privilegiadas;
- e) **honestidade e transparência** - os dirigentes devem administrar a cooperativa com a máxima honestidade e transparência, buscando a participação crescente dos cooperantes;
- f) **responsabilidade social** - a cooperativa, a partir das ações de seus dirigentes e cooperantes, deve orientar suas ações de forma a proporcionar benefícios à sociedade; e
- g) **preocupação com o semelhante** - os cooperantes, ao buscarem soluções para seus problemas pessoais, devem fazê-lo interessando-se uns pelos problemas dos outros.

As cooperativas, desde seus pioneiros, conservam características marcantes que permitem distingui-las facilmente de outras modalidades de empresa. Isso é possível graças à existência de uma Doutrina Cooperativista, e também de princípios sobre a estrutura e funcionamento das cooperativas e que serve como base de seu crescimento e desenvolvimento. Poucas foram as alterações introduzidas nesse conjunto desde que os pioneiros os aperfeiçoaram - a partir das idéias e práticas dos precursores - e os incorporaram ao estatuto social de sua sociedade.

Cooperativas de todo mundo, reunidas em Manchester, de 19 a 22 de setembro de 1995, na Conferência Centenária da ACI, aprovaram os novos "Princípios Básicos do Cooperativismo", que, a partir de então, passaram a nortear o movimento em todos os países filiados. Basicamente estes princípios são:

1º Princípio - Adesão livre e voluntária - Cooperativas são organizações voluntárias abertas às pessoas aptas que queiram seus serviços e estão dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio, sem discriminação de gênero, classes sociais, raça, opção política ou religiosa.

2º Princípio - Controle democrático pelos sócios - As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres que servem como representantes eleitos são responsáveis perante os demais sócios. Nas cooperativas primárias, os sócios têm igualdade na votação (é mantida a proporção um sócio, um voto). As cooperativas de outros níveis são também organizadas de maneira democrática.

3º Princípio - Participação econômica do sócio - Os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Pelo menos parte desse capital deve ser propriedade comum da cooperativa. Os sócios, usualmente recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito, como uma condição da sociedade. As prováveis sobras são alocadas para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas (parte dessas podendo ser indivisíveis), benefícios aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios.

4º Princípio - Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas de auto-ajuda controladas por seus membros. Se elas entram em acordo com outras organizações, inclusive governamentais, ou recebem capital de origens externas, elas devem fazê-lo de modo que assegure o controle democrático de seus sócios e mantenha sua autonomia.

5º Princípios - Educação e informação - As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários. O público em geral, particularmente os jovens e líderes formadores de opinião, são infor-

mados, pelos sócios, já melhor instruídos, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6º Princípio - Cooperação entre cooperativas - As cooperativas atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem seu movimento cooperativo trabalhando juntas em eventos, através de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio - Preocupação com a comunidade - As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades submetendo-se a políticas aprovadas por seus membros.

Examinaremos a seguir, como estão organizadas as Cooperativas Singulares, Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas e as Confederações de Cooperativas, para podermos enquadrar a COMIGO, nosso objeto de estudo.

Cooperativas Singulares - Cooperativas de 1º grau: as cooperativas singulares ou de 1º grau, se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados. No Brasil são constituídas por no mínimo vinte pessoas físicas (excepcionalmente podem participar pessoas jurídicas, sem objetivo de lucro, tendo direito a apenas um voto). Exemplo de cooperativa singular: motoristas de táxi constituem uma cooperativa para lhes prestar atendimento telefônico através de uma central telefônica, além de outros serviços. O princípio da união de esforços consagrou, através da legislação, a constituição de centrais ou federações e de confederações de cooperativas como entidades legítimas na busca de melhores resultados para as sociedades cooperativas. Tais entidades funcionam de forma semelhante às centrais, federações e confederações da indústria e do comércio e são assim definidas:

Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas - Cooperativas de 2º grau: As sociedades cooperativas são assim chamadas quando constituídas por no mínimo três cooperativas singulares. São criadas com o objetivo de organizar e desenvolver serviços em maior escala e com economia de custos para suas filiadas, pois englobam em um único processo as atividades que as singulares desenvolveriam isoladamente a custos mais elevados. As Centrais concentram predominantemente os objetivos

econômicos, enquanto as Federações têm caráter de representação, porém ambas podem ter os dois objetivos simultaneamente. Exemplo: cooperativas de agricultores de uma determinada região podem constituir uma central para esmagar grãos e extrair óleo, armazenar, padronizar, embalar e comercializar a produção em nome das cooperativas filiadas.

Confederações de Cooperativas - Cooperativas de 3º grau: são assim denominadas as sociedades cooperativas constituídas por, no mínimo, três centrais ou federações de cooperativas de qualquer ramo. Cabe às confederações orientar e coordenar as atividades das filiadas além de exercerem a representação e a defesa de seus interesses junto aos poderes públicos e outras entidades de classe. Por exemplo: centrais ou federações de cooperativas de produtores de grãos e derivados podem constituir uma confederação para definir diretrizes e atuar em defesa de seus interesses para exportação de seus produtos.

2.1.3. Dualidade de Objetivos: o Econômico e o Social

Um aspecto do cooperativismo que nos chama a atenção é a dualidade de objetivos da empresa cooperativa: o projeto econômico e o social, que na realidade são complementares entre si. Esses dois projetos conferem à cooperativa sua identidade, diferenciando-a das empresas mercantis que visam apenas o lucro econômico. O projeto econômico diz respeito aos interesses econômicos dos cooperantes. Quando se reúnem solidariamente em um empreendimento cooperativo, buscam precisamente obter melhores rendimentos para o trabalho, além de condições seguras e dignas de sobrevivência. É assim que nasce uma cooperativa: através do estímulo gerado no grupo pelas necessidades econômicas em comum. O projeto social, por sua vez, leva em conta o cooperante, seu desenvolvimento integral como pessoa e como cidadão. Saúde, cultura, educação, tecnologia - itens do projeto social, oferecidos através de planejamento aprovado pelo próprio quadro social - são preocupações genuínas das cooperativas.

Resultados econômicos positivos são fundamentais, inclusive para se atingir o projeto social, uma vez que não se constrói paraíso social em cima de ruína econômica

PANZUTTI (1997). Entretanto, para se medir a eficácia da cooperativa, há que se considerar como parâmetros os resultados alcançados nos dois projetos. Pode-se comparar tais parâmetros às rodas de uma engrenagem: se apenas uma estiver rodando, todo o funcionamento será prejudicado; é preciso que as duas rodas funcionem e interajam impulsionadas pelos interesses do quadro social.

Mas as cooperativas também podem enfrentar problemas. Veremos a seguir, alguns exemplos de problemas enfrentados pela COMIGO: quando questionada sobre a existência de problemas de ordem institucional, financeira, produtiva, tecnológica, de infra-estrutura ou de obtenção de matéria-prima, aparecem seis respostas (sendo a primeira muito recorrente na região). Em primeiro lugar, as dificuldades para maior expansão da produção agropecuária do Estado de Goiás estariam centradas nos elevados custos de transporte (resultantes das insuficiências da malha ferroviária) e portuários; em segundo lugar, foram apontados como problemas da mesma magnitude a incerteza econômica e a situação de crise que afetam o país; em terceiro lugar a concorrência com grandes empresas do setor, inclusive transnacionais, que possuem mais capacidade financeira e flexibilidade; em quarto lugar baixo capital de giro; em quinto lugar tratamento igual a pessoas desiguais; em sexto, trabalhar somente com cooperados, o que não acontece com outras empresas.

Muitas são as diferenças entre as cooperativas e outros modelos de empresas em uma sociedade. Veja o quadro 14 na página seguinte, sobre as diferenças entre a Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil.

QUADRO 14

DIFERENÇAS ENTRE A SOCIEDADE COOPERATIVA E A SOCIEDADE MERCANTIL

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
• É uma sociedade de pessoas	<input type="checkbox"/> É uma sociedade de capital
• Objetivo principal é a prestação de serviços aos associados	<input type="checkbox"/> Objetivo principal é o lucro dos proprietários
• Projeto econômico e social	<input type="checkbox"/> Projeto econômico
• Número de cooperantes ilimitado	<input type="checkbox"/> Número ilimitado de acionistas (S.A)
Quanto ao máximo. O mínimo é de 20	Número limitado conforme definido no contrato social (LTDA)
• Cada pessoa tem apenas um voto. O controle é democrático	<input type="checkbox"/> Cada ação representa um voto. O controle é do capital
• Assembléias: quorum é baseado no número de cooperantes	<input type="checkbox"/> Assembléias: quorum é baseado no capital
• O trabalhador é o dono	<input type="checkbox"/> O trabalhador é empregado
• Gestão democrática visando benefícios econômicos e sociais ao Quadro social	<input type="checkbox"/> Gestão centralizada visando gerar lucros para os acionistas
• Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade	<input type="checkbox"/> Permitida a transferência das ações a terceiros
• Retorno dos excedentes proporcional ao valor das operações.	<input type="checkbox"/> Lucro proporcional ao número de ações.

Fonte: Suzana Dalét Lopes. *Curso Básico de Cooperativismo - Apostila - Brasília, 2000.*

Como explica SCHNEIDER (1978), a Cooperativa não é uma empresa como outra qualquer, mas uma empresa diferente, precisamente por ter dupla dimensão: a econômica e a social. Na sua dimensão econômica, visa assegurar aos associados os meios adequados de subsistência e de trabalho, segundo critérios da melhor eficiência e racionalidade possível, assegurando-lhes autonomia e segurança. E é com esta dupla dimensão do social e do econômico que a COMIGO vem cumprindo o seu papel de ser um diferencial entre as empresas no Sudoeste goiano, gerando emprego, qualificando o seu pessoal e dando tranquilidade ao associado.

2.1.4. O Cooperativismo no Mundo e no Brasil

Desde os pioneiros de Rochdale o movimento cooperativista no mundo vem se consolidando. As cooperativas se multiplicaram em todos os países, em todos os continentes, transformando-se em um dos mais importantes movimentos sócio- econômicos do mundo. Os dados do ano 2000 da ACI apontam para cerca de 900 milhões de cooperantes no mundo, tendo a China e a Índia como destaque, cada qual com mais de 160 milhões.

O cooperativismo é responsável por fantásticas realizações em vários países, conforme relacionados abaixo (LAIDLAW, A. F. citado por MENEZES, 1992):

- * Nos Estados Unidos, foram as cooperativas que levaram energia elétrica ao meio rural no decurso da última geração;
- * No Canadá, cerca de 1/3 da população adulta faz parte de uma caixa cooperativa de crédito;
- * Na Espanha, as cooperativas de Mondragon, empreendimentos de trabalhadores empresários no setor de produção industrial, incluem-se entre os maiores fabricantes de refrigeradores, equipamentos eletrodomésticos e até elevadores;
- * Na Itália, as cooperativas operárias são reconhecidas como a ação mais eficaz contra o desemprego, representando um universo considerável de pequenas e médias empresas;
- * Na Índia, cerca de metade da produção açucareira vem das cooperativas;
- * Na Polônia, mais da metade das novas moradias construídas na década de 1970 foram devidas à ação de cooperativas habitacionais;
- * Na Islândia, o nível de desenvolvimento das cooperativas é tão elevado que se ouve com freqüência a expressão "Islândia Cooperativista";
- * Na Romênia, as cooperativas de turismo e viagem lideram esse setor;
- * Na Suécia, a cadeia de cooperativas OK possui a maior refinaria de petróleo do país;
- * Nos países escandinavos (Noruega, Finlândia, Dinamarca e Suécia), as cooperativas agrícolas respondem por cerca de 90 % da produção nacional.

O reconhecimento da importância sócio-econômica do movimento cooperativista, por todos os governos, é inquestionável; tanto é verdade que a ACI foi a primeira organização não governamental - ONG - a quem a Organização das Nações Unidas concedeu, em 1946, status de órgão consultivo.

E, segundo Roberto Rodrigues, Presidente da ACI, em matéria publicada no Jornal Brasil Cooperativo - setembro/2000:

"Nesse cenário de mudanças profundas que o mundo vive hoje, quando presenciamos a concentração empresarial e, consequentemente, a exclusão social, mergulhou o cooperativismo com outra visão, com outra responsabilidade. De segunda ordem da nossa história, nós não somos mais a terceira via entre o socialismo e o capitalismo, acabou o número de vias. O modelo é outro, hoje nós somos empresas competitivas, concentrados também com a diferença que não excluímos. Nós só incluímos, geramos emprego, etc. As cooperativas são empresas competitivas, eficientes, lutando no mercado para ter resultados financeiros positivos para poder fazer uma ponte entre esse mesmo mercado, que é excludente, e o bem estar social das pessoas, sejam cooperativas ou não, no caminho da inclusão. O mercado exclui, mas a cooperativa pode ser a ponte incluindo. Não é uma nova onda, é uma nova visão do cooperativismo no mundo que nós temos que considerar" (Apud, Informe COMIGO, Ano XVI - Nº 184 - Nov-Dez/2000).

Neste século XX, os ofícios, as corporações, os sindicados, as sociedades são meios em que pessoas, aliadas a uma mesma perspectiva ou necessidade, se encontram e desenvolvem atividades conjuntas, produtivas ou não, para melhorar a sua situação de vida. Mas, as cooperativas se tornaram, em muitos casos, com outras organizações, a base organizativa de uma caminhada em busca da sociedade mais justa, mais igualitária.

Nas palavras do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso na abertura do Rio Cooperativo 2000 no dia 04/12/2000, o cooperativismo é visto com otimismo:

 "A cooperativa, empresa com coração, se caracteriza por juntar diretamente na mesma organização, dois aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável: a racionalidade econômica e solidariedade social. É isso que estamos vendo nascer no mundo contemporâneo, que não é um mundo de nuvens pesadas, apenas. Vejo o novo mundo como um mundo que tem também um céu aberto de possibilidades; que sente a impossibilidade da racionalidade econômica ser o único elo a partir do qual se organiza a sociedade, o mercado; que passou à crença de que é também possível haver uma vinculação entre a racionalidade econômica e a solidariedade social. Foi isso que primou no cooperativismo do século XX, e que deve continuar fundamentalmente no século que se aproxima, o século XXI." (Informe COMIGO, Ano XVI - Nº 184 - Nov-Dez/2000).

Desde 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram aprimorados e atualizados os principais instrumentos de política agrícola, especialmente mediante a

modernização dos processos de financiamento e comercialização, a ampliação do contingente de agricultores beneficiários das políticas públicas e a adoção de medidas para melhorar o nível de competitividade da agricultura brasileira, onde a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, já aguardava ajuda do governo, através do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias, o RECOOP.

Apesar da herança inicial de endividamento, foram realizadas mudanças importantes no processo de intervenção do Estado na área agrícola, providências que vem repercutindo positivamente nos indicadores de crédito, produção e exportação do setor e, principalmente, permitindo o acesso de grande parcela de agricultores até então excluída dos benefícios da política agrícola. Uma das reivindicações que o governo atendeu foi à instituição do RECOOP, objetivando equacionar o problema de endividamento dessas entidades e reestruturá-las para que desenvolvam suas atividades de forma sustentável. Das cooperativas que apresentaram carta consulta com objetivo de habilitação ao Programa, 439 foram aprovadas e dispõem de projetos detalhados de viabilidade econômico financeira, inclusive mediante fusão com outras. Os recursos para saneamento e a revitalização deste segmento foram estimados em R\$ 1,5 bilhão.

A COMIGO foi beneficiada com este recurso do RECOOP no montante de R\$ 12,2 milhões, utilizados somente em novos investimentos como na melhoria da recepção de grãos, armazenamento, ampliação de alguns setores de produção do parque industrial e capital de giro, gerando melhorias para o quadro social.

A História do cooperativismo no Brasil, segundo a OCB (1993), tem suas origens reconhecidas quando da fundação das primeiras reduções jesuítas em 1610. Visa-va, em primeiro lugar, acima dos interesses econômicos da produção, o bem-estar do indivíduo e de sua família. Esse modelo solidário de sociedade entre missionários religiosos, indígenas e colonizadores, perdurou por cerca de 150 anos sob o incentivo dos padres jesuítas.

A partir da década de 1840, com base na OCB (1990) o movimento cooperativista brasileiro começou a se delinear. Em 1841, o imigrante francês Jules Mure tentou fundar em Santa Catarina uma colônia de produção e consumo com base nas idéias de Charles Fourier. Em 1847, um outro francês, Jean Maurice Faivre, também influenciado por seu compatriota Charles Fourier, fundou nos sertões do Paraná a Colônia Teresa

Cristina, organizada em bases cooperativas. A Colônia, apesar de uma existência breve, muito contribuiu para o despertar do ideal cooperativista no país.

No decorrer do século XIX, impulsionadas pela chegada de imigrantes alemães e italianos, muitas iniciativas ocorreram, mas é a partir do início deste século que o cooperativismo brasileiro ganhou força. No Rio Grande do Sul, em 1902, o jesuíta suíço Theodor Amstadt motivou colonos de origem alemã a fundarem uma cooperativa de crédito rural. Grande força no cooperativismo daquele estado, o ramo do crédito chegou a contar com uma cooperativa central com mais de 50 singulares a ela filiadas. Em Minas Gerais, em 1907, o então governador João Pinheiro incentivou a organização de cooperativas agropecuárias, atualmente o ramo mais importante e representativo do cooperativismo brasileiro. Hoje o sistema cooperativista brasileiro congrega mais de 5,6 mil cooperativas com 5,0 milhões de cooperantes - 2,7% da população (ver quadro 15).

QUADRO 15

COOPERATIVAS, COOPERANTES E EMPREGADOS POR RAMO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

RAMO	COOPERATIVAS	COOPERANTES	EMPREGADOS
AGROPECUÁRIO	1.437	856.202	106.753
CONSUMO	191	1.473.038	7.952
CRÉDITO	920	1.407.089	16.908
EDUCACIONAL	210	48.403	2.505
ENERGIA E TELECOMUNICAÇÃO (INFRAESTRUTURA)	184	551.799	5.355
ESPECIAL	4	25.484	14
HABITACIONAL	216	53.011	2.063
MINERAÇÃO	21	1.899	28
PRODUÇÃO	107	6.011	38
SAÚDE	698	297.521	19.340
SERVIÇO	1	20	0
TRABALHO	1.661	293.499	6.422
OUTROS	2	40	0
TOTAL	5.652	5.014.016	167.378

Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB –1999. Elaboração: Núcleo de Banco de Dados – Dez/99

São números modestos se comparados à França onde 36% da população está associada a alguma cooperativa ou ao Canadá, onde o percentual de cooperantes ultrapassa 60% da população. Entretanto, o cooperativismo no Brasil é hoje uma grande força, responsável por um volume de transação econômicas equivalentes a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e pela geração de mais de 167 mil empregos diretos (LOPES, 2000). Segundo este autor, o ramo que vem apresentando crescimento mais significativo é o do trabalho, que já ocupa a primeira posição em número de cooperativas, após total supremacia do ramo agropecuário. Do total de 1.661 cooperativas de trabalho, mais de 62% surgiram entre os anos de 1996 e 1999. O ramo agropecuário, por sua vez, é responsável por 55% da produção brasileira de leite, 62% da produção de trigo, 44% da produção de cevada, 39% de aveia, 38% de algodão entre tantos outros produtos.

As cooperativas, segundo a Lei 5764/71, podem adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade e se classificam de acordo com o objeto adotado ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados. A classificação das cooperativas por ramos de atividades visa identificar e agrupar verticalmente áreas de interesse comum em federações, confederações e centrais, tanto para sua organização política, como para viabilizar uma economia de escala e assim adquirir competitividade no mercado.

Cada ramo tem um representante estadual, que faz parte do Conselho de Administração da Organização Estadual de Cooperativas - OCE e um representante nacional, que faz parte do Conselho de Administração da OCB. A classificação atual foi aprovada pelo Conselho Diretor da OCB no dia 4 de maio de 1993, e atualizada no dia 28 de abril de 2000 durante a Assembléia Ordinária da entidade. São os seguintes os ramos em que se classificam as cooperativas brasileiras, segundo LOPES (2000):

1 - Agropecuário - composto por cooperativas de produtores rurais, agropastoris ou de pesca. Procuram aperfeiçoar o processo de produção, bem como obter preços melhores para seus produtos;

2 - Consumo - composto por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperantes. Permitem melhores condições na compra de alimentos, roupas, medicamentos e outros artigos;

3 - Crédito - composto pelas cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados. Realizam empréstimos a juros mais baixos que os praticados pelos bancos comerciais;

4 - Educacional - composto por cooperativas de professores, alunos e pais de alunos. Propõem a formação de escolas e centros de treinamento que proporcionem melhores e mais acessíveis condições de ensino;

5 - Especial - composto por cooperativas formadas por menores de idade, portadores de deficiência ou outros grupos que necessitam de tutela. Visa o desenvolvimento e a maior integração social de seus associados;

6 - Habitacional - estruturadas para viabilizar a compra ou a construção da casa própria, ou ainda para manter e administrar conjuntos habitacionais;

7 - Infra-Estrutura - antes denominado "Energia/Telecomunicação e Serviços" é composto por cooperativas cuja finalidade é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviço de infra-estrutura;

8 - Mineral - composto por cooperativas cuja finalidade é pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais;

9 - Produção - composto por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção propriedade coletiva;

10 - Saúde - composto por cooperativas que se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana, reunindo médicos, dentistas, psicólogos e profissionais de outras atividades afins. É interessante ressaltar que esse ramo surgiu no Brasil e está se expandindo para outros países. Recentemente os usuários de serviços de saúde também estão se reunindo em cooperativas desse ramo;

11 - Trabalho - composto por cooperativas de trabalhadores de qualquer categoria profissional, organizados num empreendimento próprio para prestarem serviços como autônomos;

12 - Turismo e Lazer - criado pela Assembléia Geral Ordinária - AGO da OCB no dia 28 de abril/00, é composto por cooperativas que atuam no setor de turismo e lazer. Este ramo está surgindo com boas perspectivas de crescimento, pois todos os Estados Brasileiros têm potencial fantástico para o Turismo Cooperativo, que visa organizar as comunidades para disponibilizarem o seu potencial turístico, hospedando os turistas e prestando-lhes toda ordem de serviços;

13 - Outros - esta classificação existe para incluir todas as cooperativas que não se enquadram nos ramos acima definidos.

2.1.5. O Cooperativismo Goiano

O Cooperativismo Goiano tem suas origens ligadas ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola na década de 1940. O seu nascimento tem forte dependência dos Governos Federal e Estadual e no estabelecimento de novas diretrizes de desenvolvimento que objetivavam ter nos Estados periféricos uma fonte de produtos primários que alimentassem a indústria no Sul e Sudeste do País. No final da década de 1950, a abertura de rodovias obteve maior impulso em Goiás. Estas novas vias proporcionaram a ampliação da fronteira agrícola nacional e facilitaram a integração intra e inter-regional de Goiás.

A constituição do Estado de Goiás, de 1946, em seu artigo 36, estabelecia imunidade tributária para todas as cooperativas. Havia nessa época, como integrante da Secretaria da Agricultura, o Serviço de Economia Rural, que se ocupava da promoção, incentivo, estímulo e assistência ao Cooperativismo. Esse órgão desenvolveu alguns trabalhos que resultaram nas primeiras cooperativas goianas, que surgiram a partir de 1949, porém todas tiveram vida curta. Em Goiás, ao contrário do que ocorreu no estado do Paraná onde a imigração foi coordenada e financiada pelo setor privado, o setor público promoveu a abertura e a ocupação da fronteira atraindo maciça imigração e investimentos para a região. Tratou-se de um contingente de trabalhadores, anteriormente pressionados pela falta de terra ou pelas secas, sem recursos e munidos apenas de tecnologia rudimentar.

As três primeiras cooperativas em território goiano foram constituídas por imigrantes italianos e poloneses. No município de Rio Verde foi instalada a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores, em março de 1949, com objetivo de assentar 3000 famílias em uma área de 150.000 ha. Essa cooperativa foi fundada na Itália e se estabeleceu em Goiás já com um quadro social de 400 agricultores italianos. Desses, apenas 106 cooperados chegaram à região e, devido às dificuldades encontradas, abandonaram o projeto, as terras e a própria cooperativa, um ano após a sua criação.

Duas outras cooperativas foram fundadas nesse mesmo período e tinham em seu quadro os imigrantes poloneses, que em maio de 1949, fundaram, na cidade de Itaberaí a Cooperativa Agropecuária de Itaberaí. Essa cooperativa assentou 51 famílias de "deslocados de guerra", mas em outubro de 1957 deixou de existir. Em 1949 foi fundada outra cooperativa de poloneses na fazenda Córrego Rico, situada na região entre as cidades de Inhumas e Itaberaí, com o nome de Cooperativa Rural de Córrego Rico, que durou até 1957.

Na década de 1950 surgiram várias cooperativas de crédito rural, e na década de 1960 surgiram as primeiras cooperativas de consumo e as agropecuárias. Contudo, somente na década de 1970 houve nova fase de estruturação do Cooperativismo Goiano, fortemente amarrado às políticas oficiais. A partir de 1970, a realidade do crédito rural e a agricultura mecanizada propiciaram o nascimento de cooperativas com estruturas empresariais mais sólidas e preocupadas com a formação dos dirigentes e do corpo técnico para atender o cooperado. O pensamento empresarial-cooperativista nasceu nesse período. O ramo que melhor soube utilizar essa relação, graças à especificidade do seu produto, foi o agropecuário.

As fases do cooperativismo goiano podem ser melhor entendidas da seguinte forma: 1^a Fase - período compreendido entre 1949 e 1956; 2^a Fase - período de 1957 a 1970; e 3^a Fase - da década de 1970 até o momento atual. Na primeira fase tem-se o surgimento de cooperativas dentro da política do Governo Federal e Estadual em atendimento à expectativa da Marcha para o Oeste e do programa de assentamento dirigido aos imigrantes do pós-guerra. Essa política, no que concerne ao cooperativismo, foi um fracasso, mas o governo conseguiu atingir seus objetivos de expansão das atividades econômicas no território goiano: abrir o Cerrado e introduzir a cultura do arroz.

Na segunda fase, dá-se o aparecimento de cooperativas ligadas ao crédito rural, o ressurgimento das cooperativas agropecuárias e, no setor urbano, das cooperativas de consumo. Nesse período surgiu um grande número de cooperativas em todas as regiões do Estado. No norte, através de um programa estabelecido pelo Banco da Amazônia, criaram-se várias cooperativas agropecuárias. Esse programa fornecia crédito somente ao produtor que fosse cooperado. Com base nessa orientação, inclusive encampada pelos órgãos do Governo Estadual, as entidades que nasceram não conseguiram estabelecer uma identidade da cooperativa com o quadro social. A maioria fracassou, por inca-

pacidade administrativa, por não ter pessoal qualificado para tal função, por falta de participação dos cooperados e falta de uma visão empreendedora.

O movimento dos trabalhadores do campo, nesse período, fundou na região de Trombas e Formoso a primeira organização popular cooperativista dentro do que se consignou chamar a "República Cooperativista de Trombas e Formoso". Com base na OCB (1999), essa cooperativa surgiu como fruto dos trabalhadores rurais pela conquista da terra. O movimento surgiu em 1950 e terminou com o advento do Governo Militar em 1964. Na década de 1960, no Governo Mauro Borges, foi fundada a Cooperativa de Colonização de Combinação do Combinado Agrourbano de Arraias. Essa experiência veio de Israel, contudo não pôde ser plenamente executada porque o regime de 1964 a destruiu.

A terceira fase do Cooperativismo Goiano pode ser caracterizada como a do cooperativismo empresarialmente desenvolvido. Começa com o redimensionamento da economia em âmbito nacional e expansão das cooperativas agropecuárias, nascidas no Sul e Sudeste do Estado, tendo suas terras na proximidade dos centros mais desenvolvidos do país e a política oficial voltada para o setor. Neste momento foi fundada a COMIGO (1975), hoje a maior cooperativa do Estado, classificada em 12º lugar entre as 50 maiores cooperativas do Brasil.

No meio urbano, assim como em todo o país, as cooperativas de consumo, crédito e escolares, principalmente, sofreram um processo de retração e muitas deixaram de existir. A retomada desses ramos ao processo de organização cooperativista se deu a partir da década de 1980, quando se tem o reaparecimento das cooperativas de crédito rural e mútuo, bem como das cooperativas de ensino. Estas últimas, como resposta às dificuldades do sistema de ensino. Surgem também as cooperativas de trabalho, organizando categorias profissionais como médicos, odontólogos, taxistas, etc.

O quadro atual do Cooperativismo Goiano pode ser assim representado; veja quadro 16.

QUADRO 16

COOPERATIVAS GOIANAS POR RAMO

Ramos	Nº Cooperativas (1994)	A distribuição Em % (1994)	Nº Cooperativas (1999)	A distribuição em % (1999)
Agropecuário	45	29,80%	54	29,03%
Consumo	15	9,93%	14	7,53%
Crédito	19	12,58%	22	11,83%
Educacional	11	7,28%	11	5,91%
Habilitação	11	7,28%	11	5,91%
Mineral	07	4,63%	05	2,69%
Saúde	16	10,60%	24	12,90%
Serviço	19	12,58%	20	10,75%
Trabalho	08	5,30%	25	13,44%
TOTAL	149	100%	186	100%

Fonte: OCG/Cadastro/Dezembro/99.

Para o Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Goiás - OCG/ SESCOOP/COMIGO e CREDI-RURAL COMIGO:

No Brasil, as cooperativas agropecuárias sempre foram destaque e exemplo para outros ramos. Foi através delas que o cooperativismo se firmou no país como peça fundamental para o desenvolvimento de diversas regiões, particularmente do Sudeste goiano. Algumas no país se perderam pelo caminho, é verdade, por falta absoluta de participação dos cooperados e também, em alguns casos, pela falta de transparência administrativa. Mas muitas outras se consolidaram, cresceram e trouxeram progresso.(Informe COMIGO, Ano XVI – Nº 184 – Nov-Dez/2000).

O Presidente falou sobre a importância do RECOOP - para Goiás que, além de sanear algumas cooperativas agropecuárias, também injetou recursos em outras para modernizá-las. O governo reconheceu, em parte, que o cooperativismo é um aliado e não um inimigo. E a COMIGO, por não ter dívidas, está utilizando os recursos do RECOOP para investimentos na sua estrutura produtiva, (Informe COMIGO, Ano XVI - Nº 184 - Nov-Dez/2000).

2.2. FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO DA COMIGO

Vimos na seção anterior a contextualização do sistema cooperativista e do cooperativismo em seus aspectos históricos, conceituais e doutrinários, a dualidade de funções de uma empresa cooperativa e o cooperativismo no mundo e no Brasil e em Goiás. Nesta seção examinaremos a fundação e evolução da COMIGO, incluindo o Cooperativismo com Profissionalismo, a Estrutura Organizacional desta Cooperativa e a Agroindústria e sua Capacidade no Contexto da COMIGO.

Historicamente, os objetivos e interesses comuns que levam indivíduos a se organizarem em bases associativas, para formarem uma cooperativa, são por natureza, essencialmente econômicos. Na economia de mercado, a empresa cooperativa estrutura-se para participar, com maior poder de concorrência, dentro das leis que regem a produção e a sua distribuição social. E isto depende da maior competência gerencial, nesta face empresarial da cooperativa.

Quanto a sua natureza, a COMIGO é uma cooperativa de colocação da produção. Dedica-se à colocação da produção dos seus sócios dentro das melhores condições possíveis de preços, regularidade e segurança. Quanto a sua variedade de funções, é uma cooperativa multifuncional porque se dedica às diversas funções ou atividades, por isso é chamada de Cooperativa Mista. Pode-se dedicar tanto à colocação da produção, como à atividade de fornecer insumos e sementes, ou mesmo serviços de crédito aos seus associados. Quanto ao seu nível de organização, e esta é mais uma definição prevista em lei, visa permitir uma estrutura de representação cooperativista. Neste sentido, a organização da COMIGO é caracterizada como Cooperativa Central, já descrito no capítulo anterior.

As classificações acima apresentadas são as consideradas técnicas. Na atividade comum das cooperativas, a COMIGO é classificada como cooperativa agrária ou agropecuária. As cooperativas agropecuárias² são mais comuns no Brasil e têm como objetivo organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios, produtores rurais, integrando-as, e colocando à disposição deles uma série de serviços.

²Dentro deste ramo existem múltiplos tipos de cooperativas. Entre elas, destacam-se as cooperativas de trigo e de soja do Rio Grande do Sul e as de leite, em diversos Estados do Brasil. Os maiores exemplos estão nas grandes cooperativas que se dedicam a atividades diversificadas como a COAMO do Paraná (26.359 associados), a COTRIJUÍ do Rio Grande do Sul (12.899 associados) (RECH, 2000).

Vejamos o que a COMIGO oferece mais freqüentemente a seus associados: a) comercializa em comum a produção entregue pelos sócios. No processo da venda, a cooperativa pode se encarregar de classificar, padronizar, manter em depósito ou armazenamento, beneficiar ou industrializar os produtos recebidos, sempre visando encontrar e obter os melhores preços de mercado; b) atende aos sócios com bens de produção e utilidades necessárias às suas atividades agropecuárias, bem como intermedia o abastecimento de gêneros alimentícios, roupas e outros produtos para a casa e a família; c) oferece serviços na área de produção, pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional; e d) promove a integração entre os associados e suas famílias e a inter-relação com a comunidade em que estão inseridos.

De modo geral, com base em PANZUTTI (1997), as cooperativas que se mantêm hoje em dia são as que passaram da cooperação pura para a de grandes empresas, onde a maioria das características da cooperação foram substituídas por administrações centralizadas, exercício de poder capitalizado e intervenção no mercado de forma agressiva. O que, aliás, praticamente não as distingue das grandes sociedades comerciais. A COMIGO é uma empresa cooperativa que se ajusta ao mercado, pois não havendo uma política e legislação específica, a cooperativa tem que ter o mesmo comportamento que as empresas mercantis. Ou elas se enquadram no processo mercantil capitalista que aí está, ou fecham suas portas.

Vale aqui observar que o sucesso da cooperativa agrária também depende de que os associados nela coloquem toda a sua produção, para que as cooperativas, além de ter um bom volume de negócios, não tenham de sair a procurar produtos com terceiros (e pagando, muitas vezes, preços bem mais altos) quando precisa atender um compromisso de fornecimento. As grandes cooperativas atualmente criaram vínculos muito preciosos com os seus sócios ou fornecedores, havendo casos em que o produtor fica praticamente obrigado a entregar - sem poder sequer discutir o preço - toda a sua produção à cooperativa. É o mesmo sistema integrado das agroindústrias. Esta não é a política adotada pela COMIGO. Os seus associados têm a liberdade de compra e entrega de seus produtos, mas é claro que se todo o processo fosse realizado com a cooperativa o resultado final seria melhor.

Os dados muito precários, segundo RECH (2000), sobre o número de cooperativas indicam que atualmente as cooperativas agrárias realmente funcionando não passam

de 1.500 em todo Brasil. Um detalhe interessante é que a maioria das cooperativas existentes no meio rural é mista, ou seja, como exemplo da COMIGO, funciona com setores de beneficiamento e industrialização, recebimento e colocação dos produtos entregues pelos sócios. E através de suas lojas e supermercados também fornecem bens de consumo e insumos agropecuários.

A necessidade de união para resolver os problemas dos produtores rurais da região do Sudoeste goiano, o armazenamento, assistência técnica, comercialização foram alguns dos determinantes da fundação da COMIGO. Através de uma cooperativa, os interesses agrícolas de um grupo poderiam ser melhor representados. Oficialmente criada em Assembléia Geral dos sócios fundadores a 06 de julho de 1975, em Rio Verde, Goiás, a COMIGO só iniciou de fato suas atividades em fevereiro do ano seguinte, em condições bastante precárias: havia um inexpressivo quadro social e consequentemente, escasso capital.

Iniciou-se a partir da ocupação de terras com a produção de arroz e milho, que, em geral, constitui a primeira etapa da formação de pastagens. Os primeiros 50 cooperados fundadores decidiram constituir a sociedade para reunir cotas individuais que permitissem integralizar o investimento para a constituição da infra-estrutura de armazenagem necessária à expansão da produção de grãos. A COMIGO é hoje uma multicooperativa de porte na região Centro-Oeste, podendo, talvez, ser considerada a maior da região em receita operacional líquida (quadro 17).

Atualmente, a cooperativa reúne 4.028 sócios e 1.259 funcionários. Possui uma capacidade de armazenagem de 635.990 toneladas, 1.365 (ton./h) de secagem e também a recepção de grãos (Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000).

QUADRO 17

COOPERATIVAS DO CENTRO-OESTE CLASSIFICADAS ENTRE AS 50 MAIORES DO BRASIL (EM MIL REAIS) 1998.

Classificação Geral		UF	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Receita Operacional	Lucro Líquido	Rentabilidade Sobre o PL(em %)	Grau de Individamento
12	Comigo. Coop. Mista dos Prod. Rurais do Sudoeste goiano LTDA.	GO	190.628	87.022	202.827	5.041	5,79	1,19
35	Goiás Carne-Coop. Ind. De Carnes e Derivados de Goiás LTDA.	GO	51.329	25.898	73.515	- 641	- 2,48	0,98
41	Coprodia-Coop. Agr. De Prods. de Cana de Campo Novo do Parecis LTDA.	MT	73.506	15.889	42.809	- 571	- 3,59	3,63
46	Agrovale- Cooperativa Mista dos Prods. Do Vale do Parnaíba	GO	54.483	24.975	42.368	- 3.753	- 15,03	1,18

Obs.: Todos os balanços foram publicados tendo como referência 30 de dezembro de 1998, exceto quando indicado:

1. Exercício findo em 30 de junho de 1998, neste caso, os valores foram ajustados para 30 de dezembro de 1998 segundo a variação do IGP – DI da FGV. Fonte: Globo Rural, Ano 15 Nº 169 Novembro 1999.

2.2.1. Credibilidade na sua Forma de Administrar

A mudança das relações no contexto econômico mundial reforça a necessidade da COMIGO adotar, totalmente ou não, os mesmos métodos de administração utilizados atualmente pelas sociedades comerciais. Segundo SCHNEIDER (citado por NAVES 1999), as cooperativas precisam incorporar, na prática, novas e eficientes técnicas ao seu sistema de gestão, sob o risco de não alcançarem os resultados sociais e econômicos essenciais para a satisfação dos cooperados. A busca por eficiência econômica nada tem

de contraditório com os objetivos sociais da cooperativa: é uma questão de sobrevivência tanto da sociedade quanto dos sócios.

Para tanto, em julho de 1999, diretores, superintendentes e gerentes assinaram um termo de compromisso para a implantação do Programa de Qualidade Total na COMIGO. Em novembro do mesmo ano todos os 1.259 funcionários tomaram conhecimento do Programa, quando foi feito o lançamento oficial.

Conforme NAVES (1999), seria possível que a empresa cooperativa, enquanto associação de pessoas, tenha eficiência empresarial, afirmando que se a "cooperação" passa a ser uma palavra importante nas estratégias capitalistas, muitas cooperativas, quando mudam seu estilo de gestão em busca de maior eficiência administrativa, assumem formas empresariais rígidas, centralizadoras, hierárquicas e tradicionais, muitas vezes ultrapassadas e voltadas para o resultado econômico imediato, que não é seu objetivo. A direção e o controle da empresa acabam, em muitos casos, centralizadas nas mãos do presidente ou de um pequeno grupo que ocupa conselhos e cargos de diretoria. Sociedades cooperativas com essas características, caminham na contramão das teorias da administração moderna, que aconselham às organizações uma postura justamente oposta.

No controle administrativo da COMIGO têm ocorrido poucas mudanças, mantendo-se a base do corpo administrativo por vários mandatos com o apoio dos associados que participam mais ativamente da cooperativa, que tem o seguinte argumento: cooperativas que trocaram demais seus administradores acabaram fechando suas portas.

Os administradores da COMIGO sabem da missão que têm, por isso a cooperativa investe maciçamente no aperfeiçoamento dos seus diretores, superintendentes, gerentes e funcionários através de cursos, seminários e palestras para atender bem os seus clientes (associados e terceiros). É uma necessidade para manter a cooperativa firme no mercado.

A diretoria tem trabalhado desde o início com superintendentes, gerentes, funcionários e associados de forma transparente, tornando válidos os interesses pelos quais foi criada, mesmo dentro desta dinâmica global, com reuniões avaliando sempre os resultados dos exercícios anteriores e atual, e assembleias gerais ou extraordinárias, quando necessárias. Examinemos no quadro 18, a Evolução de seu Quadro Social.

QUADRO 18

EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL – (1975 a 1999)

ANO	ANTERIOR	ADMITIDOS	DEMITIDOS	ELIMINADOS	TOTAL
1.976	67	30	10	0	87
1.977	87	91	1	0	177
1.978	177	89	15	0	251
1.979	251	96	19	0	328
1.980	328	403	10	0	721
1.981	721	274	16	0	979
1.982	979	190	11	12	1.146
1.983	1.146	203	6	36	1.307
1.984	1.307	246	12	2	1.539
1.985	1.539	225	12	37	1.715
1.986	1.715	197	11	0	1.901
1.987	1.901	382	18	0	2.265
1.988	2.265	1.378	28	3	3.612
1.989	3.612	890	19	0	4.483
1.990	4.483	218	27	189	4.485
1.991	4.485	60	26	58	4.461
1.992	4.461	28	63	21	4.405
1.993	4.405	73	47	24	4.407
1.994	4.407	45	64	0	4.388
1.995	4.388	15	57	113	4.233
1.996	4.233	37	39	136	4.095
1.997	4.095	105	70	71	4.059
1.998	4.059	29	45	114	3.929
07 a 12/98	3.929	18	41	33	3.873
01/99 a 12/99	3-873	234	43	36	4.028

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000

O aumento do quadro associativo verificado a partir da estruturação econômica da cooperativa, pode ser entendido como o resultado prático de uma sincronia entre aquilo que os produtores rurais aspiravam receber e aquilo que a empresa passou a ter condições de oferecer. E o que a empresa passou a oferecer foi uma sensível melhora nos preços pagos à produção agrícola, graças aos mecanismos gerados pela própria estrutura que conseguiu viabilizar no decorrer de sua existência histórica. Por exemplo: ao implantar indústrias, a cooperativa teve condições de reter internamente expressivas fatias do bolo financeiro oriundo da comercialização das safras, e que antes eram repassadas ao empresário industrial, ou seja, o empresário que transacionava com a cooperativa as matérias-primas produzidas pelos associados. Na prática, ao dominar o setor de industrialização da produção agrícola de seu quadro social, a cooperativa passou a ter condições de auferir os trunfos consequentes dessa evolução, repassando-os ao quadro associativo através da melhoria dos preços pagos à produção entregue e também através

da ampliação dos serviços prestados. A expressiva adesão de agricultores à cooperativa, diante disso, está estreitamente ligada ao bom negócio que a empresa passou a representar à classe produtora, principalmente a partir de 1995.

Por outro lado, a nova realidade da COMIGO tanto em termos do aumento do quadro associativo como em termos da estrutura de funcionamento, faz parte da realidade de todo o sistema cooperativista goiano. Quer dizer, a cooperativa não evolui sozinha; o seu crescimento representou um dente de uma engrenagem maior, da qual fazem parte todas, ou pelo menos a maior parte das cooperativas do estado.

O crescimento das cooperativas do estado, por sua vez, está ligado ao pioneirismo dessas empresas em estruturar-se, bem antes das empresas multinacionais que atuavam no setor agrícola, para o recebimento, armazenagem e escoamento da produção de soja, logo que este produto despontou como novo sustentáculo da economia rural de Goiás. O sistema privado de armazenagem e as empresas multinacionais nada investiram na recepção das safras que cresciam em volume ano após ano, gerando grandes dificuldades aos produtores. O caminho que os agricultores encontraram, diante disso, foi aderirem ao quadro associativo das cooperativas que acabaram se fortalecendo e tendo assim condições de, num primeiro momento, suprir as lacunas citadas e, num segundo momento, auferir das vantagens desse pioneirismo, em termos principalmente de um amplo domínio da produção estadual.

Uma vez dominando a recepção da soja, as cooperativas passaram a ser uma espécie de termômetro do mercado, passaram a ter força suficiente para interferir nos preços da produção. Com isso, acabaram beneficiando os produtores associados e também os produtores não associados, considerando que as outras empresas compradoras passaram a ter que pagar, no mínimo, o mesmo preço que as cooperativas estavam pagando pela produção entregue. O mesmo sistema de força que viria a elevar os preços da produção agrícola, em sentido contrário viria a diminuir os custos dessa produção, na medida em que as cooperativas, ao centralizarem as compras de insumos, acabaram barateando a manutenção da atividade agrícola.

A abertura da primeira loja de revenda de produtos de consumo em fevereiro de 1976, marcou o início das atividades da COMIGO. Com várias dificuldades, inicialmente, a cooperativa foi se consolidado aos poucos no cenário agrícola econômico do Estado e, após 25 anos, tornou-se uma das potências econômicas do Estado no ranking

das doze maiores cooperativas agrícolas do país. Esse acentuado crescimento, sem dúvida, deveu-se ao condicionante de excelentes condições de desenvolvimento agrícola da região do Sudoeste de Goiás, local onde foi criada a COMIGO: solos de média fertilidade, proximidades dos centros consumidores, uma indiscutível tradição agrícola e as Políticas Governamentais.

Inicialmente a COMIGO teve suas atividades restritas ao município de Rio Verde, onde foi fundada, e ainda funciona sua sede administrativa. Desde a sua fundação até hoje se observa ampliações e diversificação de suas atividades. Oferece serviços de armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos agrícolas produzidos pelos cooperados, além da venda de insumos agrícolas, assistência técnica, transporte de mercadorias, laboratórios de análise clínica, nas áreas de veterinária, solos e fitopatologia, unidade de beneficiamento de sementes, COMIGO florestal, suinocultura da Dalland-COMIGO, Credi-rural COMIGO e Credi-COMIGO.

2.2.2. Cooperativismo com Profissionalismo

De acordo com os artigos 47 e 56 da Lei 5.764/71, a cooperativa será administrada por um Conselho de Administração (ou diretoria) e fiscalizada por um Conselho Fiscal, compostos exclusivamente por associados eleitos pela Assembleia Geral. A profissionalização na administração das cooperativas, contempladas no artigo 48 da Lei 5.764/71, é hoje uma necessidade, e isso amplia suas semelhanças com as empresas capitalistas. O amadorismo ainda é muito comum, mas está cedendo espaço, aos poucos, ao profissionalismo. Apesar de que segundo ZANGGHERI et al. (2000), existem cooperados altamente capacitados na atividade que exercem, mas isto não lhes garante o conhecimento ou a posse da habilidade e visão empresarial tão necessárias na administração dos negócios da empresa cooperativa. Muitas delas são formadas por pessoas sem capacidade gerencial. Conseqüentemente, a cooperativa não conseguirá atingir o desenvolvimento social e resultados econômicos satisfatórios, pois será deslocada do mercado altamente competitivo.

Capacitar-se, portanto, é uma saída encontrada por muitos cooperados, diretores, superintendentes, gerentes e conselheiros de administração e fiscal da COMIGO. Con-

tudo, a complexidade dos problemas administrativos aumenta de forma proporcional ao crescimento da empresa, inclusive da cooperativa. Quando a situação ameaça sair do controle, em geral busca-se como alternativa a contratação de um gerente para auxiliar na gestão dos negócios cooperativos, tendo em vista que os diretores poderão se sentir inseguros ou mesmo incapazes para administrar uma empresa com essas características.

Embora esta seja uma tendência, muitas cooperativas ainda resistem à contratação de um administrador/gerente profissional, alegando normalmente os custos elevados e a divergência de interesses que poderá ocorrer entre estes profissionais e os sócios. Na COMIGO não é diferente e também existe esta preocupação, por isso se procura sempre qualificar alguém da cooperativa. Nem sempre a contratação de um gerente será a solução para a insegurança ou incapacidade administrativa dos diretores de uma cooperativa, pois apesar de toda a sua experiência e conhecimento, o mesmo poderá não se adaptar à realidade organizacional ou apenas representar um paliativo para problemas que vêm se acumulando ao longo do tempo, afirma o Recursos Humanos da COMIGO.

A complexidade da gestão das empresas cooperativas demanda cada vez mais gerentes com treinamento específico. O problema é que o administrador é formado para trabalhar com sociedades comerciais e nem sempre conseguirá acompanhar ou aprender todas as facetas da sociedade cooperativa. E na busca de eficiência, pode ser ele um dos responsáveis pela transformação da cooperativa numa empresa que visa unicamente o econômico, distanciando dos objetivos propostos inicialmente, e a COMIGO tem se preocupado com este problema.

2.2.3. Estrutura Organizacional da Empresa Cooperativa COMIGO

Sabemos que a estrutura organizacional de uma empresa cooperativa deve ser a mais democrática possível, permitindo ampla participação. Mas, concretamente, cada cooperativa define a melhor maneira de funcionamento. Na COMIGO, a base é definir um sistema de decisões que tenha ampla participação e um sistema de ações que tenha autonomia e possa realmente levar a vida da cooperativa. E, também, um sistema de informações que possa manter os associados cientes do que está acontecendo na coope-

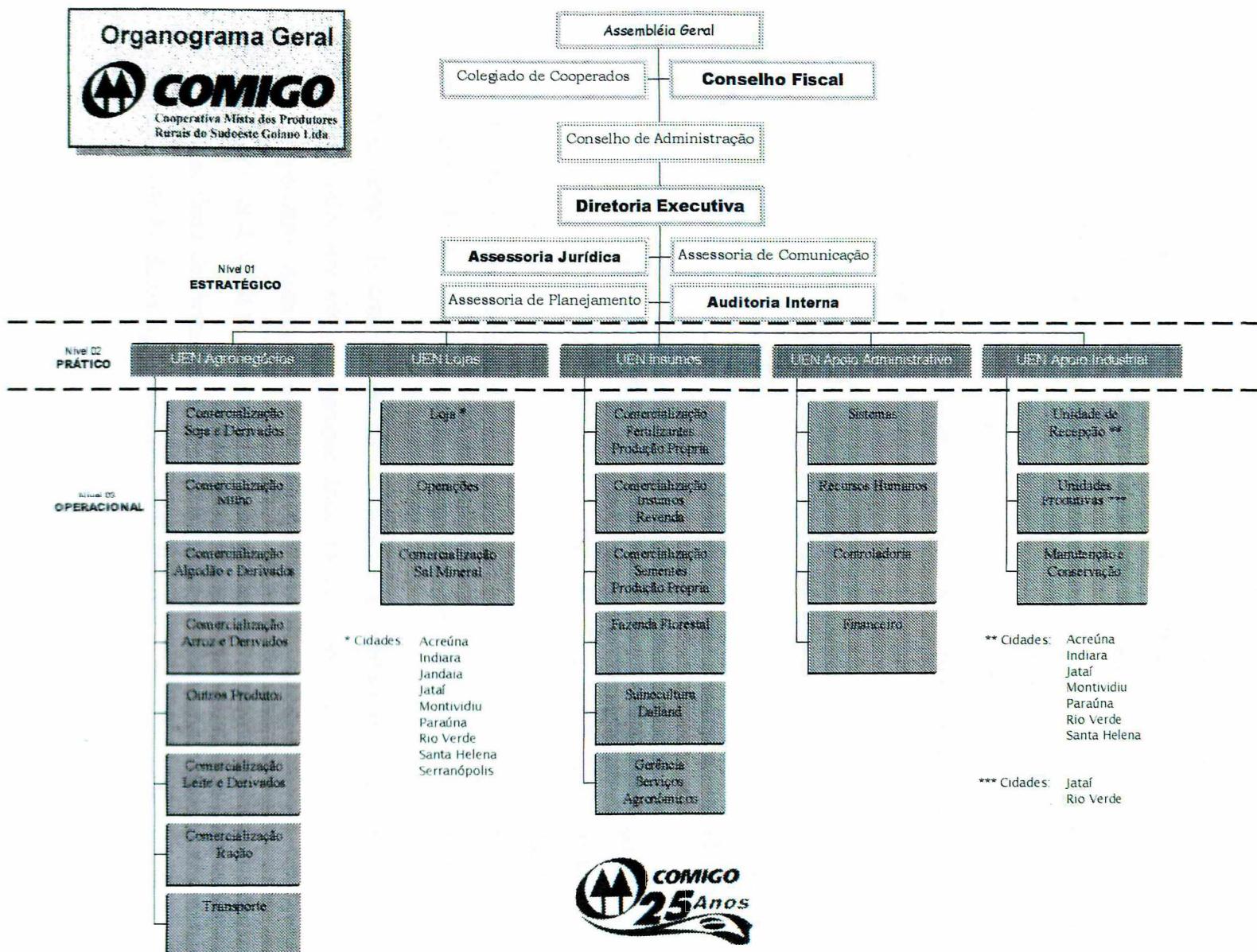
rativa e permita que as assembléias e outras instâncias sempre decidam com pleno conhecimento dos detalhes sobre os assuntos que estão decidindo.

Outras iniciativas são fundamentais na COMIGO: 1. Os associados devem ter instâncias de debate e participação permanentes. Uma proposta, neste sentido, é que eles se reúnam em pequenos núcleos, sendo esses a base dos encaminhamentos para se chegar às decisões de assembléia. 2. É interessante que se pense na participação de outras forças sociais e políticas, aliadas à cooperativa, para contribuir nos debates e prioridades da entidade.

A Frente Parlamentar do Cooperativismo, a FRENCOOP, foi criada em 1984, em nível nacional, é uma frente parlamentar suprapartidária e de âmbito nacional, de natureza política e não ideológica. Seu objetivo principal é trabalhar solidária e coordenadamente para fomentar e promover o cooperativismo brasileiro e internacional, divulgando e defendendo a doutrina e a filosofia cooperativista e estimulando a prática do cooperativismo em todos os seus níveis sociais. Formulação de políticas cooperativistas e fechamento de questão em votações de matérias de interesse do setor compõem a forma de atuação da FRENCOOP, que tem em seus diversos ramos, um parlamentar como coordenador.

Goiás já tem sua Frente Parlamentar do Cooperativismo. A sua instalação aconteceu no dia 15 de dezembro de 2000, durante sessão especial na Assembléia Legislativa em Goiânia. O deputado Rubens Otoni (PT) foi designado como presidente da FRENCOOP e o deputado Geraldo Lemos (PTB), como coordenador geral, (Informe COMIGO - Ano XVI - Nº184 - Nov-Dez/2000). Veremos a seguir como está organizado o organograma da COMIGO e em funcionamento. Veja a figura 03.

FIGURA 03



No seu estatuto social, a COMIGO, em sua área de ação para efeito de admissão de associados, abrange 32 municípios de: Rio Verde, Montividiu, Santo Antônio da Barra, Castelândia, Acreúna, Santa Helena de Goiás, Caçu, Aparecida do Rio Doce, Perolândia, Quirinópolis, Jataí, Paraúna, São João da Paraúna, Caiapônia, Cachoeira Alta, Bom Jesus de Goiás, Serranópolis, Chapadão do Céu, Aporé, Jandaia, Indiara, Edéia, Ivolândia, Maurilândia, Itajá, Doverlândia, Iporá, Amorinópolis, Itarumã, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Portelândia e outros que forem desmembrados dos ora relacionados, e que constituem a região geo-econômica homogênea convergente para Rio Verde (veja a figura 04). Atua diretamente nas cidades abaixo e suas distâncias em relação à sede Administrativa (veja a figura 05).

Acreúna	Armazéns, loja e posto de recepção de leite.....	71 km
Indiara	Armazéns e loja.....	136 km
Jandaia	Loja.....	150 km
Jataí	Armazéns, loja e unidade de produção de sal mineral, e posto recepção de leite.....	90 km
Montividiu	Armazéns e loja.....	45 km
Paraúna	Armazéns e loja.....	135 km
Santa Helena	Armazéns e loja.....	56 km
Serranópolis	Loja.....	150 km

A estratégia de crescimento da COMIGO é a verticalização da produção e a agregação de valor aos produtos agropecuários, na busca de alternativas para a diversificação agropecuária. Atua também na comercialização de grãos em grande escala, cujo volume é, em geral, igual ao potencial de armazenagem. Observe os quadros 19 e 20, sobre a Capacidade de Armazenagem e Secagem de Produtos Agrícolas - 1999 e de Recebimentos de Produtos Agropecuários (1979-1999).

FIGURA 04

**MAPA DO ESTADO DE GOIÁS, DAS CIDADES DE ATUAÇÃO DA COMIGO
PARA EFEITO DE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS.**

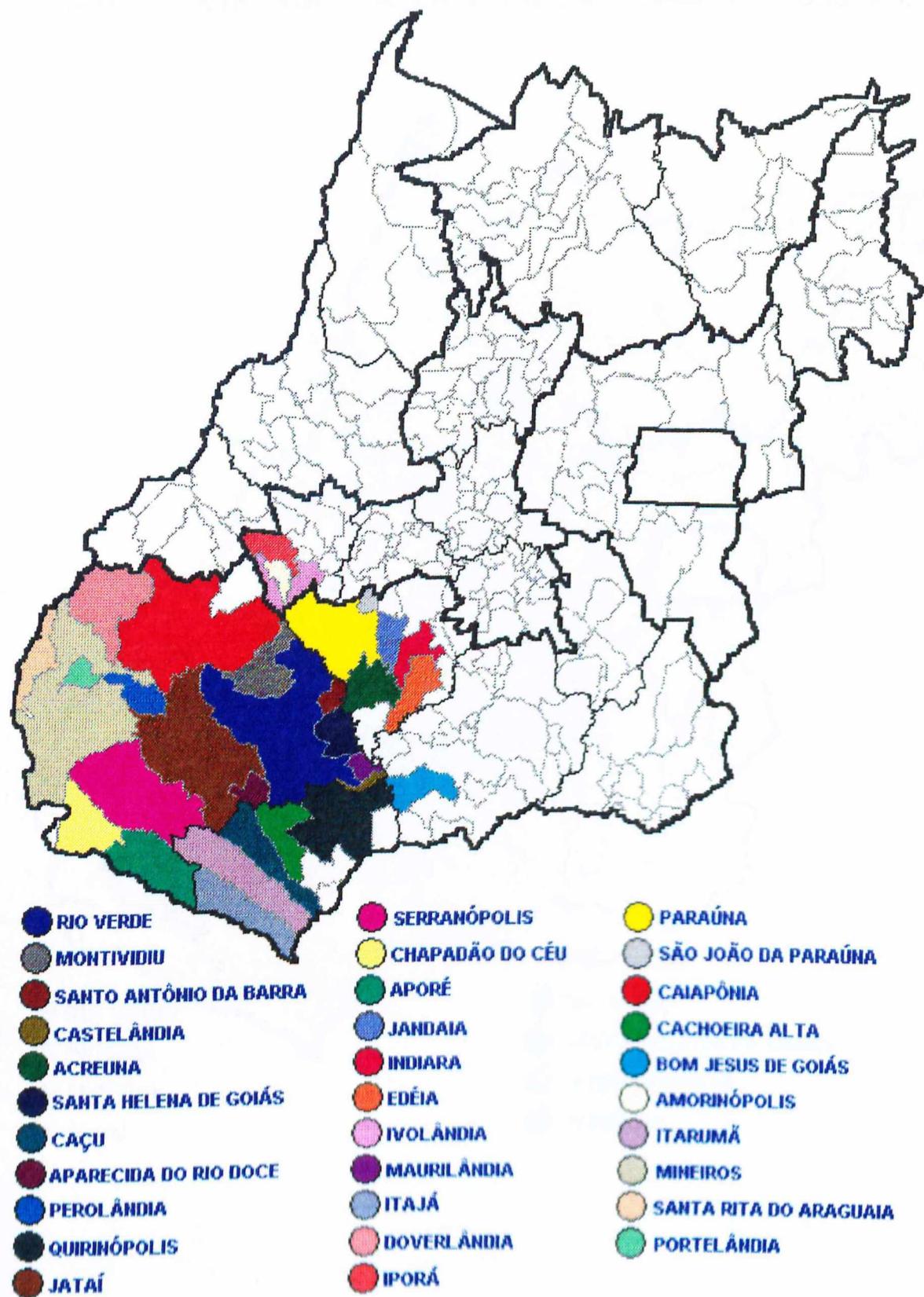
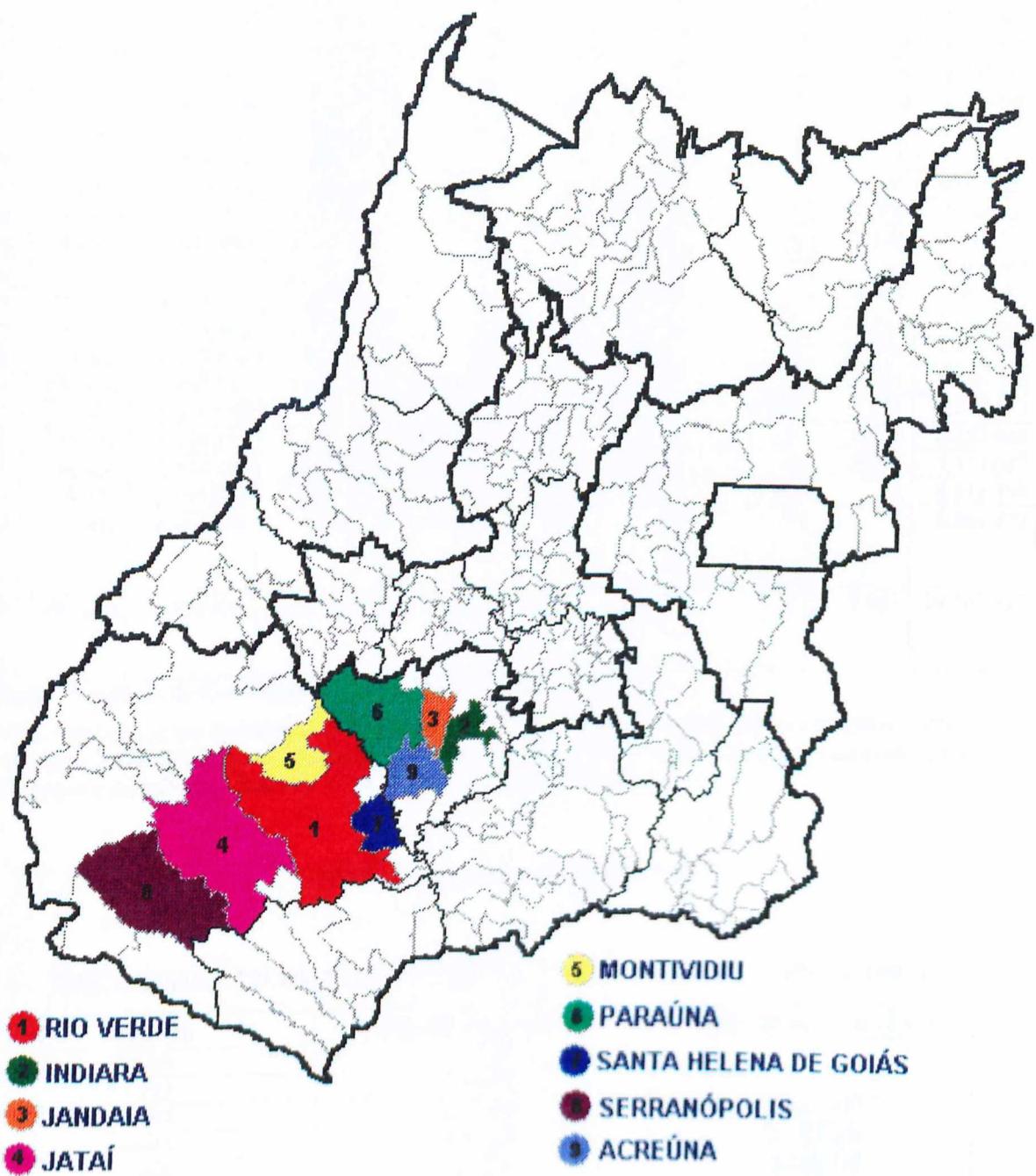


FIGURA 05

MAPA DO ESTADO DE GOIÁS, DAS CIDADES QUE A COMIGO ATUA DIRETAMENTE COM LOJAS, ARMAZÉNS E UNIDADE DE PRODUÇÃO.



QUADRO 19

RECEBIMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – (1979 a 1999)

ANO	GRÃOS (Sc 60Kg)					SEMENTES (Sc 60Kg)			TOTAL
	ARROZ	MILHO	SOJA	SORGO	FEIJÃO	SOJA	TRIGO	ARROZ	
79/80	221.939	709.361	368.247	0	0	0	0	0	1.299.547
80/81	195.903	875.368	628.422	0	0	0	0	0	1.699.693
81/82	104.344	767.331	849.972	0	0	0	0	0	1.721.647
82/83	84.344	703.908	2.004.654	0	0	0	0	0	2.792.906
83/84	61.697	660.236	2.248.152	0	0	0	0	0	2.970.085
84/85	70.541	944.617	3.684.584	0	0	0	0	0	4.699.742
85/86	121.175	1.738.160	2.863.494	0	0	0	0	0	4.722.829
86/87	113.489	2.498.082	3.362.695	0	0	85.502	0	15.260	6.075.028
87/88	167.014	3.542.510	3.537.634	0	0	79.265	0	21.900	7.348.323
88/89	181.519	3.032.983	3.933.287	0	0	120.240	0	8.946	7.276.975
89/90	124.999	3.331.751	2.792.132	0	0	56.124	0	1.495	6.306.501
90/91	250.507	4.174.109	3.272.271	0	0	93.788	0	4.902	7.795.577
91/92	354.107	3.073.602	3.508.952	0	0	145.500	0	12.448	7.094.609
92/93	231.480	3.117.424	3.412.172	0	0	160.866	0	10.796	6.932.738
93/94	258.638	3.387.821	2.770.454	122.076	0	140.286	0	11.231	6.690.506
94/95	231.617	2.619.559	3.723.327	148.933	12.733	60.451	1.995	8.957	6.807.572
95/96	155.516	3.010.874	3.140.145	170.383	10.366	55.872	0	9.503	6.552.660
96/97	84.020	3.254.496	3.572.397	356.701	5.915	64.644	0	8.554	7.347.027
97/98*	99.777	2.295.634	5.809.263	636.980	5.728	66.977	0	0	8.914.359
07/98* a 12/98	1.038	1.484.701	17.240	781.179	314	0	0	0	2.284.472
01/99* a 12/99	197.460	3.598.436	5.948.125	520.265	2.957	31.193	0	9.481	10.307.917

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000.

Nota: * O balanço era fechado no período de junho de 1997 à junho de 1998, portanto no ano de 1998 de julho à dezembro foi fechado o balanço para fazer a mudança. A partir de 1999 houve uma mudança no fechamento do balanço, fechando o ano de janeiro à dezembro 1999.

CONTINUAÇÃO - QUADRO 19

RECEBIMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – (1991 a 1999)

Período	Algodão (arrobas)	Leite in natura (Lts)
91/92	211.136	0
92/93	258.032	0
93/94	233.096	25.145.977
94/95	653.840	26.792.200
95/96	691.717	30.780.323
96/97	513.473	35.918.140
97/98*	1.002.503	35.803.080
07/98 a 12/98*	274.474	15.959.215
01/99 a 12/99*	267.325	25.862.743

Fonte: Relatório do Conselho de Administração – 03/2000.

QUADRO 20

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM E SECAGEM DE PRODUTOS AGRÍCOLAS – 1999

MUNICÍPIO	25.1- CAPAC. ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM (ton.)				25.2 – CAPAC. DE SECAGEM (em ton/hora)			
	A GRANEL	ENSACADO	SEMENTES	TOTAL	ARROZ	MILHO / SOJA	SEMENTES ARROZ / SOJA	TOTAL
Rio Verde	181.000	12.600	12.600	206.200	60	250	95	405
Sta Helena	40.190	0	0	40.190	0	105	0	105
Acreúna	60.000	0	0	60.000	0	120	0	120
Jataí	143.800	0	0	143.800	0	250	0	250
Montividiu	97.000	0	0	97.000	0	140	0	140
Paraúna	30.000	18.000	0	48.000	120	120	0	240
Indiara	30.000	0	0	30.000	0	105	0	105
TOTAL	581.990	30.600	12.600	625.190	180	1.090	95	1.365

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000.

2.3. A AGROINDÚSTRIA NO CONTEXTO DA COMIGO

A produção rural é um processo bastante complexo e vários fatores interferem no seu desempenho. Sua evolução começa desde os preços e distribuição de insumos e vai até a venda ao consumidor final, seja através de produtos finais ou apenas beneficiados. Neste trajeto, aqueles que produzem produtos primários são os mais expostos à exploração dos intermediários, que fazem a transferência da riqueza do meio rural para outros segmentos da sociedade.

Percebendo essa trajetória, a diretoria da COMIGO, após cinco anos de experiência e luta pelos interesses do produtor, resolveu investir na industrialização. Procurou com isso criar autonomia e mecanismo de defesa contra o quadro de alienação e exploração eminentes. Por outro lado, trouxe benefícios indiretos para a região, através de pagamento de impostos e oportunidade de gerar novos empregos.

Destaca-se que a consolidação do complexo soja no Brasil se processa a partir de meados da década de 1970 por duas razões principais: a) conjuntura internacional favorável; b) atuação do Estado em todas as fases da cadeia produtiva da soja. A primeira razão reside num conjunto de condições: de um lado, uma estratégia de grandes grupos americanos e, de outro, uma conjuntura de superaquecimento da demanda, aliada a crise da oferta de outras matérias-primas ricas em proteínas (amendoim e farinha de peixe), que teve como consequência a instabilidade do mercado mundial de soja, dominado

pelos Estados Unidos da América - EUA. Havendo aumento das cotações internacionais, há estímulo à produção de soja em outros países, incluindo o Brasil.

A segunda razão foi a articulação com a indústria a montante, com base em três mecanismos: o primeiro foi a concessão de crédito rural subsidiado, através do S.N.C.R.; o segundo foi o processo de substituição de importações dos insumos e equipamentos agrícolas, quando da aprovação, em 1974, do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e o Programa de Defensivos Agrícolas; e o terceiro mecanismo foi a subvenção aos custos dos principais insumos: fertilizantes, calcários, defensivos e sementes, além da participação do Estado, após o "boom" da soja, a partir de 1974, lançando um conjunto de programas destinados a suprir as deficiências na infra-estrutura de transporte e estrutura de estocagem.

A partir de 1974, o Estado lança um conjunto de programas destinados a suprir as deficiências de infra-estrutura. Fundamentalmente, o Sistema Cooperativista já desempenhava um papel determinante no enquadramento técnico, devido à facilidade de coordenação junto aos seus associados produtores e a difusão do crédito rural. Basta verificar a participação dos créditos destinados para o trigo e soja que transitavam pelas cooperativas. Segundo LECLERCQ (1987), em fins de 1960, a participação das cooperativas no crédito rural, que era de 9%, em 1975 salta para 64,5%, e o mesmo se observa para a participação das cooperativas agrícolas no volume de EGFs concedidos à soja. A participação dessas empresas oscilou entre 35% e 77% de 1973 a 1979.

Na verdade, as cooperativas de produtores de soja são as principais intermediárias entre os produtores - associados e indústria a montante (fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos) e a jusante (processadores, trituradores, etc.). Nesse sentido é que se dá o confronto de interesses entre os dois principais agentes da agroindústria da soja. As cooperativas agrícolas responsáveis pela captação e estocagem dos grãos, interessadas em obter preços mais compensadores no mercado internacional e as indústrias de Trituração, interessadas em obter matéria prima a preços mais baixos do que o mercado internacional para abastecer o mercado interno de óleo e torta de soja. Neste aspecto, o Estado, ao intervir no mercado estabelecendo quotas de exportações, acaba favorecendo as indústrias de Trituração.

A política de dar prioridade ao segmento de Trituração faz parte da estratégia de desenvolvimento da agroindústria da soja por parte do Estado, no decorrer dos anos 70,

atingindo dois grandes objetivos: a) elevação das receitas de exportação de produtos de maior valor agregado e b) manutenção dos preços internos de derivados em níveis sustentáveis e que não comprometesse a política antiinflacionária.

Neste período de 1970, dá-se o ingresso das empresas CARGILL, CARAMURU e COIMBRA em Goiás, no mercado da indústria de trituração e, como alerta MAZZALI (1991), enfrenta algumas barreiras de entrada, tais como: a) controle das fontes de fornecimento de matéria prima e condições de estocagem; b) presença de economias de escala; c) acesso ao comércio exterior.

O primeiro aspecto diz respeito a que somente as grandes empresas dispõem de uma rede de captação direta da colheita, evitando interrupção da produção industrial na entressafra³, onde as cooperativas têm uma posição privilegiada na medida em que controlam uma ampla e moderna rede de armazenagem e detém sob seu domínio, em tese pelo menos, a matéria prima, dando-lhes poder de pressão. Quanto ao segundo, que para ser mais eficiente, exigirá instalações de grande porte, compatíveis com a capacidade de algumas cooperativas, que se industrializaram nesse período. Finalmente o comércio exterior, dominado por um pequeno número de grandes empresas como a Cargill, Continental Grains, Cock Industrias, Louis Dreyfus, Bunge & Born, Central Soya, só permitiu o ingresso de cooperativas através da criação de tradings ou alianças entre cooperativas.

A COMIGO é de enorme importância no Estado, sendo em parte responsável pela elevada participação das cooperativas na arrecadação total do ICMS e encontra-se no momento implementando seu parque industrial com novas tecnologias para melhorar suas atividades. As cooperativas são, em si, um universo heterogêneo e, entre si, distinguem-se por realizar ou não atividades agroindustriais, possuírem os seus centros de decisão na região, ou não, produzirem em setores mais ou menos dinâmicos, assim como adotarem, ou não, uma atitude empresarial na busca de diversificação produtiva, respeitando evidentemente as normas e especificidades do cooperativismo. A agroindústria na COMIGO será analisada no terceiro Capítulo.

³ "Na falta de capital de giro para estocar matéria-prima, as pequenas empresas são obrigadas a paralisar as operações durante um período de até 06 meses, enquanto que as grandes empresas param por um período de um mês por ano" (LECLERCQ, 1988:97).

2.4. COMIGO: COMERCIALIZANDO E TRANSPORTANDO A PRODUÇÃO

Um acompanhamento do comportamento do mercado na área de atuação da COMIGO revelaria, concretamente, uma situação em que a empresa paga sempre um melhor preço pela produção do que poderia pagar, na mesma época, o empresário do mesmo ramo de atividade. Mas, além do preço melhor no momento em que, livremente, resolve comercializar sua produção, o produtor, uma vez associado da cooperativa, continua a obter vantagens, o que não aconteceria caso preferisse transacionar com o empresário comum. Os serviços são prestados gratuitamente aos associados ativos ou, no máximo, têm cobrado os seus preços de custo e incluem desde a assistência à produção e à propriedade, conforme será explicado mais adiante. E no final do exercício financeiro, a cooperativa ainda distribuirá sobras na proporção do produto e dos volumes entregues, após deduzir os custos operacionais e as retenções aos fundos estatutários, o FR - Fundo de Reserva, que fica com 10%, e o F.A.T.E.S - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, que fica com 10% do volume financeiro apurado no exercício, e que em valores em reais apurados no exercício de 1999 foi de (R\$ 610.927,19) para cada um.

Para o empresário comum, as sobras apuradas seriam normalmente convertidas em lucros, enquanto que para uma cooperativa, são rateadas entre os associados. O rateio, entretanto, está sempre na dependência do que decidir a Assembléia Geral de Associados, quando efetivamente as sobras venham a existir (um ano difícil para determinado produto pode significar que no lugar de um resultado positivo, tenha ocorrido um resultado negativo). Normalmente, por ocasião da Assembléia, ou a diretoria ou qualquer associado presente, pode propor ou o rateio das sobras (no caso delas existirem) ou a sua retenção em conta capital, para aplicação em investimentos da própria cooperativa.

Em 1998, visando o crescimento da cooperativa e as necessidades de qualidade das informações e gestão, foi decidida a mudança de sistemas na área de informática. Iniciou-se o processo de integração das informações. Mediante implantação de novo sistema no mês de dezembro de 1999, a COMIGO colocou no ar o sistema SAP R/3 que

integra todas as atividades da cooperativa em tempo real, auxiliando tomadas de decisões imediatas, ou seja, qualquer operação de venda ou compra feita pela cooperativa, terá seus lançamentos na contabilidade, contas a receber ou pagar, estoques, feitos instantaneamente (quadro 21). O software é um dos mais completos do mundo. Nos EUA, por exemplo, 51% das 100 maiores empresas do país, utilizam este sistema.

QUADRO 21

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS "IN NATURA" (valores em US\$ - Dólar Americano de cada mês)

EXERC.	ARROZ		MILHO		SOJA		SORGO	
	Sc. 60 Kg	Valor	Sc. 60 Kg	Valor	Sc. 60 Kg	Valor	Sc. 60 Kg	Valor
84/85	21.738	285.844	382.796	2.046.231	2.865.538	38.305.832	-	-
85/86	21.417	359.681	1.641.804	12.136.492	970.113	11.580.897	-	-
86/87	7.165	68.333	2.157.095	17.519.036	554.869	13.410.288	-	-
87/88	19.433	288.932	525.351	2.190.671	796.127	14.016.836	-	-
88/89	72.577	494.471	3.703.468	25.452.576	810.525	11.040.887	-	-
89/90	84.300	678.055	2.170.564	13.300.362	1.812.839	15.437.014	-	-
90/91	59.636	776.061	3.496.877	24.776.269	477.758	4.803.379	-	-
91/92	72.234	779.605	3.044.139	18.837.544	408.100	3.919.647	-	-
92/93	7.291	59.418	1.251.913	7.709.709	788.866	8.483.270	-	-
93/94	4.213	39.103	1.293.090	8.214.049	248.974	2.599.119	-	-
94/95	31.521	361.218	1.151.623	7.534.469	891.956	10.337.907	-	-
95/96	13.420	174.711	2.235.406	15.703.213	89.603	2.122.490	-	-
96/97	3.506	41.558	2.195.600	14.282.455	13.188	171.880	9.997.620	882.527
97/98	23.788	382.249	1.618.016	10.589.766	1.852.162	22.976.668	34.938.353	2.558.372
07/98 a 12/98	10.282	129.025	1.455.983	9.211.325	653.125	7.829.351	33.998.670	2.445.405
01/99 a 12/99	10.005	59.410	2.611.930	12.376.375	2.375.531	23.501.497	128.997	481.747

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000.

É comum em uma empresa cooperativa e, em nosso caso, a COMIGO, a exportação de produtos "in natura". Neste aspecto, o cooperativismo aparece claramente como um elemento organizacional de extrema importância no sistema de alimentos mundial e funcional ao grande capital internacional, na medida em que é capaz de organizar a produção rural pulverizada em unidades produtivas e oferecer a matéria-prima necessária à consolidação do parque industrial no setor de alimentos. Isto não significa que as cooperativas agrícolas brasileiras deixaram de buscar agregação de valor aos produtos agropecuários, ingressando na agroindustrialização. Ver quadro 22 de Comercialização de Produtos Industrializados da COMIGO.

QUADRO 22

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

(Valores em US\$ - Dólar Americano de cada mês)

ANO	FARELO SOJA		ÓLEO BRUTO		ÓLEO REFINADO		RESÍDUO DE ÓLEO (ton.)		SABÃO (Kg)		ARROZ BENEFICIADO(ton.)	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
84/85	44.715	8.068.479	5.134	5.898.417	2.413	3.489.136	177	34.013	0	0	0	0
85/86	93.364	15.319.259	5.976	3.050.855	14.809	10.384.648	1.043	73.494	1.004	4.287	0	0
86/87	110.755	23.620.979	2.565	1.382.908	24.411	17.245.178	1.146	64.964	46.898	244.525	824	283.756
87/88	102.627	29.418.919	795	501.737	25.733	23.071.989	748	70.792	153.537	760.297	1.633	490.777
88/89	84.903	13.133.311	0	0	32.299	16.735.457	656	28.927	205.693	669.555	2.850	747.294
89/90	102.450	18.251.225	1.817	888.378	26.853	21.584.824	157	7.920	169.614	809.991	2.729	928.876
90/91	134.431	22.203.829	4.672	2.201.247	30.814	24.257.465	1.237	50.747	101.785	401.323	2.911	1.285.634
91/92	121.401	21.021.580	1.496	707.426	33.721	25.566.217	1.721	76.124	366.350	155.114	8.797	2.431.387
92/93	145.763	26.336.222	2.656	1.258.912	33.698	26.337.021	1.003	47.351	2.952.130	1.444.351	6.010	2.106.039
93/94	141.050	25.541.517	1.160	702.090	40.261	29.432.818	259	22.389	4.246.470	2.195.836	6.395	2.337.076
94/95	107.401	17.364.186	937	554.747	33.080	26.904.251	213	12.664	3.073.370	2.140.6.32	5.777	2.388.190
95/96	144.603	28.346.273	1.487	906.387	34.707	31.613.609	271	9.893	3.723.090	2.081.217	4.498	1.745.866
96/97	155.319	41.182.089	2.801	1.703.610	30.640	26.156.523	430	19.474	3.294.760	1.814.314	2.529	1.036.750
97/98	162.634	34.858.558	2.506	1.782.999	34.755	33.882.078	680	22.268	2.913.140	1.720.202	1.755	744.748
07/98 a 12/98	67.464	9.574.286	1.024	672.138	17.501	16.235.647	354	17.129	1.866.600	1.006.931	874	413.908
01/99 a 12/99	146.921	19.815.376	2.955	1.475.130	35.920	23.208.948	466	21.997	3.757.580	1.466.139	3.983	1.125.945

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000

CONT. QUADRO 22

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
(Valores em US\$ - Dólar Americano do mês)

Anos	Ração (ton.)		Caroço Algodão (ton.)		Pluma Algodão (ton.)		Derivados De Algodão (ton.)		Fertilizantes (ton.)		Leite e Derivados
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Valor
92/93	3.080	509.843	2.115	211.895	813	1.136.405	-	-			
92/94	8.596	1.494.952	2.268	271.382	1.620	2.563.191	-	-			6.713.321
94/95	14.713	2.936.761	4.873	391.368	978	1.850.022	-	-			11.387.122
95/96	15.429	3.257.534	5.228	408.302	3.648	6.580.540	-	-			11.299.967
96/97	16.087	4.126.960	2.489	353.638	3.586	6.946.551	2.068	720.873			11.587.116
97/98	12.243	2.649.241	5.521	539.193	1.832	3.478.063	2.167	623.569	53.053	12.347.073	10.500.239
07/98 a 12/98	8.020	1.529.084	5.268	575.966	1.329	1.839.974	112	21.087	59.907	14.439.348	4.020.730
01/99 a 12/99	27.099	3.792.259	2.689	222.322	1.269	1.572.124	83	16.017	85.639	17.925.208	5.716.574

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000

A COMIGO está preocupada tanto com seus produtos in-natura como os industrializados, buscando sempre um padrão de qualidade para que seus produtos possam ser bem aceitos no mercado local, regional e nacional. Da soja produzida, 65% destinam-se a extração e refino de óleo – no ano de 1999, foram produzidas 35 mil toneladas. O óleo destina-se ao mercado regional onde se destacam Brasília, Cuiabá e ao Norte do país o Estado de Tocantins, sul do Maranhão e Belém, na Região Sudeste destaca-se Belo Horizonte. Cem por cento do farelo produzido em 1999, em um total de 146 mil toneladas, dirigiram-se ao mercado Nacional.

O farelo de milho é comercializado nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás. As principais firmas compradoras são as CARGILL, a CARAMURU e a KOWALSKI, como granjeiros em geral que atuam na região. Atualmente a COMIGO comercializa o algodão, sendo o caroço adquirido principalmente pelo Grupo MAEDA, COIMBRA, Óleos Menu e a pluma é dirigida aos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – a Alpargatas é uma grande compradora da COMIGO.

O sabão e o arroz acompanham a mesma trajetória do óleo. A ração e o sal mineralizado são comercializados nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia e Mato Grosso do Sul. Já o fertilizante atende somente as lojas da COMIGO, isto é, somente aos seus associados. Isto serve de ilustração para a malha de relações de compra e venda que se estabelece entre as principais empresas regionais, nacionais e cooperativas que atua na região, bem como para demonstrar os efeitos sinérgicos que tais atividades são capazes de induzir.

Com relação ao transporte de seus produtos, o produtor geralmente enfrenta empecilhos com o preço do frete, escassez de veículos ou até mão-de-obra para transportar sua produção. A COMIGO conhece de perto esta realidade, oferecendo ao produtor os serviços de sua transportadora, sempre que houver disponibilidade. Surge então a TransCOMIGO, em 05 de agosto de 1985, de uma sociedade entre a COMIGO a Associação Atlética. Estendeu-se assim o leque de empresas coligadas com o objetivo de servir cada vez melhor o quadro social da Cooperativa, que vai até julho de 1998. Devido a problemas de tributação, surge em julho de 1998, o Departamento de Transportes. A TransCOMIGO faz circular os produtos industrializados da Cooperativa como o óleo, soja, farelo de soja, milho, ração, sal mineralizado e outros produtos. São 16 cavalos e carretas, 28 caminhões truk e 5 caminhões

3/4, frota própria. Mas quando há um grande volume de carga a ser transportada, utiliza veículos de cooperados e terceiros, totalizando em média 170. Este procedimento dá uma opção adicional de rendimento aos cooperados proprietários de caminhões.

Segundo o informante da transportadora, a TransCOMIGO possui em seu quadro 62 funcionários, sendo 47 motoristas e 15 funcionários de apoio. É através deste escritório que a TransCOMIGO abastece a indústria com embalagens do óleo, matéria-prima necessária à produção do sal mineralizado, peças e outros produtos. A Transportadora tem oficina terceirizada, borracharia própria e um tanque para combustível que serve como ponto de apoio no abastecimento da frota.

2.5. IMPORTÂNCIA SOCIAL DA COMIGO E RECURSOS HUMANOS

De acordo com o estatuto da Cooperativa, ao se associar, o produtor rural passa a integrar uma legião de homens dedicados ao trabalho e à ajuda mútua e obtém da COMIGO a garantia de comercialização comum de toda sua produção agropecuária nos mercados regional, nacional e internacional. Desde o preparo do solo, o cooperado conta com o apoio da COMIGO que orienta sobre as culturas mais rentáveis, presta assistência técnica e oferece secagem e armazenamento para a sua safra.

A COMIGO também vê a posição da agroindústria cooperativa como fator importante de desenvolvimento econômico-social rural. Vê a agroindústria como o principal agente de fortalecimento das microrregiões do País, o caminho principal de fixação do homem ao campo, no setor que viabiliza a geração de muito mais renda e emprego que os mesmos investimentos gerariam na aplicação direta ao setor agropecuário.

A geração da renda e empregos diretos e indiretos, pela COMIGO nos outros setores da economia global, pode ser comprovada (o assunto merece estudos estatísticos mais aprofundados), através de análise do crescimento e desenvolvimento das áreas em que atua, desde a sua fundação. As outras vantagens que se observam pela atividade da agroindústria, estão enunciadas por (LAUSCHNER, 1993).

"A agroindústria bem estruturada em função do desenvolvimento pode aumentar muito a renda dos agricultores. Com efeito, reduz os custos do transporte ao aumentar o valor por tonelada transportada; reduz os custos de armazenagem; valoriza toda a colheita, principalmente de produtos perecíveis; valoriza melhor os produtos destinados diretamente ao mercado, por exemplo: os produtos de melhor aparência e industrializa os de boa qualidade, mas relativamente de má aparência; aumenta o mercado consumidor, fornecendo o produto para consumo durante todo o ano, em lugar de apenas no tempo da colheita; fornece maior variedade de produtos finais, conseguindo preço médio alto pelo produto e aproveitando diversos mercados para o mesmo produto rural; diversifica muitas vezes o mercado produtor para evitar ociosidade; diminui a queda dos preços no tempo da safra e, nos casos de concorrência entre agroindústrias, transfere ao agricultor parte da renda gerada" (LAUSCHNER, 1993:104).

A importância da COMIGO é tão significativa quanto o seu peso econômico. Todos os anos a cooperativa classifica-se entre as empresas que mais contribuíram com os cofres públicos. Através das Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/99 o recolhimento do ICMS, foi de valores em reais R\$ 107.184,79.

Para atender aos seus funcionários, a COMIGO instalou um refeitório na indústria, fornecendo alimentação cuidadosamente planejada por uma nutricionista. E visando oferecer-lhes melhores condições de trabalho, propicia transporte gratuito, assistência médica-odontológica através da Caixa de Assistência aos seus Funcionários e apoio financeiro pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários. E o bem-estar deles se completa com a Associação Atlética COMIGO, proporcionando lazer, através de quadras de esportes, campo de futebol gramado, piscina infantil e semi-olímpica, play-ground e aconchegante área verde, nos moldes de uma empresa moderna.

O quadro 23, de Evolução do Quadro de Funcionários, apresenta alguns períodos com oscilações. Estes momentos são considerados as admissões e demissões de temporários contratados somente no período de safra.

QUADRO 23

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS – (1975 a 1999)

ANO	ANTERIOR	ADMITIDOS	DEMITIDOS	TOTAL	ÍNDICE
75/76	0	03	0	3	100%
76/77	03	05	0	8	133%
77/78	07	25	7	25	257%
78/79	25	81	40	66	164%
79/80	66	108	49	157	137%
80/81	157	109	106	160	2%
81/82	160	126	55	231	44%
82/83	231	226	148	309	33%
83/84	303	284	205	388	25%
84/85	388	549	330	607	56%
85/86	607	152	89	762	26%
86/87	762	917	802	877	15%
87/88	877	789	311	1.355	55%
88/89	1.355	330	274	1.411	4%
89/90	1.411	518	808	1.121	(25)%
90/91	1.121	594	637	1.078	(4)%
91/92	1.078	414	326	1.166	8,2%
92/93	1.166	389	254	1.348	13,51%
93/94	1.348	500	342	1.506	10,05%
94/95	1.506	396	640	1.262	(16,2)%
95/96	1.262	287	432	1.117	(10,6)%
96/97	1.117	692	629	1.180	5,64%
97/98	1.180	693	649	1.224	3,73%
07/98 a 12/98	1.224	839	874	1.189	(2,86)%
01/99 a 12/99	1.189	426	356	1.259	5,89%

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000

A COMIGO é uma das Cooperativas que investe maciçamente no aprimoramento dos funcionários, através de cursos, palestras e treinamentos, garantido a qualidade dos serviços prestados aos seus associados. Ela tem consciência de que a valorização do ser humano é um forte instrumento para o crescimento seguro da empresa. De acordo com as Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/99, a COMIGO teve como despesas com Assistência Educacional/Odontologia/Social e Treinamento naquele ano, com valores em reais de R\$ 344,884,34. Veja no quadro 24, a distribuição de funcionários por Unidade Estratégica de Negócios.

QUADRO 24

DISTRIBUIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS POR UNIDADE ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS

APOIO	215
AGRONEGÓCIOS	428
LEITE	116
SUPRIMENTOS	374
ASSESSORIA	13
INSUMOS	113
TOTAL	1.259

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo- 03/2000.

A COMIGO implantou um programa de alfabetização iniciado no dia 21 de março de 1999, em parceria com o Colégio Êxito. O projeto visa a capacitação dos funcionários, que além de se realizarem pessoalmente, estarão dando um passo importante para enfrentar novos desafios que a moderna tecnologia está exigindo.

2.5.1. Educação Cooperativista

Se o movimento do cooperativismo emergiu em contextos onde as pessoas buscavam a situação mais igualitária parece existir, então, terreno fértil para o crescimento deste tipo de organização. A COMIGO tem como uma de suas principais finalidades a implementação de iniciativas para que os seus sócios e suas famílias tenham oportunidades de acesso educacional. Ao realizar esta atividade educativa, esta cooperativa não apenas integra os seus sócios na expansão do conhecimento básico, mas principalmente amplia o princípio da cooperação na comunidade.

Entre os principais objetivos da educação cooperativista está a formação de novos quadros administrativos e de direção para que forças renovadas, especialmente de jovens, sejam integradas à prática cooperativista. O recurso pedagógico mais adequado, e que tem sido implementado por diversas experiências cooperativistas, com êxito, é o da comunicação educativa, onde os recursos de comunicação são mais utilizados pela cooperativa para chegar aos seus associados e à comunidade em geral. Um sistema integrado de comunicação educativa para a cooperação, tal como se postula e se torna exequível pela análise das

perspectivas em que se desenvolvem entre nós algumas experiências pioneiras, exige sensibilidade e profundo respeito pelas formas em que se expressa a consciência social, brotada no enfrentamento dos desafios da vida quotidiana por parte da população consorciada para o empreendimento cooperativo.

A COMIGO, através da sua Assessoria de Comunicação Social e Educação Cooperativista para divulgar o cooperativismo, recebe visitas de estudantes, técnicos, profissionais do setor, pecuaristas e agricultores que chegam de outras regiões do Estado, do Brasil e até do exterior.

E os novos associados são recebidos com um treinamento que os prepara para o cooperativismo. A COMIGO promove também reuniões de casais de cooperados para a integração das famílias à vida da cooperativa. Informando e integrando o associado e sua família através de jornal próprio, participando em exposições e feiras regionais e estaduais, dando exemplo de harmonia e união, coerência administrativa e consciência de participação cooperativista é que a COMIGO, hoje, é um cartão de visitas do cooperativismo goiano, e traz como lema esta frase.

“COMIGO: UM EXEMPLO QUE VEM DE NÓS MESMOS!”

Em nosso estudo examinamos o sistema cooperativista e o cooperativismo em seus aspectos históricos conceituais e doutrinários como também dos valores e princípios do cooperativismo e o cooperativismo no mundo, no Brasil e em Goiás. Vimos também a classificação das cooperativas por ramos de atividades que visa identificar e agrupar verticalmente áreas de interesse comuns em federações, confederações e centrais, tanto para sua organização política, como para viabilizar uma economia de escala e assim adquirir competitividade no mercado; a dualidade de objetivos da empresa cooperativa: o projeto econômico e o projeto social e que as cooperativas se multiplicaram em todos os países, em todos os continentes, transformando-se em um dos mais importantes movimentos sócio-econômico do mundo. Vimos também que o cooperativismo goiano teve sua origem ligada ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola na década de 1940.

A nosso ver, a COMIGO se destacou pela atuação do Conselho de Administração, já que a habilidade gerencial foi importante para o desenvolvimento e crescimento da empresa. Existe uma correlação entre o desenvolvimento da empresa e as políticas adotadas na

época, podendo-se identificar três grandes períodos: a) 1975 a 1982: período de introdução da soja, e quando a cooperativa atua no setor de compras em comum, tendo como estratégia de crescimento a horizontalização, característica das empresas cooperativas; b) 1982 a 1986: período de uma política de favorecimento da indústria de Trituradores, coincidindo com o chamado “boom” da soja. Nesta fase a COMIGO se instala como empresa agroindustrial, verticalizando-se após ter se consolidado através da horizontalização, instalando lojas em outras localidades de sua área de atuação. c) 1986 a 1996: período onde há uma crise geral do Estado, principalmente fiscal, escassez de crédito para agricultura, quando a COMIGO procura diversificar suas atividades, no sentido de atender a seus associados naquilo que necessitam. Destaca-se na industrialização do Sabão, Arroz, Leite, Ração, Fertilizantes e a atuação no sistema financeiro com a fundação da Credi-COMIGO e Credi-rural COMIGO que veio dar suporte financeiro aos associados para custeio da produção. Na análise de seu desenvolvimento constatou-se que a COMIGO conta hoje com uma complexa organização, fruto das demandas de seus associados, seu mercado “cativo”.

A COMIGO foi fundada em meio à modernização e ao crédito agrícola e a influência conjugada desses processos permeou, embora de forma diferenciada de acordo com os condicionantes históricos de cada região, a maior parte da estrutura agrícola brasileira. Veremos no próximo capítulo a evolução da agropecuária da área de atuação da COMIGO, analisando a produção e produtividade de alguns produtos como arroz, milho, algodão e soja, assistidos pela sua assistência técnica. Estudaremos também a sua agroindústria, e a transformação da agroindústria de Rio Verde e a área de atuação da COMIGO.

CAPÍTULO 3

3. PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA COMIGO

3.1. COMIGO EM MEIO A MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Neste capítulo pretendemos deixar evidenciado que a COMIGO cresceu nos anos de 1980 impulsionada por três fatores exógenos: em primeiro lugar a política agrícola da década de 1970, baseada na grande disponibilidade de crédito rural subsidiado; em segundo, os programas de desenvolvimento regional, que viabilizaram a formação de uma infra-estrutura necessária para o avanço do processo de modernização agrícola, especialmente o POLOCENTRO; e por último, a política agrícola dos anos de 1980, que reduziu o crédito mas ampliou subsídios aos preços. Como fator endógeno apontamos a adoção de inovações da base técnica e a agroindústria como estratégia de crescimento da COMIGO.

Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram grandes transformações na agricultura e nos complexos agroindustriais em todo o Brasil, o que refletiu também no Sudoeste de Goiás, onde um grupo de produtores analisava a melhor forma de se organizarem para armazenar a sua produção que começava a crescer, frente à adoção de novas Políticas Agrícolas e expansão do Crédito Rural. Em 1975 foi fundada a COMIGO, num momento em que as políticas agrícolas favoreciam as organizações cooperativas.

Nesse período, grande parte do espaço agrícola brasileiro foi afetada pelo abandono das formas tradicionais de produção em favor de outras tecnologicamente mais avançadas. No entanto, mesmo nas regiões onde não ocorreram alterações significativas na base tecnológica, a política de modernização teve fortes impactos sociais, via fortalecimento e penetração do complexo agroindustrial, e/ou via majoração do preço da terra. A influência conjugada desses processos permeou, embora de forma diferenciada, de

acordo com os condicionantes históricos de cada região, a maior parte da estrutura agrícola brasileira.

A reestruturação do sistema produtivo foi, particularmente acentuada nas áreas meridionais da região do Cerrado, sendo o Sudoeste de Goiás bem representativo na utilização de um espaço onde foram muito marcantes as alterações no quadro agrário. Sua proximidade dos grandes centros de consumo e comercialização do país, bem como a sua integração à rede viária da Região Sudeste o tornam altamente dinâmico em termos de evolução das atividades agropecuárias. Embora ocupe apenas 11% da superfície do Estado de Goiás, a porção Sudoeste, aqui entendida como o território correspondente às microrregiões da Vertente Goiana do Paranaíba e da Serra do Caiapó, apresenta considerável expressão na atividade agropecuária no Estado.

No Sudoeste de Goiás, a proximidade com relação às grandes concentrações urbano-industriais do país fez com que os efeitos das diretrizes modernizantes da agricultura fossem especialmente intensificados ao longo da década de 1960, quando outros elementos modernos representados pelo adubo químico, colheitadeira e capim-braquiária foram introduzidos. Entende-se que o processo de adoção de itens modernos se ampliou durante a década de 1970, na qual novos elementos como o herbicida, o calcário, o silo forrageiro e o terraceamento passaram a ser incorporados ao processo produtivo.

No Sudoeste de Goiás, inclusive na área de atuação da COMIGO, voltado, durante decênios, para a pecuária de corte e para a monocultura de arroz, deu-se, no final da década de 1960, a entrada de empresas capitalistas que atuavam também no Sudeste e Sul do país. Elas tiveram grande influência na diversificação da produção agrícola em moldes modernos e na melhoria dos sistemas de criação de gado, com expansão dos pastos formados.

Uma fase importante na evolução das práticas inovadoras corresponde ao ano de 1975, quando se observou acentuada expansão dos itens modernos já introduzidos em décadas anteriores e no início da década de 1970. Trata-se de um marco temporal altamente significativo em termos de alteração das práticas agrárias no Cerrado, já que coincidiu com a implantação do POLOCENTRO, concebido como uma orientação específica para aspectos regionais, dentro, porém, de uma perspectiva mais geral de expansão da atividade agropecuária no país. Foi nesse momento em que ocorriam as trans-

formações na agricultura com a implantação dos programas especiais do governo, que nasceu a COMIGO. Depois de sua fundação, a área onde atua mostrou a importância da agropecuária, que correspondeu a uma acentuada expansão das atividades produtivas.

Entre os aspectos que caracterizaram o processo de modernização da agricultura na área de atuação da COMIGO, cabe mencionar a estreita relação que se observava entre tal processo e a prática da lavoura, a qual recebeu fortes estímulos governamentais que se consubstanciaram em instrumentos de política agrária representados, sobretudo, pelo crédito rural. Este último constitui-se em importante elemento de sustentação das práticas inovadoras introduzidas no processo de produção agrícola. Os altos custos dos insumos e maquinaria, sobretudo quando confrontados com os baixos preços dos produtos agrícolas, tornaram a obtenção do crédito um elemento essencial ao desencadeamento do processo de modernização, em muitos estabelecimentos rurais, ficando o caráter de permanência das novas práticas altamente comprometido no caso da modificação da orientação da política de crédito rural.

Peça essencial do projeto de modernização tecnológica e do processo de consolidação do complexo agroindustrial, o crédito rural subsidiado se constituiu da articulação e convergência entre os seguintes atores sociais: os proprietários rurais/burguesia agrária, o grande capital com interesses na agricultura (destacando-se os ramos industriais fornecedores e processadores da produção agrícola – a montante e a jusante), os capitais de origem urbana preocupados com a aplicação de capital produtivo na agricultura e com a especulação de terras, os bancos e o Estado.

Entretanto, mais do que o número de empréstimos e o volume de recursos envolvidos, a distribuição social e espacial dos mesmos teve um efeito desagregador sobre a estrutura de produção existente. Devido à própria lógica do empréstimo bancário – que exige a titulação da terra e uma série de trâmites burocráticos e tem uma preferência inerente pelas operações de maior vulto e menor custo administrativo – o crédito rural terminou por ser altamente concentrado no Sudeste e Sul, em produtos específicos e nas mãos de poucos agricultores. Assim, alguns produtos, como o café, a cana, a soja e o trigo têm recebido um volume de crédito superior à sua participação no valor da produção. Do mesmo modo, o crédito, ao favorecer os agricultores do Centro-Sul em detrimento, particularmente, aos do Nordeste, agravou as desigualdades regionais.

Por outro lado, os recursos alocados concentraram-se nas mãos de poucos agricultores; assim, apenas uma parcela dos agricultores brasileiros foi beneficiada pela política oficial de crédito rural. Observa-se, no quadro 25, que a proporção de todos os estabelecimentos agrícolas que tiveram acesso ao crédito foi crescendo de forma significativa em todos os estratos de tamanho, menos nas de 10.000 e mais hectares (compostas, em grande parte, em latifúndios improdutivos). Para MARTINE & GARCIA (1987), entretanto, a participação no valor total dos financiamentos concedidos favoreceram sobretudo as médias e grandes propriedades. Por exemplo, os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares, que incluíam apenas 9,5% dos estabelecimentos, em 1980, receberam 42,5% do valor total dos financiamentos concedidos. Enquanto isso, os de 1.000 a 10.000 hectares, com 0,9% dos estabelecimentos, receberam 20,3% do valor total em 1980. No Estado de Goiás, especialmente o Sudoeste goiano, área de atuação da COMIGO, não foi diferente de outras regiões. As médias e grandes propriedades foram mais beneficiadas nos financiamentos.

QUADRO 25

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, NA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS E NO VALOR DOS FINANCIAMENTOS, POR ESTRATOS DE ÁREA TOTAL, BRASIL – 1970-80 (em percentagem).

Estratos de Área Total (em ha)	% dos estabelecimentos			% que obtiveram financiamentos			% do valor dos financiamentos		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
0 a 10	51,2	52,1	50,6	5,0	4,8	10,3	5,5	3,2	4,4
10 a 99	39,3	38,0	39,0	17,2	23,2	32,2	33,1	28,7	30,0
100 a 999	8,4	8,9	9,5	23,2	31,1	35,0	41,8	44,6	42,5
1000 a 9.999	0,7	0,8	0,9	25,3	36,5	33,5	15,6	19,7	20,3
10.000 e mais	0,0	0,0	0,0	23,1	33,9	21,7	4,0	3,8	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

A política de crédito rural subsidiado também favoreceu a integração técnica de capitais entre a indústria e a agricultura, permitindo a consolidação do complexo agroindustrial. Este é constituído, basicamente, pela indústria produtora dos meios de

produção, pela indústria processadora da produção de origem rural e pelo setor da agricultura cada vez mais integrado e dependente desses dois ramos industriais. O elo entre a indústria produtora de insumos – adubos, defensivos e herbicidas, principalmente – e o setor agrícola é o crédito de custeio, enquanto o elo deste setor com a indústria produtora de máquinas agrícolas é o crédito de investimento.

Com relação à política de preços mínimos, cabe salientar o volume relativamente inexpressivo de suas operações, quando comparado com a renda interna gerada pelo setor agrícola. Por outro lado, parcela considerável desses recursos foi destinada a operações realizadas por não-produtores rurais, especificamente comerciantes e beneficiadores de produtos agrícolas. Na prática, esses recursos financeiros contribuíram para reforçar o poder de controle do mercado desses intermediários. Isso ocorreu, inclusive, em função das próprias normas de operacionalização dos instrumentos de Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisições do Governo Federal (AGF), pois, face às exigências de padronização da produção, transporte e armazenamento, os pequenos produtores são efetivamente marginalizados desse programa.

Esta política de garantia de preços mínimos que, isoladamente compreendeu mais de 40% do crédito de comercialização agrícola, atingindo 65% em 1982, esteve também fortemente vinculada ao critério de integração de capitais, para efeito de acesso aos seus benefícios. A evolução da participação dos seus principais mutuários nas últimas safras agrícolas foi claramente indicativa disso, como se observa no quadro 26.

QUADRO 26

PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS CLIENTES NOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELA POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS NO BRASIL

Safras	Produtores Individuais	Cooperativas De Produtores Rurais	Agroindústrias Comércio e Outros
1977-78	13,3	21,9	64,8
1978-79	4,8	22,5	72,7
1979-80	7,8	23,0	69,2

Fonte: Marcelo E. Liebhardt - *O Sistema Cooperativista Brasileiro – Comercialização, Integração Vertical e Crédito*. Brasília, CFP, 1982.

Ora, a prevalência do crédito vinculado à política de preços mínimos nos setores capitalistas onde houve maior concentração ou centralização de capitais, como é o caso das agroindústrias e das cooperativas (ver quadro 26), leva-nos a concluir que quase todo o crédito de comercialização rural dirigiu-se explicitamente a contemplar setores capitalistas de alta integração de capitais. Sendo assim, a desaceleração do crédito observada intensamente em 1980 para a pecuária, e o pequeno crescimento observado no crédito agrícola de comercialização, representaram uma mudança na política de financiamento, que se acentuou nos últimos anos.

Como lembrou DELGADO (1985), a diminuição dos volumes de crédito concedido foi apenas um indicador, pois talvez o maior argumento para descartar dos subsídios de crédito rural, o bloco agroindustrial processador de alimentos, fosse a sua paulatina inserção compulsória no financiamento de mercado, através da fixação de limites máximos de financiamento rural para as operações desses clientes.

Criaram-se também programas de subsídios diretos às atividades rurais visando, basicamente, baratear as aquisições de insumos de origem industrial, máquinas e equipamentos agrícolas, através do pagamento de parte do preço do produto industrial com recursos do Tesouro Nacional. Isto serviu para favorecer os produtores industriais pela ampliação “artificial” de seu mercado. Também se praticou uma política de taxas de juros reais negativos, muitas vezes com uma taxa nominal de juros igual a zero, especificamente para a compra de bens industriais. Nesse momento, a COMIGO, em 1981, contraiu um financiamento no valor de Cr\$ 400 milhões destinados à construção da agroindústria da soja.

Não podem ser omitidos, nesse contexto, os programas especiais que foram criados no mesmo período, beneficiando certas atividades e regiões, com efeitos também concentradores e excludentes, análogos aos já descritos. O POLOCENTRO abarcou principalmente as regiões centrais de Minas Gerais e Goiás atingindo a área, que continha uma estratégia de aproveitamento econômico dos Cerrados, superando a limitação dos seus solos mediante intensa mecanização de suas áreas planas e alta densidade de aplicação de corretivos (correção de pH) e fertilizantes fosfatados.

O programa demarcou-se basicamente pela atribuição de linhas especiais de crédito para a grande empresa rural e pela concentração de esforços em pesquisa e assistência técnica no desenvolvimento de variedades de cultivo ecologicamente apropriadas

à região. A experiência mais recente de criação de variedades (cultivares) apropriadas à estratégia do programa, é o desenvolvimento do trigo do Cerrado, experimento gerado pela EMBRAPA. A COMIGO, através do seu Departamento de Assistência Técnica, acompanhou de perto os experimentos, pois teve convênio com a mesma. Acresce observar que a retração da política creditícia a partir de 1979, aliada ao encarecimento dos custos de mecanização, correção do solo e adubação química, que são utilizados em larga escala nas regiões do Cerrado, representaram obstáculos de grande monta à continuidade do ritmo de ocupação econômica desse espaço agrícola

Para complementar a gama de instrumentos coerentes com o modelo dominante, lembra FIGUEIREDO (1984), a política de extensão rural/assistência também se ajustou às diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, passando a ação extensionista a concentrar-se nas áreas geográficas e nos produtos de resposta mais rápida aos incentivos fomentistas. Assim, ficou marginalizada mais uma vez a parcela majoritária dos produtores rurais, aqueles chamados de baixa renda. Nesse sentido, foi decisiva a criação do Sistema de Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER/EMATER/ASTER), em meados dos anos 1970, que veio aumentar o grau de centralização desse tipo de serviço público em nível nacional.

A COMIGO soube aproveitar a expansão agrícola no Cerrado à luz das políticas públicas gerais e específicas que influenciaram na sua evolução e crescimento da área de sua atuação. Houve modernização da agricultura com créditos específicos para a área, levando a um aumento da produtividade, gerando na sua área de atuação uma especialização voltada mais para as culturas do milho e soja. Houve também recursos específicos para o desenvolvimento da agroindústria e recursos do POLOCENTRO para armazenagem, provocando maior dinamismo à cooperativa.

As diretrizes principais de atuação do Estado, formulando o que se poderia definir como política tecnológica para o setor rural, estabeleceu-se por intermédio de suas agências de geração e difusão de tecnologia. A prioridade institucional da difusão tecnológica, acoplada à montagem do aparato estatal de assistência técnica e extensão rural⁴ foi clara no Brasil até, pelo menos, meados da década de 1970. Somente a partir de

⁴ O Sistema Brasileiro e Assistência Técnica e Extensão Rural-SIBRATER contavam em 1980 "com uma força de trabalho de 21.000 pessoas, das quais 8.000 são técnicos". (L.C. Guedes Pinto *Notas sobre a política de Crédito Rural*, mimeografado, UNICAMP, 1981).

1973, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA⁵, o governo federal decidiu investir maciçamente e organizar em escala nacional o seu sistema de pesquisa agropecuária. Fez exceção a essa regra, a política de pesquisa agropecuária do Estado de São Paulo, que foi, no entanto, limitada em seus objetivos.

Quanto à Pesquisa e Extensão Agrícola, o vigor demonstrado pela agricultura em seu desempenho, nos anos de 1980, teve certamente muito a ver com a injeção maciça de investimento público em pesquisa nos anos de 1970 e 1980. Embora os benefícios dessa pesquisa devam continuar a ser colhidos nos anos de 1990, pode-se esperar, infelizmente, que a queda nos gastos públicos em pesquisa viesse a solapar seriamente o desempenho futuro da agricultura no Sudoeste goiano e consequentemente no Brasil.

Outro fator que apresentou grande importância para a região do Sudoeste goiano foi o migratório. Não há dúvidas de que o ingresso dos trilhos em território goiano ensejou imigrações para a área meridional do estado. Com isso, a área de atuação da COMIGO recebeu imigrantes como americanos, russos e, no fluxo migratório interno, recebeu gaúchos, paranaenses e paulistas que vinham na busca de terras baratas e vontade de produzir, pois traziam consigo experiência de outras culturas, como por exemplo, a soja, que foi a cultura que deu novo dinamismo à região e abriu as portas da COMIGO para a agroindústria.

O processo de desenvolvimento da configuração espacial é impulsionado e impulsiona o movimento social que se interagem continuamente. Por isso todas as alterações e acréscimos na configuração do território de Rio Verde, descritos anteriormente, correspondem a significativas mudanças na dinâmica social do município, abrangendo os aspectos econômico, político, cultural, e ideológico na medida em que a modernização introduz novos valores e idéias na consciência social.

⁵ Os investimentos públicos no sistema de pesquisa de agropecuária coordenado pela EMBRAPA podem ser dimensionados a partir da comparação da posição da empresa no "ranking" das 200 maiores por "patrimônio líquido": 1973: 131.º; 1974: 27.º; 1975: 37.º; 1976: 62.º; 1977: 113.º e 1982: 69.º posto. FONTE: Quem é quem na Economia Brasileira. Visão, 1978 e 1983.

3.2. EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA COMIGO

As transformações que se vêm processando no uso da terra e nas práticas agrárias na área de atuação da COMIGO, vinculam-se ao processo de reestruturação do espaço agrário, no qual há um movimento de expansão e desenvolvimento das faixas especializadas em diferentes tipos de lavouras e atividades criatórias, as quais circundam os principais mercados consumidores localizados na Região Sudeste. Expandem-se, por exemplo, as áreas dedicadas à horticultura e a criação de gado leiteiro, que se situam na periferia imediata das grandes metrópoles, deslocando-se para áreas mais afastadas as demais faixas especializadas em atividades que se tornam progressivamente mais extensivas, à medida que aumenta sua distância aos principais centros consumidores. Como parte desse processo, a cultura de oleaginosas e cereais, anteriormente concentradas sobretudo no Estado de São Paulo, vem-se expandido para o Sudoeste goiano, área de atuação da COMIGO. Também integrando o mesmo processo, há uma redistribuição espacial das diferentes fases da pecuária bovina, representadas pela recria e engorda de gado. As duas últimas vêm adquirindo importância crescente no Sudoeste de Goiás, sem eliminar a fase de cria, difundida por toda a região.

Um dos exemplos de expansão da agricultura é dado pela lavoura de soja, cuja produção está associada a indicadores do uso de elementos modernos. O acesso ao crédito rural viabiliza a aquisição de insumos, máquinas e implementos agrícolas. De fato, o montante de crédito rural oferecido, pela rede bancária, aos produtores de soja, no início da década de 1970, foi muito significativo e deu-se à importância que o produto assumiu nas exportações brasileiras.

Além da soja, o milho foi outro produto que se revelou associado a elementos de modernização da agricultura. Já em meados dos anos 1970, evidenciava-se com bastante nitidez, o papel desempenhado pelo milho na adoção de máquinas e, em especial, de tratores e colheitadeiras. Além disso, a lavoura do milho mostrou-se, também significativa, associada à prática da calagem, outro item de modernização importante na área.

Constitui-se, ainda em estímulo à cultura do milho, a evolução da indústria de transformação, com crescimento diversificado de sua linha de produção. Tal evolução ampliou o mercado para os produtores de milho, que passaram a contar com possibili-

dades mais diversificadas da comercialização de suas safras. A partir do início da década de 1970, observou-se um processo de implantação das indústrias que utilizavam o milho como matéria-prima e com fácil acesso às áreas produtoras de Goiás, por estarem localizadas quer no próprio Estado, quer nos Estados de São Paulo ou Minas Gerais, aos quais o Sudoeste goiano vem-se ligando por vias de acesso de qualidade progressivamente melhores, no decorrer dessa década. Em Rio Verde, as grandes empresas que trabalham com o milho chegaram basicamente no ano de 1986, como a KOWALSKI Alimentos Ltda, CARAMURU e COIMBRA, como veremos mais detalhadamente no tópico sobre o desenvolvimento da agroindústria em Rio Verde.

Verificamos a vinculação que existe entre o processo de modernização da agricultura e os cultivos de soja, de milho e de algodão na área de atuação da COMIGO. Já a lavoura do arroz, assim como as referentes à pecuária, mostraram-se negativamente associadas aos elementos de modernização. Assumiu, assim, o arroz, um caráter subsidiário em relação à pecuária, que não se revelou como atividade capaz de induzir à introdução de elementos modernos, a ponto de constituir um padrão de modernização da agropecuária no Sudoeste de Goiás.

Conseqüentemente, a expansão de cultivos tais como os que foram acima mencionados pôde conduzir à difusão do uso de elementos modernos e elevar o nível de produtividade da agricultura. Assim, o tipo de evolução que se venha a observar na agropecuária do Sudoeste goiano, nos próximos anos - com maior expansão de lavoura ou da pecuária - deverá ter influência marcante na intensidade e permanência dos elementos de modernização introduzidos. E para manter este nível, a COMIGO, com o seu Departamento de Assistência Técnica, tem trabalhado com palestras, dias de campo, treinamentos e cursos, junto aos seus associados, na difusão de novas tecnologias.

Buscando responder ao objetivo exposto de constatar e analisar a evolução recente da produção e da produtividade do arroz, milho, algodão e soja, comparando a situação anterior e após à implantação da COMIGO, e o processo gradual de substituição de tecnologia influenciado pela sua assistência técnica, apresentamos nos quadros 27, 28, 29 e 30 a evolução destas culturas após o processo de inovações e modernização da agricultura antes e depois da implantação da COMIGO. Visamos verificar a importância da assistência técnica da COMIGO na sua área de atuação, nas práticas de adoção de inovações que se inseriram no processo de produção capitalista. Algumas

práticas foram consideradas de alta relevância, no contexto dessas transformações: o uso de adubo químico e de calcário, por permitir a incorporação de novas áreas do espaço produtivo, já que o alto índice de acidez e as deficiências de nutrientes nos solos do Cerrado tornariam inviável sua exploração racional sem o emprego desses insumos. Outro ponto forte com relação à introdução da modernização foi o item da força mecânica, representada pelo uso do trator e de colheitadeiras.

Ao observar o quadro 27, Indicador da Agricultura de Arroz, verifica-se que o incremento na produção de arroz na área de atuação da COMIGO deu-se em função da incorporação de novas terras, que estavam paradas, e através da base técnica da cooperativa. Os associados são motivados a ampliar a sua área de produção, durante o processo de integração ocorrido na região em 1960, 1970 e 1980. Aumentava-se a área (ha) no intuito de obter maior e melhor produção. Já nos anos de 1990 e 1995 a área para a cultura do arroz foi reduzida para o aumento de outras culturas como o milho e a soja. O cultivo do arroz deu-se, na maior parte, com utilização mínima de tecnologia e, não sem razão, tornou-se o produto agrícola de mais fácil exploração; no ano de 1995, a cultura do arroz apresentou boa produtividade comparada aos anos anteriores. Comparando o município de Itumbiara com o município de Rio Verde, observamos que em 1960 a área plantada foi de 54.640 (ha) e Rio Verde apresentou uma área de 20.456 (ha), isso porque o fluxo do comércio se dava na região do Triângulo Mineiro e Itumbiara desempenhava bem a agricultura de subsistência. Nos anos de 1970, 1980 e 1990, Rio Verde assume a liderança na produção do arroz, lembrando que a COMIGO foi fundada em meados dos anos de 1970 e a sua ação através de seu corpo técnico já começa então a propiciar resultados positivos. Verificamos que a sua área de atuação cresceu em relação aos anos anteriores e aos municípios comparativos, sendo que Goiânia e Anápolis apresentaram, como pode ser verificado no quadro 30, pequeno desempenho por estarem voltadas mais para os setores da indústria e do comércio

Em meio ao desenvolvimento da agricultura, a COMIGO, através do seu Departamento de Assistência Técnica, viabilizou junto aos seus associados o suporte necessário para o seu crescimento tanto na pecuária como na agricultura, e mais tarde, com o grande desempenho da agricultura, viabilizou o desenvolvimento da agroindústria. Veremos a seguir como a COMIGO tem contribuído com os seus associados nesse setor.

QUADRO 27

INDICADOR DA AGRICULTURA - ARROZ DOS ANOS DE 1960 A 1995.

Municípios	1960			1970			1980			1990			1995		
	Quant. (t)	Área* (ha)	Pdtv. Kg/há	Quant. (t)	Área* (ha)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha
Rio Verde	27.679	20.456	1.353,09	52.358	54.613	958,70	77.604	72.416	1.071,64	17.420	23.980	726,43	24.200	11.000	2.200
Jataí	4.264	3.489	1.222,12	14.788	15.230	970,97	41.116	42.964	956,98	9.450	8.000	1.181,25	18.000	10.000	1.800
Sta Helena	20.152	12.114	1.663,52	10.147	10.052	1.009,45	3.268	1.940	1.684,53	680	890	764,04	190	150	1.266,66
Paraúna	2.949	2.875	1.025,73	24.003	31.115	771,42	22.796	20.741	1.099,07	2.530	5.849	432,55	2.960	2.000	1.480
Serranópolis	1.310	841	1.557,66	4.178	4.324	966,23	13.174	14.005	940,66	3.150	3.500	900	9.900	5.500	1.800
Jandaia	2.069	1.608	1.286,69	4.605	6.306	730,25	7.878	5.176	1.522,02	190	365	520,54	1.260	730	1.726
Quirinópolis	28.432	16.598	1.712,97	25.614	30.565	838,01	27.537	18.917	1.455,67	1.280	1.160	1.103,44	1.740	1.200	1.450
Acreúna	-	-	-	-	-	-	15.711	11.522	1.363,56	6.320	3.200	1.975	1.430	1.050	1.361
Indiara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.760	2.051	858,11	3.750	2.500	1.500
Montividiu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	650	1.000	650	8.800	4.000	2.200
Itumbiara	56.676	54.640	1.037,26	41.139	34.853	1.180,35	21.710	13.749	1.579,02	2.640	1.900	1.389,47	1.730	1.000	1.730
Anápolis	3.495	2.263	1.544,41	4.561	4.902	930,43	2.215	2.164	1.023,57	880	1.080	814,81	1.200	1.000	1.200
Goiânia	1.325	1.232	1.075,48	4.450	4.505	987,79	1.239	1.444	858,03	290	320	906,25	360	150	2.400

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1990 e 1995.

- Inclusive a área de cultivo intercalado e misto

No quadro 28, Indicador da Agricultura do Milho, verifica-se que este foi outro produto que se revelou associado a elementos de modernização da agricultura motivados pela base técnica da COMIGO. Nos anos de 1960 e 1970, antes da COMIGO, a área (ha) da cultura do milho e a sua produtividade não se revelaram qualquer padrão que deixasse patente a contribuição desse produto para a introdução de práticas modernas nas atividades agrárias. Já em 1980, 1990 e 1995, após a sua implantação, a COMIGO contribuiu com assistência técnica junto aos seus associados no planejamento da área a ser plantada, na sua preparação e indicando variedades de sementes a cada área e evidenciava-se, com bastante nitidez, o papel desempenhado pelo milho na adoção de tratores e colheitadeiras. A expansão da área plantada possibilitou um acréscimo significativo da participação do milho na produção agropecuária da região.

Uma série de fatores contribuiu para a importância crescente do milho, tanto em termos de área ocupada como de valor da produção. Um desses fatores corresponderia à concessão de crédito rural que se revelou bastante favorável aos produtores desse cereal. Constituiu-se, ainda, em estímulo à cultura do milho, a evolução da indústria de transformação da COMIGO e outras na região, com expansão e diversificação de sua linha de produção. Tal evolução ampliou o mercado para os produtores de milho, que passaram a contar com possibilidades mais diversificadas de comercialização de suas safras. A partir dos anos de 1980, observou-se um processo de ampliação das indústrias que utilizam o milho como matéria-prima e que tiveram fácil acesso às áreas produtoras de Goiás, por estarem localizadas quer no próprio Estado, quer nos Estados de São Paulo ou Minas Gerais, aos quais o Sudoeste goiano, área de atuação da COMIGO, vem-se ligando por vias de acesso de qualidade progressivamente melhor, no decorrer deste ano.

Na cultura do milho, Itumbiara apresenta bom desempenho em 1960, 1970 e 1980 na área plantada e melhor produtividade em relação ao município de Rio Verde, visto estar mais próxima aos Estados de São Paulo e Minas, centros consumidores deste produto, além da facilidade de comercialização com estes mercados, mas nos anos de 1990 e 1995, com a introdução de técnicas modernas e a importância da base técnica, a área de atuação da COMIGO apresenta bom desempenho nesta cultura. Anápolis e Goiânia, como na cultura do arroz, não apresentaram bom desempenho nesta cultura.

QUADRO 28

INDICADOR DA AGRICULTURA – MILHO DOS ANOS DE 1960 A 1995

Municípios	1960			1970			1980			1990			1995		
	Quant. (t)	Área* (ha)	Pdtv. Kg/há	Quant. (t)	Área* (ha)	Pdtv. Kg/há	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/há	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha
Rio Verde	6.983	5.516	1.265,95	23.148	16.452	1.407,00	64.056	29.538	2.168,59	250.170	80.840	3.094,63	356.500	67.400	5.289,31
Jataí	2.834	2.184	1.297,61	3.537	3.125	1.131,84	5.659	4.117	1.374,54	90.000	25.000	3.600	180.000	45.000	4.000
Sta Helena	7.172	4.135	1.734,46	7.669	5.804	1.321,33	45.031	15.762	2.856,93	40.000	18.000	2.222,22	66.950	15.400	4.347,40
Paraúna	1.898	1.841	1.030,96	7.707	8.119	949,25	27.573	15.513	1.777,41	39.240	32.700	1.200	97.650	22.820	4.279,14
Serranópolis	1.051	744	1.412,63	866	984	880,08	1.252	1.334	938,53	7.920	2.200	3.600	28.200	7.600	3.710,52
Jandaia	1.475	1.231	1.198,21	2.404	2.340	1.027,35	11.711	6.101	1.919,52	11.970	7.000	1.710	18.660	5.094	3.663,13
Quirinópolis	8.301	6.278	1.322,23	23.683	17.940	1.320,12	55.327	22.909	2.415,07	33.310	16.000	2.081,87	38.260	10.000	3.826
Acreúna	-	-	-	-	-	-	65.440	26.810	2.440,88	124.000	50.000	2.480	58.000	16.000	3.625
Indiara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.200	8.000	1.900	32.000	8.000	4.000
Montividiu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.200	12.000	4.100	207.200	35.590	5.821,86
Itumbiara	22.072	20.107	1.097,72	38.326	26.162	1.464,94	122.999	54.639	2.251,12	73.000	32.000	2.281,25	54.800	14.200	3.859,15
Anápolis	4.291	3.443	1.246,29	5.538	3.363	1.646,74	5.473	2.819	1.941,46	5.000	2.600	1.923,07	6.200	2.000	3.100
Goiânia	1.854	1.611	1.150,83	1.772	1.831	967,77	2.160	1.437	1.503,13	1.440	800	1.800	1.110	300	3.700

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1990 e 1995.

- Inclusive a área de cultivo intercalado e misto.

No quadro 29 , Indicador da Agricultura do Algodão, verificou-se que nos anos 1960 e 1970, esta cultura, antes da COMIGO, apresentava áreas (ha) de bom desempenho na produção e produtividade, nos municípios de Santa Helena de Goiás e Rio Verde. Mesmo após a implantação da COMIGO, em 1980, 1990 e 1995, a cultura do algodão não foi bem aceita na sua área de atuação talvez já pela importância da introdução da cultura da soja naquela área. A mecanização da cultura do algodão na área de atuação da COMIGO, foi intensificada a partir dos anos de 1990 e mesmo assim os associados não tinham motivação pela cultura pelas dificuldades de manejo que esta apresentava. Outro motivo foi que a cooperativa só começou a comercializar este produto em 1992. Talvez por estes motivos a cultura do algodão não tenha apresentado bom desempenho na área de atuação da cooperativa.

A área plantada do município de Itumbiara se manteve neste cultura bem reduzida comparada às culturas do arroz e do milho e em relação a área de atuação da COMIGO, como os municípios de Rio Verde e Santa Helena de Goiás, apresentou baixo rendimento na área plantada por que se compararmos a produtividade, esta se manteém na mesma proporção da área de atuação da cooperativa. Anápolis e Goiânia não tiveram nos anos de 1960, 1970 e 1980 expressividade nenhuma nessa área, e, nos anos de 1990 e 1995, não apresentaram área com esta cultura.

QUADRO 29

INDICADOR DA AGRICULTURA – ALGODÃO DOS ANOS 1960 A 1995.

Municípios	1960			1970			1980			1990			1995		
	Quant. (t)	Área* (ha)	Pdtv. Kg/há	Quant. (t)	Área* (ha)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (há)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha
Rio Verde	17	n.d	-	16.979	8.452	2.008,87	8.091	4.612	1.754,33	3.130	2.300	1.360,86	15.400	7.000	2.200
Jataí	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sta Helena	142	-	-	38.749	19.811	1.955,93	10.881	5.080	2.141,92	17.850	10.500	1.700	50.600	22.000	2.300
Paraúna	01	-	-	2.523	1.410	1.789,36	-	-	-	1.430	920	1.554,35	6.800	3.090	2.200,65
Serranópolis	-	-	-	10	40	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jandaia	21	-	-	109	74	1.472,97	285	144	1.979,16	-	-	-	-	-	-
Quirinópolis	32	-	-	394	347	1.135,44	3.930	1.599	2.457,78	230	205	1.121,95	220	180	1.222,22
Acreúna	-	-	-	-	-	-	1.218	527	2.311,20	4.140	2.300	1.800	17.425	8.030	2.169,98
Indiara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.050	2.029	1.996,06
Montividiu	-	-	-	-	-	-	12.374	5.599	2.210,03	7.440	6.000	1.240	10.350	4.296	2.409,21
Itumbiara	64	-	-	182	91	2.000	-	-	-	420	300	1.400	1.760	840	2.095,24
Anápolis	08	-	-	0	01	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiânia	09	-	-	04	16	250	1	1	1.000	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1990 e 1995.

* Inclusive a área de cultivo intercalado e misto.

Obs: Nos dados sobre Algodão de 1960, não é informado a área (ha) plantada.

No quadro 30, Indicador da Agricultura da Soja, verificou-se que a cultura da soja revelou-se significativamente associada não só a elementos de modernização, como à obtenção de crédito rural por parte dos produtores. Em 1970, antes da implantação da COMIGO, as áreas de sua atuação estavam introduzindo esta cultura. Já a partir de 1980, após a sua implantação, e a participação de sua assistência técnica, a área (ha) plantada aumentou e melhorou também a sua produtividade. Em Rio Verde em 1970 a área plantada foi de 3.713 (ha) e a colheita 3.214 ton., com a produtividade de 856,60 Kg/ha; no ano de 1980 após a fundação da COMIGO, a área plantada foi de 25.012 (ha) e a colheita 38.274 ton. com a produtividade de 1.530,22 Kg/ha; em 1990 a área plantada foi de 147.000 (ha) e a colheita 184.800 ton., com a produtividade de 1.257,14 Kg/ha; em 1995 a área plantada foi reduzida em relação ao ano de 1990, mas observe que a produtividade aumentou na área plantada de 122.000 (ha) e a colheita 231.800 ton., gerando uma produtividade de 1.900 Kg/ha.

É compreensível o fato de estar a produção de soja associada ao uso de elementos modernos e ao acesso ao crédito rural, pois este viabilizou a aquisição de insumos, máquinas e implementos agrícolas e deu-se à importância que o produto assumiu nas exportações brasileiras. Também viabilizou a autonomia da produção de óleo em 1999. A indústria da COMIGO consumiu 65% da soja produzida na sua área de atuação. A partir de 1990 três municípios se destacam na produção desta cultura na área de atuação da COMIGO: Rio Verde, Jataí e Montividiu. Se compararmos o município de Anápolis que produziu em 1995 uma área plantada de 1.525 (ha) e Rio Verde com sua área de 122.000 (ha) e verificarmos a produtividade dos dois municípios, Anápolis apresentou melhor rendimento nesta cultura, talvez por estar em uma área menor e de manejo mais controlado. Mas como vimos anteriormente, este município e Goiânia se desenvolveram mais no setor do comércio e da indústria e Itumbiara manteve-se basicamente no setor agrícola.

QUADRO 30

INDICADOR DA AGRICULTURA – SOJA DOS ANOS 1970 A 1995.

Municípios	1970			1980			1990			1995		
	Quant. (t)	Área* (ha)	Pdtv. Kg/há	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha	Quant. (ton.)	Área (ha)	Pdtv. Kg/ha
Rio Verde	3.214	3.713	856,60	38.274	25.012	1.530,22	184.800	147.000	1.257,14	231.800	122.000	1.900
Jataí	01	05	200	1.456	1.372	1.061,22	121.500	78.000	1.557,69	220.800	115.000	1.920
Sta Helena	633	931	679,91	6.396	3.175	2.014,48	3.000	3.500	857,69	26.000	13.000	2.000
Paraúna	295	539	547,30	3.687	2.272	1.622,79	26.400	25.000	1.056	54.000	27.000	2.000
Serranópolis	02	02	1.000	6	4	1.500	19.100	10.605	1.801,03	34.000	13.500	2.518,51
Jandaia	01	01	1.000	1.993	1.242	1.604,66	610	610	1.000	5.070	2.900	1.748,27
Quirinópolis	1277	1.502	850,19	32.466	15.965	2.033,57	19.800	15.000	1.320	40.700	18.500	2.200
Acreúna	2.233	1.927	1.158,79	26.131	14.345	1.821,61	7.200	9.000	800	27.000	13.500	2.000
Indiara	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	1.000	8.400	4.200	2.000
Montividiu	-		-	-	-	-	41.250	33.000	1.250	115.500	55.000	2.100
Itumbiara	62	23	2.695,65	44.654	24.492	1.823,20	13.190	14.000	942,14	22.050	10.500	2.100
Anápolis	-	-		3	2	1.500	1.260	1.050	1.200	3.360	1.525	2.203,27
Goiânia	-	-		46	22	2.090,90	46	22	2.090,90	560	310	1.806,45

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1990 e 1995.

• Inclusive a área de cultivo intercalado e misto.

Como atividade tradicionalmente predominante na região, em termos de área ocupada, a pecuária caracterizou-se, ainda, pelo seu caráter extensivo. Este se alterou, particularmente na década de 1970, durante a qual observou-se uma significativa expansão de pastos plantados, que conduz, normalmente, à introdução de outros elementos de modernização tais como o uso de trator, a calagem e a adubação química. Tais itens modernos, entretanto, não são exigidos para o plantio e manutenção dos pastos com a mesma intensidade e freqüência requeridos para a prática da lavoura.

A análise dos dados evidenciou a importância de determinadas culturas como o arroz, o milho, o algodão e a soja no desenvolvimento da agricultura da área em estudo e pode ser verificado que foi de fundamental importância a base técnica, como vimos nos quadros 27, 28, 29 e 30, porque a partir de 1980, os dados e resultados apresentados foram superiores aos dos anos de 1960 e 1970 antes da fundação da COMIGO. Já no processo de modernização da agricultura e com o apoio do crédito rural após a sua fundação, verificamos que o trabalho desempenhado pela COMIGO junto aos seus associados trouxe resultados positivos, fazendo com que eles utilizassem de todos os serviços prestados pela equipe técnica gerando mais confiabilidade e credibilidade em seus projetos.

3.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA - BASE PARA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE

Como vimos, a base para o associado produzir com confiança e diversificar a sua produção chama-se Assistência Técnica. O associado tem na COMIGO o suporte técnico para as suas atividades de pecuária e agricultura. Este setor, na cooperativa de produtores rurais que possui agroindústria, confirma o que diz LAUSCHNER (1993), "melhora a qualidade do produto agrícola e promove a industrialização". A área de Assistência Técnica da COMIGO assegura ao cooperado orientação para todas as atividades agropecuárias. No moderno laboratório de análise de solo, em funcionamento desde julho 1984, são avaliadas as condições de fertilidade da área a ser plantada e, em 1997, iniciou-se a análise folhear.

Os laboratórios da COMIGO também fazem análise de adubo para garantir a qualidade desse insumo fundamental à produtividade. A conservação do solo é outra das

preocupações da cooperativa. E por isso ela já prestou também serviços de topografia, principalmente na demarcação de curvas de nível para a construção de terraços. Hoje este serviço encontra-se desativado.

Mas a preocupação com o solo e o adubo teria pouco valor se a semente não fosse de boa qualidade. Para tranquilidade do produtor, a COMIGO instalou no parque industrial o departamento de produção de sementes, composto pela unidade de beneficiamento - U.B.S. - e o laboratório de análise. Dali saem as sementes de novas variedades de arroz e feijão que a cooperativa introduz na região através de seus associados. Produzidas sob rigoroso controle de qualidade e armazenamento, as sementes COMIGO oferecem total segurança de boa produtividade. E para atestar a sanidade das sementes que a cooperativa produz, ela instalou um laboratório de fitopatologia para analisar doenças em plantas e sementes, podendo recomendar métodos específicos de controle fitossanitário. O quadro 31 ilustra a Produção de Sementes Fiscalizadas e /ou Certificadas.

QUADRO 31

PRODUÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS E/OU CERTIFICADAS

SE- MEN- ton.E	ARROZ			SOJA			ALGODÃO			Total			
	ANOS	Proj.	ÁREA	PROD.	Proj.	ÁREA	PROD.	Proj.	ÁREA	PROD.	Proj.	ÁREA	PROD.
			(ha)	Sc. 40Kg		(ha)	Sc. 40Kg		(ha)	Sc. 40Kg		(ha)	Sc. 40Kg
	90/91	4	310	4.200	32	6.337	70.000	0	0	0	36	6.647	74.200
	91/92	5	412	7.000	21	5.346	62.000	0	0	0	26	5.758	69.000
	92/93	10	474	7.159	27	4.231	82.491	1	4.905	1.968	38	9.610	91.618
	93/94	10	428	7.200	26	4.372	78.125	1	200	1.968	37	5.000	87.293
	94/95	8	558	6.860	29	5.400	71.860	3	200	1.968	40	6.158	80.658
	95/96	8	493	9.230	28	3.173	38.998	3	240	3.352	29	3.906	51.580
	96/97	5	453	8.055	20	2.820	49.046	3	240	5.062	28	3.513	62.163
	97/98	0	0	0	19	3.750	62.115	0	0	0	19	3.750	62.115
	07/98 a 12/98	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	01/99 a 12/99	4	710	5.888	23	2.908	27.780	0	0	0	27	3.618	33.668

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo - 03/2000

Através de convênio firmado entre a EMGOPA, depois EMATER, hoje denominada AGÊNCIA RURAL na área de Pesquisa, desde a safra 1983/1984, estão sendo

realizados experimentos em toda a área de atuação da COMIGO, contemplando os problemas da agropecuária regional. Destacaram-se os resultados obtidos com as culturas de feijão, soja, milho, algodão e arroz, avaliando o potencial produtivo de diferentes variedades, manejo de pragas e doenças, época de plantio e fornecendo subsídios que auxiliam os técnicos e produtores na tomada de decisões. Este é um trabalho pioneiro no Brasil, cujos resultados regionais têm despertado o interesse de instituições de outros Estados brasileiros para adotar o mesmo procedimento, uma vez que traz benefícios mútuos e resultados práticos em menor tempo, atingindo rapidamente as propriedades rurais.

Ainda no campo da pesquisa e de apoio ao seu cooperado, a COMIGO firmou parceria com a Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico - COODETEC, com sede em Cascavel -PR, para a implantação de novos cultivares de algodão e soja na região em estudo. A COODETEC está definitivamente instalada no Cerrado goiano com o objetivo de propor alternativas aos produtores, adaptando novos materiais genéticos àquela realidade.

Através do departamento agronômico, a COMIGO presta assistência técnica aos cooperados, desde o preparo dos solos até a colheita, participando ativamente de todas as fases das culturas. Veja no quadro 32, os de Planos Técnicos Elaborados pela COMIGO. Recomenda, inclusive, o manejo integrado de controle de pragas, evitando o uso indiscriminado de agrotóxicos que, além de significar economia aos cooperados, preserva o meio ambiente.

Assim como o agricultor, o pecuarista cooperado tem integral assistência ao seu rebanho. Ele recebe orientações no uso de mistura mineralizada, na formação de pastagens, nos programas de confinamento, na silagem e na prevenção de doenças. Complementando a assistência veterinária, o pecuarista dispõe de laboratório de análises clínicas, desde setembro de 1983, onde são feitos testes de brucelose, tuberculose, de medicamentos específicos, além de identificar doenças em bovinos, eqüinos e outros animais. Este é um dos poucos laboratórios do Estado que realizam exame para identificação de anemia infecciosa em eqüinos.

QUADRO 32
PLANOS TÉCNICOS ELABORADOS

PRODUTO	92/93		93/94		94/95		95/96		96/97		97/98		07/98 a 12/98		01/99 a 12/99	
	PROJETO	ÁREA (ha)	PROJETO	ÁREA (ha)	PROJETO	ÁREA (ha)										
COMIGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ARROZ	38	3.183	38	2.268	42	3.968	22	1.161	3	282	2	150	27	2.374	9	1.083,0
MILHO	112	9.601	140	16.512	110	11.646	140	15.133	84	9.263	19	1.561	74	7.5665	53	6.734,0
SOJA	136	24.934	61	8.324	150	25.922	90	8.425	167	21.718	158	34.191	171	29.545	198	35.977,6
ALGODÃO	-	-	6	218	8	745	6	827	4	555	12	1.270	9	923	3	381,5
CITROS	-	-	2	43	-	-	1	140	-	-	-	-	-	-	-	-
INVEST.	20	1.393	43	-	-	-	7	-	13	-	4	-	8	-	11	-
CALCÁRIO	34	5.155	8	2.739	60	-	-	-	9	-	10	10	2	-	20	3.679,3
FEIJÃO	4	420	7	495	2	124	-	-	-	-	-	-	-	-	2	94,0
MILHO DE PIPOCAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	-	-
PASTAGEM													1	235	-	-
SORGO	-	-	2	388	-	-	-	-	-	-	3	348	-	-	1	100,0
ADUBO															9	1.372,3
CUSTEIO PECUÁRIO															45	-
TOMATE	-	-	2	216	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	344	44.686	309	31.203	372	42.405	266	25.686	280	31.818	208	37.520	293	40.662	351	49.430,7

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000

Para auxiliar o associado a melhorar seu plantel, a COMIGO comprou um laboratório móvel para fazer exames andrológicos. Desta forma, o produtor poderá adquirir animais com fertilidade conhecida. Além disso, a cooperativa está estimulando a produção de sêmen, promovendo a coleta, envasamento e congelamento nas próprias propriedades. São feitos ainda o teste de libido sexual e análise de sêmen congelado. Para melhorar a qualidade do rebanho, a COMIGO produz sal mineralizado em sua unidade em Jataí. O sal mineralizado dá ao pecuarista a certeza de estar levando para seu rebanho um suplemento de qualidade, que ajudará na engorda do gado, aumentando a fertilidade e evitando doenças como o botulismo. A cooperativa presta também serviço de encaminhamento do gado para o abate, sem ônus para o cooperado. Veja o quadro 33, Demonstrativo de Assistência Técnica da COMIGO.

O respeito à natureza está entre as preocupações da COMIGO. Com investimento técnico operacional de grande envergadura, ela busca água da natureza, introduzindo-a em seu processo industrial e devolvendo-a com a mesma qualidade, sem prejuízos ecológicos, através de uma estação de tratamento d'água. Outro serviço que já foi prestado pela COMIGO é a perfuração de poços artesianos e semi-artesianos, fornecendo água de boa qualidade e resolvendo o problema de propriedades rurais onde a mesma é escassa, serviço que se encontra desativado atualmente. Em função da crescente escassez de lenha na região, foi implantada em julho de 1984 a COMIGO FLORESTAL "I", que possui uma área de 1.250 ha dos quais 892,7 ha encontram-se formados com eucaliptos. Contando ainda com áreas reflorestadas nos entrepostos de Jataí, Santa Helena de Goiás, Acreúna e Indiara que somam uma quantia de 23 ha, e mais 15 ha formados na área do Complexo de Rio Verde. Para autonomia de lenha para as caldeiras da indústria e graneleiros, atualmente, são necessários 2.300 ha. Possui ainda uma área de 5 ha com frutíferas para comercialização nas lojas implantadas.

A partir de 1989, centenas de toneladas de lenha começaram a ser obtidas para consumo nas caldeiras de secagem, esmagamento de grãos e refino de óleo. Tentando ser auto-suficiente foi implantada a COMIGO FLORESTAL "II", em dezembro de 1993, que possui no total de 1.145,97 ha, os quais são utilizados exclusivamente para reflorestamento com eucaliptos a fim de atender a demanda de lenha do complexo industrial de Rio Verde e parte dos entrepostos, com uma área reflorestada de 811,505 ha. Até este ano de 2001, somente nesta área – nos termos da empresa – serão produzidos em torno de 270 mil m³ de material energético, cumprindo com seu objetivo de ser auto-suficiente em lenha.

QUADRO 33
DEMONSTRATIVO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Serviços Resultados	UN.	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	07/98	01/99
		a 12/98	a 12/99										
Exame de Anemia Eqüina	Unid	1.326	1.631	1.611	1.450	2.324	1.395	1.423	953	986	1.235	385	810
Exame de Brucelose	Unid	4.211	1.730	2.846	3.719	4.810	6.187	6.565	3.706	4.798	3.870	1.818	2.069
Exame de Parasitologia	Unid	27	37	270	139	211	249	257	123	213	135	17	111
Atendimento Clínico	Unid	2.200	2.572	3.923	2.962	2.099	2.974	3.304	1.498	2.255	4.375	1.015	6.104
Atendimento Cirúrgico	Unid	645	989	1.260	1.318	1.708	1.552	2.041	548	566	358	152	432
Atendimento Interno	Unid	2.300	3.000	4.715	2.753	1.984	1.094	886	1.181	1.442	1.824	403	1.874
Outros (Toque Retal, Coleta de Sangue, Vermifugação e Vacinação)	Unid	481	1.319	3.562	10.678	16.847	25.846	33.461	26.177	22.777	24.402	9.169	23.823
Fabricação de Sal Mineral	ton..	2.676	4.644	4.695	6.242	8.932	10.736	9.969	7.356	7.834	10.085	256.172	0
Análise de Solo Adubo/Calcário/Foliar	Unid	6.043	4.763	4.538	4.989	6.527	7.861	5.648	6.481	7.35	6.424	4.200	8.145
Planos Técnicos	Unid	656	523	520	441	344	362	372	266	280	191	306	344
Laudos de Assistência Técnica	Unid	1.132	739	368	1.147	1.180	1.229	1.282	928	1.238	764	440	1.283
Assistência Técnica	Unid	2.264	2.079	2.110	3.016	4.060	4.425	4.375	2.926	3.869	1.720	710	3.475
Medição de Área	Há.	70.268	62.246	17.342	36.051	23.292	31.917	13.645	0	0	0	0	0
Curvas de Nível	Há.	29.276	23.266	11.917	11.439	6.850	13.568	-	-	-	-	-	0
Pericia Proagro	Ha.	4.055	10.164	2.489	5.831	2.709	1.489	1.257	0	0	1	0	0
Atendimento (Agronomia)	Unid	17.960	20.346	11.010	10.786	11.210	13.452	14.520	12.415	13.575	9.260	1.200	10.701

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000.

A COMIGO dispõe ainda de uma rede de lojas localizadas em: Acreúna, Indiara, Jandaia, Jataí, Montividiu, Paraúna, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Serranópolis, cujo abastecimento é garantido por um depósito central com área de 1000 m². Elas suprem as necessidades dos cooperados com arados, grades, carretas, tanques, plantadoras, adubos, defensivos agrícolas, sementes, produtos veterinários, ferragem, artigo de montaria, peças e acessórios para tratores, colhedoras, implementos, além de bens de consumo, através de moderna rede de supermercados em implantação.

Em busca de soluções para os problemas do setor agropecuário, a COMIGO promove reuniões com governo local, estadual, federal e instituições financiadoras, realizando, ainda, encontros de produtores rurais com autoridades ligadas a esta área, para atender os interesses dos cooperados. Em 1986, a cooperativa trouxe à região dirigentes do Ministério da Irrigação, do Banco Mundial e da Companhia Elétrica de Goiás - CELG, numa tentativa de obter financiamento para projetos em áreas irrigáveis com a construção de rede elétrica trifásica. Hoje, com a irrigação, o produtor pode usar melhor o solo, acabando com a ociosidade das máquinas na estação seca. A COMIGO, com seu corpo técnico qualificado e realizando suas atividades com seriedade, traz o suporte necessário para o desenvolvimento da agroindústria na sua área de atuação.

3.4. SEGURANÇA ECONÔMICA DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Os agrupamentos hierárquicos de insumo-produto constituem-se na forma de organização da estrutura agroindustrial moderna, que tem se reproduzido de uma forma desigual, mas generalizada no Brasil. Os complexos agroindustriais podem ser tratados como um caso particular dos complexos industriais, à medida que a relação indústria-agricultura constitui-se na base principal das trocas intersetoriais. Entretanto, o fato dos complexos agroindustriais estarem vinculados a uma mesma base tecnológica na agricultura, não impede que eles tenham dinâmica própria, baseada na forte interdependência das trocas de um grupo específico de atividades agrícolas e industriais engajados na produção de fibras ou alimentos ou energia. A evolução da demanda por produtos finais e as oportunidades para absorção de inovações técnicas nos agrupamentos agroindustriais

ais (inclusive nas atividades agrícolas), estabelecem as dinâmicas específicas para o desenvolvimento destas cadeias produtivas.

No Brasil, isso se deu somente a partir da segunda metade do século XIX. A partir da desagregação do antigo sistema escravista, começa a formação de uma nova ordem no campo - era a implantação do trabalho assalariado - que ao longo dos anos, com o desenvolvimento industrial, acabaria regido pelo capital da indústria. É o complexo agroindustrial, apoiado na tecnologia e no capital produtivo. A indústria fornece os insumos à produção agropecuária, controla a produção e obtém de volta o produto primário, que por sua vez será processado e vendido para um mercado consumidor. Portanto, a agroindústria é também uma forma de controle macroeconômico. Tereiemos alguns comentários sobre a importância econômica da COMIGO e consequente fortalecimento das economias individuais dos produtores.

LAUSCHENER (1993) descreve as seguintes operações ou funções rurais pelo agricultor, em nível de subsistência: 1º - Atividades que tornam viável o plantio e a colheita, por exemplo: seleção de sementes, produção de animais para o trabalho, produção de arado, carroça... (montante do complexo agroindustrial rural ou agregado I); 2º - Plantio e colheita (agregado II, operações produtivas na unidade produtiva rural); 3º - Atividades de armazenagem, de processamento e de distribuição final dos produtores rurais e de seus subprodutos (jusante do complexo rural ou agregado III). A partir daí coloca a definição do conceito de complexo rural (ou "agribusiness") como sendo o total das operações que abrangem a manufaturação dos insumos para a unidade produtiva rural; as operações produtivas na unidade produtiva rural como tal e armazenagem, processamento e distribuição dos produtos rurais e de seus subprodutos.

Alguns agricultores do município de Rio Verde (inicialmente em números de 50), como todo empresário rural, mais especializados nas operações do agregado II, associaram-se para formar a COMIGO, com os objetivos de beneficiar, industrializar e comercializar seus produtos agrícolas. Com esses objetivos econômicos comuns, formaram uma empresa cooperativa, procurando especializar-se nas operações a jusante do complexo rural ou agregado III.

Se verifica de forma empírica, que as atividades "à montante e à jusante do complexo rural são as que mais aumentam a produção ou a agregação de valor na medida em que se moderniza a produção ou a agricultura". Premidos pelos recentes problemas

de abastecimento por que passa o país, que atingiram também as funções rurais do agregado I (manufatura e distribuição dos insumos), os associados da COMIGO começaram a movimentar-se no sentido de viabilizar a industrialização de adubos.

A cooperativa, além disso, em um processo agroindustrial integrado dentro do complexo rural, atende a uma necessidade crescente de seus associados ao promover a armazenagem de seus produtos. Isso, além de colocá-la em posição vantajosa dentro das leis de mercado, possibilitando a espera por melhores preços, dá um respaldo à indústria em termos de estocagem de grãos necessários ao seu ritmo de produção.

Nesse ponto, também fica confirmada a observação da LAUCHENER (1993), de que "a agroindústria localiza adequadamente a produção, além de concentrar e agilizar as decisões econômicas". Fica, ainda, constatada a observação de que a cooperativa tem interesses econômicos com o agricultor no que se refere à produtividade, o que fica mais reforçado a partir do momento em que o agregado III está sob o comando dos responsáveis pelo agregado II, na iniciativa cooperativista. Isto é o comprometimento do associado com a cooperativa na hora de plantar e colher, via atender a capacidade de recebimento do armazenamento e comercialização.

Um dos produtos da COMIGO à jusante no "agribusiness" é o farelo de soja, que também alimenta o fluxo econômico à montante, como insumo para a pecuária. É importante lembrar que a sua participação no faturamento global da cooperativa é de 29,98%. Ele tem sido utilizado em larga escala pelos pecuaristas e granjeiros, com excelentes resultados, principalmente pela facilidade com que os animais que os utilizam absorvem seus nutrientes, pelo seu excelente paladar, resultando no incremento na produção de leite, ganho de peso e, além disso, por não ser tóxico, mesmo sendo ingerido em grandes quantidades. Destaca-se ainda pela facilidade de manejo.

De acordo com LAUSCHNER (1993), o agricultor pode aumentar significativamente sua renda na medida em que a economia rural se orienta para a agroindustrialização dos produtos. A agroindústria moderniza todo o complexo rural, porque tende a integrar a produção e a controlar o complexo rural de seu produto, sendo o principal agente que direciona e maximiza a eficiência do uso de insumos e dos investimentos rurais da matéria-prima. Localizada adequadamente, aumenta a produção, evita a perda de produtos, reduz o custo do armazenamento, do transporte e da comercialização dos produtos que industrializa, valoriza o produto e diversifica os produtos e os mercados.

Podemos dizer que no contexto deste movimento de modernização agrícola, em função das alterações técnicas de produção, ocorreram modificações nas relações de trabalho com a maior proletarização do trabalhador rural no Sudoeste goiano, área de atuação da COMIGO. As inovações tecnológicas, na busca de acelerar a rotação do capital, reduzem o tempo de produção e o tempo de trabalho necessário à produção, modificando padrões de cultivo agrícola. As inovações mecânicas afetam o tempo de trabalho e, em consequência, o tipo, a intensidade, a jornada de trabalho e sua demanda, o ciclo de produção e as condições de produtividade. As inovações fisico-químicas atuam sobre as condições naturais do solo, com consequência sobre a produtividade da terra e poupança do fator trabalho. A mecanização e a incorporação massiva de insumos alteraram a base de cultivo e as técnicas modernas tendem a liberar trabalho no campo.

Assim, a sazonalidade no emprego da mão-de-obra no campo na forma de trabalho temporário, e o aumento do capital fixo nas atividades rurais repercutiram na diminuição do trabalho vivo, transferindo para o sistema de máquinas (trabalho morto) algumas importantes tarefas antes desempenhadas pelos trabalhadores. A agricultura praticada nos complexos agroindustriais e nos conglomerados de capitais disseminou um padrão tecnológico poupadour de trabalho vivo, impondo, em consequência, necessidade de investimento em equipamentos e insumos modernos, onde o valor do capital fixo superou o valor do capital variável. Neste sentido, o valor do salário teve seu peso diminuído nos custos diretos de produção, evidenciando maior importância do progresso técnico em relação ao custo da mão-de-obra.

O processo de modernização da agricultura se deu de forma heterogênea em função dos diversos agentes produtores: as empresas agrícolas e agroindustriais constituíram relações de produção avançadas e puramente capitalistas enquanto os produtores menores tiveram que se moldar à nova ordem dentro de limitadas possibilidades. As décadas de 1970 e 1980 constituíram o ápice desta transformação no Sudoeste goiano, e a COMIGO busca formar seu quadro social e reorganizar o seu espaço junto aos seus associados na melhor forma de alocação de recursos e aplicação dos mesmos na área de sua atuação, ao mesmo tempo que ocorre a transição para a nova ordem.

As transformações radicais pelas quais passou a agricultura do Sudoeste goiano, resultantes do processo de modernização produtiva regional, fez da COMIGO um referencial desta região no setor produtivo agrícola e fez com que a produção agrícola exer-

cesse papel preponderante na geração de excedentes destinados a mercados locais, nacionais e externos. Os centros de distribuição e negociação dos produtos agropecuários localizaram-se na sede urbana da COMIGO. Foram implantadas agroindústrias de transformação alimentar notadamente na periferia dos centros maiores e evidentemente uma nova composição na estrutura produtiva foi se consolidando na região.

3.5. A COMIGO E SUA AGROINDÚSTRIA

O processo de crescimento e desenvolvimento da região Centro-Oeste do Brasil teve como elementos determinantes a modernização da agricultura e a implantação de planos e programas especiais para o desenvolvimento regional como o POLOCENTRO. Foi um momento de desenvolvimento regional e, neste projeto estava incluído Rio Verde como já vimos no capítulo anterior, onde era fundada a COMIGO, que tinha motivos para investir em indústrias. Um destes motivos era a auto-suficiência da matéria-prima. A produção de soja dos associados era suficiente para movimentar uma indústria durante o ano todo. Outro motivo era a política adotada pelo Governo, de estímulo à produção rural e francamente favorável às cooperativas. As condições do financiamento representaram para a COMIGO, na época, o que poderia ser considerado um excelente negócio. Algumas condições do contrato: juros baixos, pré-fixados, sem correção monetária, e alguns anos de carência.

O grande salto de qualidade da COMIGO ocorre em 1982, quando a cooperativa inaugura um novo ramo de negócio em Goiás, a indústria de esmagamento de soja. Inicialmente os subprodutos do processo industrial eram óleo bruto e farelo. Mas em 1984 é inaugurada a refinaria que passa a produzir óleo de soja refinado, e, na segunda metade dos anos de 1980, entra em atividade a fábrica de sabão que aproveita resíduos do processo de industrialização da soja.

O farelo é comercializado para a fabricação de ração nos mercados interno e externo. O óleo é refinado e enlatado com marcas COMIGO e BRASILEIRO com um processamento e enlatamento, até 90 ton/dia. Em curto espaço de tempo conquistou a aceitação em diversos estados e, como tal é um dos maiores orgulhos da Cooperativa. Ele é hoje citado entre os melhores óleos do país. Para a borra, eliminada no processo de

refino, foi instalada, no ano de 1985, a saboaria, onde é fabricado o sabão LAV-COMIGO, hoje simplesmente COMIGO. Pouco tempo depois, a refinaria passou por uma reforma, ampliando sua capacidade de produção: 120 ton/dia, e a saboaria passa a fabricar 20 toneladas/dia. Com a aceleração do refino, o enlatamento também teve que sofrer uma reestruturação. Em 1987 foi automatizado e passou a encher 425 latas/minuto, fazendo em seis horas, a produção de 24 horas.

O informante fala dos avanços obtidos em 1988, quando a COMIGO passou a esmagar 800 ton/dia e o ensaque de farelo foi incrementado de 1,2 mil para 6 mil sacos/dia. O mesmo diz que já está há alguns anos na empresa e acompanhou com carinho cada etapa do crescimento do parque. "Muita coisa foi implantada. Para dar sustentação à atividade, plantaram-se 29 hectares de eucalipto na área, construiu-se o refeitório, e montou-se o laboratório de controle de qualidade dos produtos industrializados", lembra. Verificaremos a seguir a Capacidade Agroindustrial da COMIGO, no Quadro 34.

QUADRO 34

A COMIGO E SUA CAPACIDADE AGROINDUSTRIAL - 1999.

MOAGEIRA DE SOJA	900 ton./dia
REFINARIA DE ÓLEO DE SOJA.....	120 ton./dia
FÁBRICA DE FERTILIZANTES.....	90 ton./hora
FÁBRICA DE RAÇÃO.....	96 ton./dia
FÁBRICA DE SABÃO.....	20 ton./dia
INDÚSTRIA ESMAGAMENTO DO CAROÇO DE ALGODÃO..	60 ton./dia
UNIDADE DE BENEFICIAMENTO/EMPACOTAMENTO DE ARROZ	15 ton./dia
UNIDADE DE EMPACOTAMENTO DE FEIJÃO	15 ton./dia
UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE LEITE	100.000 lts/dia
UNIDADE DE SAL MINERALIZADO.....	21 ton./dia
UNIDADE DE DESCAROÇAMENTO DE ALGODÃO.....	5.000 @/dia
UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES.....	80.000 sacos/ano

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo - 03/2000
 Obs: A indústria de esmagamento do caroço de algodão com 60 ton./dia, hoje se encontra desativado.

A evolução da produção industrial está representada no quadro 35. Observa-se o início do esmagamento de soja a partir de 1982/1983, o refino de óleo 1984/1985, o beneficiamento do leite 1993/94, a fabricação da ração 1996/1997 e fertilizantes 1997/1998. A COMIGO, através do seu corpo técnico, está sempre incorporando novas tecnologias a seus produtos e modernizando, sempre que necessário, o seu parque industrial. Examinaremos a seguir as transformações que ocorreram a partir de 1999, onde a ampliação da indústria de esmagamento de soja é um exemplo.

Na busca por produzir em escala e reduzir o custo por unidade produzida, a capacidade de moagem foi incrementada em cerca de 30%, saindo de 700 ton./dia para 900 ton./dia. Foram executadas melhorias nos setores de laminação e extração, esta com informatização de 50% dos seus principais equipamentos. No misturador de fertilizantes foi possível ampliar a capacidade de estocagem de matérias-primas em 4 mil ton., bem como instalar um sistema de fornecimento de adubo em big-bag. Graças a isso e também à excelente qualidade do produto final, a COMIGO produziu e entregou mais de 100 mil ton/ano - safra 1999/2000 aos seus cooperados, motivo de orgulho e de confiança recíproca.

Para ofertar mais sementes aos associados, especialmente de soja precoce, e ao mesmo tempo lhes assegurar ótimo poder germinativo e de vigor, a Cooperativa investiu recursos numa câmara de climatização para sementes. A capacidade é para 50 mil sacos que são armazenados em uma temperatura de até 18 graus e umidade relativa do ar de 45%. Outros investimentos aconteceram no setor de armazéns. No ano de 1999, foi providenciada uma ampla reforma e instalação de novo secador em Jataí, aumentando a recepção de grãos. Neste ano, o mesmo trabalho foi realizado em Montividiu, elevando a capacidade de secagem para 400 ton./h, atendendo pedidos dos cooperados. O que também ocorreu no misturador de adubo, cujo espaço para matérias-primas passou para 25 mil toneladas.

Os investimentos continuaram no ano de 2000, com a ampliação da fábrica de rações em 30 ton./h, sendo interligada com os graneleiros de soja e milho. A idéia era produzir ração farelada com expedição a granel e entrega imediata, pois sempre haverá estoque de produto acabado. A área de armazenamento vai passar para 3.200 m² neste mesmo ano.

Construída para atender a crescente necessidade do mercado em dispor de produtos de forma rápida, eficiente e de ótima qualidade, eis que surge a nova fábrica de ração da COMIGO. Com uma área construída de 2.000 m², capacidade de produção de até 30 ton./h e maior espaço para armazenamento de matéria-prima, incrementado pela aquisição de novos silos, a nova fábrica já está funcionando desde meados de setembro de 2000. A utilização de um moderno e eficiente sistema dos silos de matérias-primas, feito através de correias e redlers ligados diretamente aos armazéns de grãos e galpões de armazenagem, dispensa a utilização de mão-de-obra para ensaque, carregamento, transporte (reduzindo o tráfego de caminhões dentro do pátio), e descarga.

Com a conclusão das instalações de armazenagem de matéria-prima, resta ao sistema apenas selecionar a fórmula do produto a ser fabricado, já que o processo de busca e pesagem é automático. Antes dos novos equipamentos, a COMIGO tinha uma fábrica de ração com capacidade de 10 ton./h. Após as novas instalações, as duas fábricas passarão a trabalhar de forma interligada, cada qual cumprindo à risca seu papel. Enquanto uma produz apenas ração farelada, a outra se ocupa somente da peletizada.

De acordo com o diretor de operações da COMIGO, foram investidos cerca de R\$ 2,7 milhões na construção da nova fábrica. Ele diz que várias viagens e visitas a fábricas localizadas em outros estados como: Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo aconteceram, na busca de informações. Após juntá-las e discuti-las, a COMIGO aproveitou o que de mais importante se viu, criando uma planta exclusiva e moderna, sempre procurando o melhor atendimento possível aos seus cooperados e clientes. Vejamos no quadro 35 a Evolução da Produção Industrial.

QUADRO 35

SETOR INDUSTRIAL – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Ano	Esmagamento de soja (ton..)			Refino de óleo (em Kg)			Leite in Natura Industrializado (Lts)	Ração (Kg)	Fertilizantes (Kg)			
	Quantidade	Produção Obtida		Quantidade	Produção Obtida							
		Óleo Bruto	Farelo		Refinado	Resíduo						
82/83	36.239	6.611	29.009	-	-	-	-	-	-			
83/84	17.645	3.010	14.111	-	-	-	-	-	-			
84/85	48.157	9.252	37.895	2.875.004	2.726.204	197.217	-	-	-			
85/86	113.987	22.775	90.742	16.860.928	16.533.287	1.143.890	-	-	-			
87/88	130.863	25.975	104.445	26.040.187	25.126.841	1.730.178	-	-	-			
88/89	104.853	20.754	83.898	28.057.963	27.029.083	1.974.698	-	-	-			
89/90	130.943	25.790	100.743	26.373.288	25.564.119	1.362.965	-	-	-			
90/91	175.780	34.023	135.430	32.859.608	31.809.151	2.076.213	-	-	-			
91/92	170.346	33.109	131.160	33.935.832	32.915.756	1.971.893	-	-	-			
92/93	192.370	38.122	148.924	36.896.864	35.787.560	2.327.240	-	-	-			
93/94	190.945	36.955	147.081	36.462.995	35.366.675	2.181.202	17.543.779	-	-			
94/95	165.872	31.607	126.029	30.791.504	29.847.943	1.698.368	16.452.501	-	-			
95/96	193.044	37.592	151.247	37.197.042	36.058.971	1.961.826	15.235.230	-	-			
96/97	187.288	35.007	146.236	32.804.914	31.811.004	1.891.199	21.825.937	21.414.121	-			
97/98	201.985	37.873	156.255	36.459.075	35.389.888	1.684.804	21.708.936	17.219.295	58.865.212			
07/98 a 12/98	97.777	18.553	75.480	17.963.716	17.440.567	1.289.264	8.450.901	11.552.370	64.658.062			
01/99 a 12/99	220.609	41.385	167.668	38.152.077	37.074.653	2.207.105	14.144.715	35.025.809	99.897.894			

Fonte: Relatório do Conselho de Administração Comigo – 03/2000.

Com o objetivo de agilizar a descarga e evitar o transbordo de soja para Rio Verde, na época da safra, onde a sua capacidade de armazenagem era pequena, a COMIGO investiu em um novo armazém graneleiro de um milhão de sacos e a capacidade de estocagem em Montividiu sai de 1,4 milhão de sacos para 2,4 milhões. Além disso, todas as máquinas de pré-limpeza estão sendo trocadas e a capacidade de secagem também foi aumentada.

Em Montividiu, município de grande produção agrícola, a COMIGO possuía um graneleiro e um silo com capacidade para 1,4 milhão de sacos (entre milho e soja) e secagem de 300 ton./h. Após os investimentos, passa para 2,4 milhões de sacos. Com a instalação de um novo secador de 100 ton./h, a cooperativa ampliou também a secagem para 400 ton./h. Doravante, o fluxo de secagem passa a ser feito com dois produtos, milho e soja. As máquinas de pré-limpeza atuais foram substituídas por novas, elevando também a capacidade para 250 ton./h.

Outra alteração feita em todos os armazéns da COMIGO foi a introdução do programa de computação SAP R/3. Em experimentação na safra passada, o programa agora está perfeitamente adequado para receber a nova safra, com o máximo de agilidade possível. Os investimentos no setor de armazenagem da cooperativa, cerca de R\$ 2,7 milhões, são oriundos de recursos do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias - RECOOP, aprovado há pouco pelos cooperados. "Queremos dar mais conforto aos nossos cooperados, que agora terão mais rapidez no atendimento da safra. Com o novo armazém em Montividiu, não será preciso transbordo de soja para Rio Verde, durante a safra, o que tornará os dois processos bem mais ágeis", diz o vice-Presidente de Operações. Transbordo agora só em época de entressafra. Em Rio Verde, novas melhorias também foram executadas no setor de armazenagem. "Trocamos as máquinas de pré-limpeza e instalamos mais dois secadores de 100ton./h cada um", informa o Vice-Presidente de Operações.

Em recente estudo sobre a competitividade na indústria de óleos vegetais, COUTINHO (1993), assim se refere a - COMIGO - inferindo para as demais cooperativas, quando aborda a questão das estratégias empresariais:

"Além da comercialização de grãos em grande escala, a COMIGO processa soja e produz óleo refinado e enlatado, em uma moderna planta industrial. O caminho da diversificação agroindustrial está conduzindo a cooperativa à abertura de leque de empreendimentos agroindustriais, com a implantação de uma fábrica de ração, além de uma algodoeira. Os planos de investimentos futuros incluem a construção de uma fábrica de laticínios e, principalmente, um abatedouro de aves e suínos. As cooperativas possuem uma lógica própria segundo a qual a diversificação de atividades atende prioritariamente à base produtiva dos seus cooperados... as cooperativas não competem com as empresas líderes do complexo soja nacional, mas dirigem sua produção para os mercados regionais, onde competem por preço" (COUTINHO, 1993:11).

Observa-se que a posição do cooperativismo no contexto do desenvolvimento econômico brasileiro obedeceu à lógica da dinâmica do capital em seu processo de internacionalização. Concordamos que as cooperativas têm desempenhado um papel fundamental no processo de desenvolvimento e modernização da agricultura, mas ao exportarem matérias-primas acabam ficando numa função secundária na cadeia agroalimentar, pois essas cooperativas atuam numa esfera onde há menor inversão de capital e maiores riscos e oscilações. Nesse sentido, concordamos com PANZUTTI (1997), para quem as empresas cooperativas, para fazerem frente às exigências do mercado e a modernização de seus associados, terão que se tornar complexas macro-organizações e, para tanto, necessitam de recursos financeiros, que viriam através do associado ou através de financiamento. Neste aspecto, as cooperativas de crédito rural têm funcionado como instrumentos de repasse de recursos do Tesouro Nacional e, também, dos demais agentes de crédito, por estarem mais próximas do produtor e pela capilaridade de suas instituições.

No caso da COMIGO, foi utilizado parte do capital próprio, e os recursos do RECOOP, assinado no dia 15 de julho de 1999, em valores reais de (R\$ 12,2 milhões), será utilizado somente em novos investimentos e capital de giro, gerando melhorias para o quadro social.

3.6. TRANSFORMAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DE RIO VERDE E ÁREA DE ATUAÇÃO DA COMIGO

Depois de dissertarmos a respeito da fundação e evolução da COMIGO e o período de modernização porque passava a agricultura na região do Sudoeste de Goiás, concluimos

que a cooperativa teve seu papel de importância na economia da área em que atua. Mostra credibilidade junto aos seus associados: para trabalhar com seu capital, através da sua base técnica; para desenvolver projetos de viabilidade na produção agropecuária; armazena e comercializa seus produtos, buscando o melhor preço no mercado; transforma seus produtos através, da sua agroindústria que tem se desenvolvido e se diversificado. Veremos, a seguir, a importância de outras empresas no ramo da agroindústria que se instalaram na região em estudo, fazendo dela um grande pólo do desenvolvimento agroindustrial. Ocorreu a partir de 1980, o aumento da produção agrícola nesta área de sua atuação de forma quase simultânea ao aumento da capacidade de implantação da infraestrutura agroindustrial. Com a industrialização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola, aprofundou-se a especialização do Sudoeste goiano, área de atuação da COMIGO, na transformação de produtos alimentares.

A KOWALSKI, empresa de origem familiar, iniciou suas atividades em 1932 em Curitiba no Paraná, com compra e venda de cereais. Em 1953, iniciou suas atividades em Apucarana – PR, onde construiu a primeira indústria moageira de milho. Hoje, em Apucarana, conta com a fábrica de óleo, ração, moageira, produtos extruzados e pré-cozidos. Em 1986, a KOWALSKI inaugura estrategicamente sua unidade em Rio Verde, onde estão instalados uma unidade de industrialização de milho (KAL-Kowalski Alimentos Ltda.) e sua unidade armazenadora de cereais, a Kowalski Armazéns Gerais-Ragel, com a capacidade de 115 mil toneladas de milho.

A KOWALSKI resolveu criar uma unidade em Rio Verde, em razão de incentivos oferecidos pelo Estado de Goiás, destinados a produtores rurais, especialmente produtores de milho e soja. Com isso, houve a necessidade de existência de armazéns gerais e industriais na cidade, que pudessem armazenar e industrializar essas matérias-primas. Nesse momento, vieram para Rio Verde empresas tais como: CARAMURU e COIMBRA que trabalham na mesma linhagem de produtos e chegaram aqui na mesma época.

A KOWALSKI de Rio Verde industrializa produtos como: 1- Gérmen: Derivado de milho utilizado para fabricação de óleo de milho; 2- Flocos de milho (Xodómilho): Produto derivado do milho através de processo de laminação, utilizado na confecção de bolas, pudins, mingaus e alimentação humana em geral; 3- Fubá de milho: Produto derivado de milho 100 % utilizado na alimentação humana para confecção de doces e salgados; 4- Grits

200: Produto derivado de milho, utilizado na confecção de salgadinhos de milho tipo skini, miliopã, fandangos; 5- Grits 1515: Produto derivado de milho, utilizado para fermentação de cerveja e fabricação de salgados; 6- Canjica: Produto derivado de milho, utilizado para confecção de canjicadas, bem como nas fábricas de cereais matinais como matinais da an-gélica, sucrilhos, etc; 7- Fábrica zootécnica: Composto de gérmen de milho cuja finalidade é a fabricação de ração animal.

Uma outra grande empresa que se instalou na região e na mesma área de atuação da COMIGO foi a unidade da PARMALAT, em Santa Helena de Goiás, uma região estratégica para a produção e a comercialização de produtos lácteos, abastecendo Brasília, Manaus e grande parte de Goiás. O Estado de Goiás é o que tem registrado o maior aumento de produção leiteira do país: 64 % entre os anos de 1990 e 1996, em relação a uma média nacional de 23 %.

Distante 220 quilômetros de Goiânia e 450 quilômetros de Brasília, a pequena cidade de Santa Helena de Goiás, com 45 mil habitantes, abriga, desde 1993, a unidade da PARMALAT responsável pela fabricação dos leites UHT integral, desnatado e semidesnatado, Dietalat, integral com ferro mais oito vitaminas e Light. A fábrica foi adquirida da MOCOCA e já produzia leite em pó. Desde então, segundo o gerente industrial, ela passou por várias melhorias. Foram instalados um esterilizador T.A. Plus Tetra Park, três máquinas TBA 8, compressores de ar comprimido e silos para estocagem de leite. Além disso, a produção de água gelada foi ampliada, o laboratório modernizado e foram construídos ainda um armazém para leite UHT e uma estação de tratamento de efluentes.

Atualmente, a unidade passa por nova reforma. A idéia é ampliar ainda mais a produção de leite Longa Vida. Hoje, a capacidade de produção é de 300 mil litros para o leite UHT e 180 mil litros para o leite em pó. A matéria-prima necessária é captada em Santa Helena, em outros municípios do Sul, Sudoeste e Centro do Estado de Goiás e no chamado Triângulo Mineiro. Industrializado na própria unidade, o leite segue diretamente para o mercado nas embalagens longa vida e em latas de material aluminizado.

Outra empresa que veio atender as necessidades de embalagens da COMIGO e outras empresas da região foi a BRASILATA. No ano de 1955, nascia em São Paulo a Indústria e Comércio de Estamparia Brasung Ltda, que produzia tampinhas de folha-de-flandres para embalagens de cosméticos. Três anos depois, a empresa tornou-se uma sociedade an-

nima e passou a fabricar latas para biscoitos e eletrodos. Em 1965, a compra da Estampbrás significou a inclusão do seu departamento litográfico e o início da produção de latas para tintas e produtos químicos. Naquele mesmo ano, sua razão social foi alterada, surgindo pela primeira vez o nome BRASILATA.

O grande crescimento econômico da década de 1970 foi outro fator importante na vida da empresa. Aproveitando o momento, adquiriu a Metalúrgica Brasilina S.A, tradicional fabricante de latas em São Paulo. No início dos anos 1980, a BRASILATA diversificou-se geograficamente, adquirindo as instalações da empresa gaúcha Killing Reichert AS. Metalgráfica. Este investimento estratégico significou também a ampliação da sua linha de produtos, com a introdução dos balde cônicos e cilíndricos. No ano de 1992, implantou a sua terceira unidade fabril, em Rio Verde. Em 1999, a BRASILATA adquiriu as linhas de aerossóis da Crown Cork Embalagens, instalando-as em sua unidade fabril em Estrela – RS então recém ampliada. O motivo estratégico que trouxe a BRASILATA para Rio Verde foi o fato de ser, na época, se não o maior, um dos maiores centros de fabricantes de latas para o mercado de produtos químicos e pelo fato da COMIGO ser cliente da BRASILATA, atendida a partir da unidade de São Paulo.

De 1992 até 1997 esta unidade produzia exclusivamente latas de 900 ml, em sua maioria para o mercado de óleo de soja. A partir de 1997, iniciou a confecção de latas de 5,9 e 18 litros (tanto para o mercado de óleos e gorduras como produtos químicos) e mais recentemente, a produção de latas para manteiga (500 gr, 5 e 10 Kg) e para leite em pó (400 gr). A empresa procura crescer no mercado de latas para produtos alimentícios que possam ser atendidos a partir da unidade de Rio Verde, dentro da linha de produtos de latas com mais de 3 peças. A empresa conta hoje com 135 funcionários na unidade de Rio Verde.

Mais uma grande empresa que acaba de se instalar em Rio Verde é a VAN den BERGH Alimentos. A opção pela região de Rio Verde teve como base estudos técnicos que apontaram alto potencial na região, em função das variantes climáticas e da sua vocação agrícola. Contribuíram, ainda, a existência de facilidades locais, necessárias ao funcionamento da nova fábrica: boa infra-estrutura educacional e disponibilidade de áreas que já contam com sistema de irrigação. Para a seleção, a empresa usou todo o seu know-how na área de pesquisas relativas ao potencial de desenvolvimento agrícola. Num primeiro momento foram avaliadas sete cidades localizadas no Cerrado. Destas, três ficaram para análise.

se mais detalhada, e ao final, o resultado indicou Rio Verde, a 220 quilômetros de Goiânia, na região Sudoeste, como o melhor local para implantação da nova unidade.

A fábrica da VAN den BERGH Alimentos em Rio Verde foi concebida dentro do sistema integrado de produção. Será alimentada de matéria-prima vinda de áreas cultivadas num raio de até 100 quilômetros da unidade de processamento. O projeto prevê capacidade final pra processar 250 mil toneladas de tomate ao ano. O investimento total na unidade chega a R\$250 milhões. Instalada em terreno de 2 milhões de metros quadrados, com área construída de 18 mil metros quadrados, a fábrica funciona ininterruptamente.

Para colocar em funcionamento a fábrica da VAN den BERGH Alimentos em Rio Verde, foram criados, na primeira etapa de operação, 280 empregos fixos e 100 temporários/ano, sendo que 80% desta mão-de-obra é da própria cidade. No campo, estima-se que estão sendo gerados mais 5 mil empregos indiretos para atender as necessidades das plantações de tomate e serviços de apoio. Outros empregos indiretos serão gerados em empresas da cidade e região, fornecedoras de materiais e serviços para a nova unidade industrial, como uniformes para funcionários, equipamentos de proteção e segurança no trabalho, restaurante, transporte, segurança patrimonial, assistência médica e odontológica, limpeza e jardinagem, locação de veículos, telefonia, chefe, farmácias e outros.

Outra grande empresa que iniciou seu estudo de mercado para sua viabilidade em Rio Verde em 1995, foi a PERDIGÃO e, em 1997, deu início ao projeto de construção de seu parque industrial e prepara-se para inaugurar, em junho 2000, o maior frigorífico de aves e de suínos da América Latina. A empresa está investindo R\$ 500 milhões na nova unidade que irá abater diariamente 280 mil aves e 3.500 suínos, quando estiver operando com sua capacidade total, em 2003. Além disso, fará parte do complexo uma unidade industrial, que processará 150mil ton./ano de derivados de aves e de suínos.

Segundo a PERDIGÃO, em 2003 quando seu projeto estiver pronto, a fábrica irá gerar 3.500 empregos diretos e 7.000 indiretos em Rio Verde. A expectativa da empresa é que o faturamento anual da unidade atinja R\$ 700 milhões, com lucro líquido de cerca de 8% desse total. A característica de pólo produtor de soja e de milho, matérias-primas para a produção de rações animais, foi decisiva para a escolha de Rio Verde como sede da nova fábrica da PERDIGÃO. “Além disso, estamos muito mais próximos de zonas produtoras no Centro-Oeste, se comparado com o Sul do país”, afirma o técnico agropecuário da empresa.

No Rio Grande do Sul, o déficit na produção de milho, por exemplo, ficou em 1 milhão de toneladas no ano 1999, o que gerou impactos na produção de carnes. "Exportamos grãos, enquanto no Sul estão importando", afirma o secretário de Planejamento e Desenvolvimento do município.

Outro atrativo foram os incentivos fiscais recebidos pela empresa, isenta do pagamento de impostos municipais por 15 anos. A PERDIGÃO repassará ao Estado, além disso, apenas 30% do ICMS (imposto sobre Circulação de Mercadorias e Seviços). O restante será utilizado como capital de giro para a empresa, em uma espécie de financiamento. A empresa terá de reembolsar o Estado, mas com carência de 20 anos e a uma taxa de juros de apenas 0,2% ao mês.

Sabemos que os fatores fundamentais na produção agrícola são terra, trabalho e capital. A importância de cada um desses fatores na economia agrícola está diretamente relacionada com cada região. Isto pode ser observado no nosso estudo da área de atuação da COMIGO, no Sudoeste goiano, que passava por grandes transformações em 1960 e 1970 na agricultura e na sua agroindústria, devido às políticas de crédito e programas especiais como é o exemplo do POLOCENTRO.

O aumento da produção agrícola pode ocorrer em função da maior utilização da terra, do trabalho e do capital ou do aumento da produtividade desses fatores. Fica difícil esclarecer qual desses elementos foi mais importante dentro de um sistema cooperativista. Na área de atuação da COMIGO o Cerrado era subutilizado nos anos de 1950 e 1960, as terras tinham pouco valor, mas com a chegada do capital essas terras se transformaram. Outro fator verificado foi o fluxo migratório de grande importância para a área de atuação da COMIGO, pois o migrante, com sua chegada, trouxe novo dinamismo à agropecuária por já ter lidado com a modernização nas áreas do Centro-Sul.

A COMIGO teve seu papel no aumento da produção e da produtividade, através de sua base técnica, onde se fomentou principalmente uso mais intenso de sementes e mudas selecionadas, de técnicas mais racionais de cultivo, de fertilizantes, inseticidas etc. Esse aumento da produção e produtividade foi resultado não só dos investimentos realizados nas propriedades rurais, mas também do ensino, da pesquisa, da assistência técnica da COMIGO que foi fundamental ao homem do campo daquela área.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo geral analisar a fundação e evolução da COMIGO, as transformações ocorridas no período posterior a sua implantação, assim como os elementos que influenciaram a sua implantação na região de Rio Verde e Sudoeste goiano. Como objetivos específicos, buscamos apontar e analisar os principais elementos que influenciaram a implantação da COMIGO em Rio Verde e região; caracterizar o Cooperativismo, seus valores, princípios e conceitos e a evolução da COMIGO; constatar e analisar a evolução recente da produção e da produtividade das culturas de arroz, milho, algodão e soja, comparando com a situação anterior à implantação da COMIGO e o processo gradual de substituição de tecnologia, motivada pela sua assistência técnica; e analisar o desenvolvimento da agroindústria a partir da implantação da COMIGO, na região onde atua.

O resultado das reflexões mais gerais pode ser alinhado no terreno das conclusões. Na primeira parte do trabalho, constatamos que a economia do Sudoeste goiano atravessou diferentes fases em sua economia, mas guardou a pujança adquirida em todas elas. Primeiro, explorou a pecuária extensiva em suas terras bem localizadas e de média fertilidade. Posteriormente, ingressou na agricultura comercial do arroz e feijão, atendendo à demanda dos cerealistas do Triângulo Mineiro. Hoje, constitui-se em um dos pólos mais avançados do Estado, no setor agropecuário e agroindustrial.

Em relação aos instrumentos utilizados para promover a modernização da agricultura brasileira, verificamos que foram as Políticas Públicas, especialmente, a política agrícola (crédito rural e política de garantia de preços mínimos) e os programas de desenvolvimento regional, particularmente o POLOCENTRO, os grandes elementos impulsionadores do processo modernizador da microrregião do Estado de Goiás, porque a aplicação dos mesmos no Sudoeste de Goiás, particularmente no município de Rio Verde, engendraram grandes transformações espaciais.

Assim, no contexto da industrialização, os instrumentos de política agrícola funcionaram como medidas compensatórias às perdas acumuladas pelo setor agrícola na medida em que seus rendimentos, devido a uma série de mecanismos de política econômica, passaram a ser transferidos para o setor industrial. E sem compensar estas per-

das, dificilmente o processo teria avançado, pois afinal haviam capitalistas também no campo e, como qualquer membro desta classe, buscavam contínua e crescente remuneração. Conciliar os interesses dos capitalistas que atuam nos diferentes ramos de atividade econômica, e ao mesmo tempo privilegiar os interesses do(s) setor(s) hegemônico(s), no caso o urbano-industrial, é um dos grandes desafios do Estado brasileiro.

Observou-se que, ao estimular a modernização, não bastava garantir crédito para cobrir gastos da produção e comercialização. Era fundamental também assegurar preços de venda compensatórios. Com esta finalidade, no mesmo ano em que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Rural, o governo consolida a legislação da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

Neste contexto, verificamos que um dos grandes obstáculos para a modernização da agricultura brasileira era a falta de infra-estrutura e problemas como acidez do solo. Para tentar vencer ou pelo menos amenizar esses obstáculos, o Estado criou uma série de programas específicos. Entre os programas que contribuíram para viabilizar a modernização da agricultura no Cerrado destacaram-se: Programa Nacional de Armazenagem Rural - PRONAZUM, Programa Nacional de Calcário Agrícola PROCAL, e o Programa de Investimentos Agropecuários - PROINVEST.

É necessário ressaltar que os mais importantes desses programas específicos foram os programas de desenvolvimento regional que englobaram diversas ações combinadas nas áreas de infra-estrutura, crédito, etc. No caso do Sudoeste goiano, especialmente no município de Rio Verde, sem dúvida o principal foi o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO.

Quando analisadas as diversas obras que o POLOCENTRO realizou, destacamos: construção e melhoria de estradas para facilitar o escoamento da produção agrícola; expansão da rede de energia elétrica; apoio financeiro para a instalação de moagens de calcário; crédito para construção de armazéns e silos; expansão da rede de serviços voltados para aumentar a qualidade e produtividade das atividades agropecuárias, como assistência técnica e centros de pesquisas e experimentação agrícola, crédito rural com subsídio ainda maior nas taxas de juros, fornecidos principalmente através de cooperativas agropecuárias.

Vários municípios do Sul e Sudoeste de Goiás foram beneficiados com o POLOCENTRO, por se localizarem dentro das áreas selecionadas. Mas, sem dúvida, o

município que mais se beneficiou foi Rio Verde, onde se implantou o projeto piloto do Estado, examinado nos quadros 12, 13, 14 e 15 do primeiro capítulo.

Na segunda parte, verificamos que em Goiás o Cooperativismo iniciou-se por volta de 1940, mas começou a ganhar força nos anos 1970 por iniciativa do Serviço de Assistência ao Cooperativismo (SAC) da Secretaria Estadual de Agricultura e também por iniciativa dos produtores do local ou migrantes de outras regiões como os paulistas, paranaenses, gaúchos e outros.

Assim, o Cooperativismo se tornou uma das prioridades da ação estatal no setor agrícola, porque contribuiu para realizar a modernização agropecuária de Estados que apresentavam pequena produção e produtividade, e estimular a produção de produtos de exportação. E os agentes financeiros que mais forneceram recursos para a formação e expansão de Cooperativas em todo o país foram o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Banco do Brasil.

A COMIGO foi fundada em 1975, o mesmo ano em que começou a ser implementado o POLOCENTRO, maior programa de desenvolvimento regional efetivamente executado em Goiás, a partir dos anos 1975. Portanto, foi gerada no bojo da modernização do Sudoeste goiano e contribuiu direta e indiretamente para o desenvolvimento da configuração territorial ou espacial de Rio Verde.

A primeira contribuição direta da COMIGO nesse processo foi a própria criação da cooperativa que resultou numa elevada quantidade de capital constante imobilizado por uma grande extensão territorial. Isso porque, para funcionar a cooperativa, precisou se materializar em prédios, armazéns, veículos para transportar produção, etc.. E, como foi descrito no capítulo 2, essa materialização da cooperativa extrapolou muito os limites do município e até da própria microrregião.

A contribuição fundamental da COMIGO, para um extraordinário desenvolvimento da configuração territorial de Rio Verde, ocorreu com a implantação do parque industrial, que foi paulatinamente se diversificando e, por isso, tendo sua infra-estrutura ampliada. É a partir daí que o município efetivamente se vincula ao complexo agroindustrial, que é a forma mais acabada de expansão e reprodução do capitalismo no setor agropecuário. Com isso as atividades agropecuárias, base da economia regional, submetem-se definitivamente à dinâmica industrial de desenvolvimento econômico. E o arranjo espacial passa a ser moldado em consonância com essa dinâmica.

A COMIGO também contribuiu de várias maneiras indiretas para o desenvolvimento da configuração espacial dos municípios em que atua, especialmente de Rio Verde. Por exemplo, em decorrência do acúmulo de cultivo e/ou criações modernas, vários dos grandes produtores associados ou seus familiares também passaram a investir em atividades comerciais e de prestação de serviços como revendas de automóveis, equipamentos de informática, oficinas locadoras, lojas diversos, bares, restaurantes, hotéis escolas e outros produtos/serviços que passaram a ter demanda com o enriquecimento e modernização da cidade.

A cooperativa também contribuiu para disseminar a prática do cooperativismo, através de cursos, palestras e dia de campo etc.. O sucesso da COMIGO estimulou a formação de cooperativas de prestação de serviços urbanos em áreas como educação, saúde, construção civil, etc. Além de ser um exemplo vivo de que a cooperação é um caminho para o crescimento econômico, a COMIGO também faz publicidade atribuindo seu sucesso ao fato de ser uma cooperativa.

A cooperativa, na medida em que realiza e/ou atrai investimentos, provoca o desenvolvimento da configuração territorial e influencia profundamente a dinâmica social ao participar ativamente de diversas atividades econômicas, sociais, culturais e políticas.

A COMIGO, cuja área de atuação direta e indireta, extrapola e muito o município de Rio Verde, participa dos projetos de pesquisa desenvolvidos pela EMBRAPA e AGÊNCIA RURAL e COODETEC. Realiza também armazenagem e comercialização de uma grande parte dos produtos agrícolas, tem lojas de produtos veterinários e supermercados, industrializa soja e derivados, bem como leite e derivados. Enfim, seu raio de atuação é amplo e diversificado, de modo que influencia o mercado de trabalho de vários setores, tem peso significativo na arrecadação de impostos e movimenta uma enorme quantidade de recursos. Por isso desempenha há mais de duas décadas um papel dinamizador do desenvolvimento e alterações da dinâmica social de Rio Verde, da Microrregião Sudoeste e de todo Estado de Goiás.

Verificamos, na área de atuação da COMIGO, a importância da agropecuária. Esta apresentou uma grande expansão de suas atividades, trabalhando a ociosidade das terras pela presença da assistência técnica e a concentração de esforços de pesquisa para o desenvolvimento de variedades de cultura apropriadas à região. Vimos, através das

culturas de arroz, milho, algodão e soja, na área de atuação da COMIGO, que sua assistência foi de fundamental importância desde o planejamento, execução e acompanhamento, para ampliação da área e um bom desempenho na produtividade, dando, é claro, destaque para o milho e soja, devido à importância que estes produtos assumiram nas exportações brasileiras, como também melhora o produto agrícola e promove a industrialização. Assim como o agricultor, o pecuarista cooperado tem integral assistência ao seu rebanho, com orientação da assistência técnica na aplicação de projetos e acompanhamentos nas diversas áreas como na formação de pastagens, nos programas de confinamento, na silagem e na prevenção de doenças, trazendo resultados positivos aos associados.

Os resultados da análise mostram que a vigorosa expansão agrícola, da área de atuação da COMIGO, sustentou-se nos expressivos ganhos de produtividade (rendimento médio) verificados para quase todos os produtos, à exceção do arroz. Essa produtividade está associada ao potencial ainda não esgotado de modernização agrícola das áreas de Cerrados do Sudoeste de Goiás, mas este padrão começa a apresentar menores resultados. Dada a comprovada presença da agroindústria de processamento na região, não necessariamente ocorrem rendimentos decrescentes derivados do alto custo de transporte. Os ganhos de produtividade agrícola, na área de atuação da COMIGO, como as culturas do milho e soja podem, pelo menos por enquanto, ser associados a rendimentos crescentes.

Outro aspecto importante observado neste trabalho foi que a COMIGO é um dos principais instrumentos de difusão dos produtos e das idéias de modernização no Sudoeste goiano e, nesse sentido, contribui para alterar a dinâmica social. Um dos meios, através dos quais a cooperativa cumpre essa tarefa, são os eventos chamados “dias de campo” em que reúne um grande número de associados, autoridades, pesquisadores, estudantes, imprensa, para divulgar resultados positivos do uso de novas técnicas, insu- mos e máquinas para aumentar a produção e/ou produtividade de determinada lavoura ou criação de animais, desenvolvida na propriedade de algum associado modelo. E os resultados são apresentados como benefícios sociais, conquistados através da união entre o setor agropecuário, a ciência e a indústria. Esses eventos ocorrem várias vezes por ano.

Assim, observa-se que o crescimento econômico alavancado pelos rendimentos do setor agropecuário estimula o incremento do capital financeiro, através do aumento de agências bancárias e do montante de recursos movimentados por todos os setores produtivos, especialmente o agroindustrial, pois o sucesso da cooperativa atrai grandes grupos privados agroindustriais que se instalaram no Sudoeste goiano. A título de exemplo, enumeramos as empresas que se instalaram como a KOWASLKI, CARAMURU, COIMBRA, CEREAL, CARGILL, PARMALAT, VAN den BERGH Alimentos e PERDIGÃO e na área de embalagens a BRASILATA. E a materialização desses investimentos no território de Rio Verde e de outros municípios da microrregião promove um extraordinário desenvolvimento da configuração espacial.

Em nossa análise, o Complexo Agroindustrial sob a forma de cooperativa, enquanto representação dos produtores e ao mesmo tempo do capital, se constitui num instrumento de mobilização social e de lobby político-econômico para que mesmo em situações de crise, o setor agrícola, e especialmente os complexos agroindustriais, continuem recebendo medidas compensatórias. E, via de regra, consegue êxito nessas ações, sendo beneficiadas com medidas de política econômica que são aplicadas segundo o velho critério da seletividade, favorecendo os grandes proprietários e empresas de determinadas áreas do país.

Não obstante, o discurso do cooperativismo continue atribuindo os sucessos dos empreendimentos cooperativistas ao fato dos produtores agrícolas trabalharem juntos, com um objetivo comum, de terem gestão democrática e participativa. A expansão da COMIGO e de outras grandes cooperativas ocorreu porque aderiram à lógica e à dinâmica do mercado capitalista que têm como meta a maximização dos lucros. E para alcançar isso, freqüentemente, ignoram os princípios que dizem seguir.

Em nossa análise, confirma-se todo o processo de transformação provocado pela COMIGO, de 1975 a 1999, sendo de fundamental importância a organização de seu espaço, influenciando na melhoria da produção e produtividade agropecuária, com dinamismo tecnológico e eficiente assistência técnica. Além disso, diversificou as suas atividades industriais e, consequentemente, Rio Verde-GO e outras cidades se desenvolveram mais do que outros municípios do Sudoeste goiano, consolidando-se como pólo regional, no comércio, prestação de serviços e agroindústria.

Ressaltamos que as cooperativas são uma das formas de alternativas para iniciativas que pretendam manter as qualidades da participação e integração associativas e se dedicar a desenvolver atividades de mercado. O equilíbrio entre o desenvolvimento de sua capacidade empresarial, com atuação qualitativa e quantitativamente crescente no mercado e a participação permanente e democrática dos seus associados, sendo um empreendimento de sucesso comercial, mas evitando se tornar pura iniciativa mercantil, é a sua principal característica pela sua natureza societária.

Para finalizar, lembramos que vários estudos já foram realizados sobre a atuação das cooperativas agropecuárias, enfocando o papel que desempenharam na modernização da agricultura e, inclusive, sugerindo que suas práticas são semelhantes a de empresas tipicamente capitalistas. Mas ainda não se esgotou o campo de reflexão e de interpretação sobre os fenômenos que ocorreram no setor agropecuário brasileiro nos últimos 30 anos, especialmente, nas chamadas áreas de fronteiras como o Cerrado do Centro Oeste, muito menos sobre as transformações espaciais que engendraram. E nesse sentido, almejamos ter contribuído com o estudo de um aspecto importante do desenvolvimento econômico do Sudoeste de Goiás e com a reafirmação do materialismo como caminho para compreender os processos sócio-econômicos, o desenvolvimento histórico das diversas formações sociais, em especial, nas que predominam o capitalismo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALHO, C. J.R & MARTINS, E. de S. **De Grão em Grão, o Cerrado Perde Espaço: Cerrado – Impactos do Processo de Ocupação.** BRASÍLIA, WWF, 1995.
- ARAÚJO, T. B. (1999). "Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional". *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 30 (2): 144-161, abril-junho.
- ARBEX JÚNIOR, J. e OLIC, N.B. **Rumo ao Centro - Oeste: O Brasil em regiões.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ✓ BASTIANI, I.C.R. **Risco e taxa de retorno: agroindústria cooperativa versus pequena propriedade rural.** São Paulo, 1991 (Teste – doutorado – Fundação Getúlio Vargas - FGV)
- BERTRAN, P. **Formação Econômica de Goiás.** Goiânia, Oriente, 1978
- BORGARDUS, E. S. **Princípios de cooperação.** Rio de Janeiro: Lidor, 1964.
- CAMPOS, O. **Rio Verde Histórico.** São Paulo, Gráfica e Editora Edigraf S.A, 1971
- COUTINHO, I.G. & FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade na indústria de óleos vegetais.** Campinas, IEI/UNICAMP – IEI/UFRJ – FDC – FUNCEX, 1993.
- DELEGADO, N. G. Capitalismo e Crescimento em uma Grande Cooperativa do Paraná: O caso COCAMAR 1969-1981. Ensaios Fundação Estudos Econômicos. Porto Alegre, 4(1), 1983.
- DELGADO, G. C., **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone Editora, 1985.
- ✓ DRUKER, P.F. **Administrando em tempos de grandes mudanças.** 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1995.
- ESTEVAM, L. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás.** Goiânia. Ed. do Autor, 1998.
- FIGUEIREDO, R. P., Extensão rural no Brasil: novos tempos. *Revista brasileira de Tecnologia*, Brasília a, 15(4): 19-25, jul./ago. 1984.
- FROLA, F. **A economia espontânea do povo. A cooperação livre.** Rio de Janeiro: Athena, 1937. (Coleção Moderna de Cultura; vol. 5).

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO DE BELO HORIZONTE – DIRETORIA DE PROJETOS II. Estudos para redefinição do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO – Belo Horizonte, 1984. 9v.**
- GLOBO RURAL. Cooperativas – Sob o Peso da Dívida. São Paulo, Ano 15 Nº 169 novembro Editora Globo, 1999. p. 130 - 133**
- GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil; Política agrícola e modernização econômica brasileira. 1960 – 1980. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Universidade de São Paulo, 1991. (Tese Doutorado)**
- GUEDES PINTO, L. C. Notas Sobre a Política de Crédito Rural, mimeografado, UNICAMP, 1981.**
- GUIMARÃES, E.N. & LEME, H.J.C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: Textos NEPO, Campinas; Núcleo de Estudos de População, nº 33, 1998 - p. 21-73.**
- INFORME COMIGO, Rio Verde: Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, ano XVI, nº 182, set-out, 2000.**
- INFORME COMIGO, Rio Verde: Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, ano XVI, nº 183, out-nov. 2000.**
- INFORME COMIGO. Rio Verde: Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, ano XVI, nº 184, nov-dez. 2000.**
- KAGEYAMA, A. et alii. O novo padrão agrícola brasileiro, do complexo rural aos complexos Agroindustriais. In: DELGADO, G.C. et al. (orgs). Agricultura e política públicas. Brasileira: IPEA, 1990. Série 127.**
- LAUSCHNER, R. Agribusiness - Cooperativa e produtor rural. São Leopoldo: UNISINOS, 1993.**
- LECLERQ, V. Condições e Limites da inserção do Brasil no mercado internacional da soja. *Revista Economia Política*, 7(3): 135 – 145, jul./set., 1987.**
- LIBHARDT DT, M.E. O Sistema cooperativista Brasileiro - Comercialização, Integração Vertical e Crédito. Brasília, CEP, 1982.**
- LOPES, S.D. Curso básico de Cooperativismo. Apostila – Brasília, 2000.**
- MAGALHÃES, M.H. – Plano de fusão – São Paulo, DAC, 1971**

- MARTINE, G. & GARCIA, R.C. (Orgs) **Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo, Ed. Caetés, 1987.
- MÁURER JÚNIOR, T.H. **O cooperativismo (um ideal de solidariedade humana na vida econômica)**. São Paulo, 1950.
- MAZZALI, L. **A Inserção da Empresa cooperativa em complexos agroindustriais selecionados: Uma análise da sua articulação com o Estado e com outras empresas capitalistas o caso da soja**. São Paulo, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1991.
- MENEZES, A. **Cooperativismo para Escolas de II Grau**. O. C. B. Brasília, 1992.
- MURAKAWA, F.E. **Rio Verde vira pólo da agroindústria**, *Folha de São Paulo*, 22 fevereiro. 2000. 6º caderno, p. 01.
- NAVES, F. L. Prática de gestão em organização capitalista e cooperativistas: similaridades e centralizações. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, V. 34, n. 105, 1999 (Série Cooperativismo, 45).
- NEGRIL, B. (1994). **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**, Campinas IL-Unicamp, (Tese de doutoramento). (mimeo).
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O cooperativismo brasileiro**. Brasília, 1990. (Coleção História do cooperativismo).
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O cooperativismo em Goiás**. 3º ed. Goiânia 1999. (Coleção História do cooperativismo).
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília, 1993, (Coleção História do cooperativismo).
- PALACÍN, L. e MORAES, M.A. **História de Goiás**. 6. Ed., Goiânia, Ed. UCG, 1994.
- PANZUTTI, R. **Estratégias de Financiamento das Cooperativas Agrícolas no Estado de São Paulo**. Caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia. São Paulo, SP: ICA, 1997. (Série Estudos e Pesquisa 1/97)
- PINHO, D.B. **O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro**. Manual de Cooperativismo. São Paulo: CNPq, v.1., 1982.
- RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP & A 2000.
- RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. **Rio Verde: Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste de Goiás**, 2000. Número Especial.

- RICCIARDI, L.** **Uma Solução para os Problemas Atuais.** Brasília: O.C.B, 1990.
- ROSSETTI, J.P.** **Introdução à economia.** 15 ed. São Paulo: Allas, 1991.
- SCHNEIDER, J.O.** A Comunicação com as Cooperativas. In : **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, Unisinos, 8 (17), 1978.
- SERVILHA, V.** **O Financiamento da Agricultura Brasileira.** Tese de Doutoramento IE/INICAMP, 1994.
- ZANGHERI, E. et al.** **Gestão cooperativa: eficiência empresarial X associação de pessoas.** São Paulo: ICA, 2000. (Série Orientação, 1/00).

ANEXO

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Nome:

Natural de Rio Verde:

Que motivos o levaram a vir para esta cidade ou região:

Procedência:

Quando:

Qual a atividade ou função que ocupa?

2. Como se encontra esta região hoje economicamente?

3. E antes da COMIGO como era a região? Quais foram os elementos que influenciaram na sua implantação ?

4. De quem partiu a(s) idéia(s) de formar a cooperativa?

4.1. Os primeiros associados eram de Rio Verde ou de outra região?

4.2. Como a COMIGO contribuiu para a melhoria da produção e produtividade agrícola na área de sua atuação?

4.3. Como a COMIGO contribuiu para o processo de substituição de tecnologia?

5. Por que a COMIGO resolveu investir em indústria?

5.1. Que tipos de incentivos ou políticas de crédito. Viabilizou a planta industrial da COMIGO.

5.2. Na sua opinião a planta industrial da COMIGO é moderna para os dias de hoje em um mercado agressivo e competitivo?

5.3. A COMIGO deve competir com outras grandes empresas do setor, por exemplo, na área de esmagamento de soja, ampliando sua planta industrial.

6. A COMIGO passou por crises? Como a cooperativa suportou (superou) este período de crise?

- A) Houve algum período que a COMIGO teve um melhor desempenho (cresceu)?
- B) Isto está relacionado a que?
- C) A COMIGO está no programa do Recoop.
- D) Quais são os problemas enfrentados freqüentemente pela cooperativa.